



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**NAS TRAMAS DA ACADEMIA: O CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFC
COMO AGENTE DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO CEARÁ
(1956-1978)**

GONÇALO SOARES MOURÃO NETO

ORIENTADORA: VIRGÍNIA MARIA GOMES DE MATTOS FONTES

NITERÓI

2022

**NAS TRAMAS DA ACADEMIA: O CENTRO DE CIÊNCIAS
AGRÁRIAS DA UFC COMO AGENTE DA MODERNIZAÇÃO
DA AGRICULTURA NO CEARÁ (1956-1978)**

Dissertação apresentada como um dos requisitos para o cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

Orientadora: Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes

NITERÓI

2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

N469t Neto, Gonçalo Soares Mourão
NAS TRAMAS DA ACADEMIA : O CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA
UFC COMO AGENTE DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO CEARÁ (1956-
1978) / Gonçalo Soares Mourão Neto ; Virgínia Fontes,
orientadora. Niterói, 2022.
172 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2022.m.06782882329>

1. História. 2. História Agrária. 3. Empresariado. 4.
Ceará. 5. Produção intelectual. I. Fontes, Virgínia,
orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
História. III. Título.

CDD -

**NAS TRAMAS DA ACADEMIA: O CENTRO DE CIÊNCIAS
AGRÁRIAS DA UFC COMO AGENTE DA MODERNIZAÇÃO
DA AGRICULTURA NO CEARÁ (1956-1978)**

Dissertação apresentada como um dos requisitos para o cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Pedro Cassiano Farias de Oliveira
Colégio Pedro II

Este trabalho é dedicado à todas as vítimas da atrocidade cometida pelo governo brasileiro na gestão do Covid-19, em especial à minha tia Sílvia Mourão (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Neste trabalho, talvez mais do que em qualquer outro os agradecimentos tornam-se necessários, não posso mentir e dizer que pesquisar e escrever no Brasil em meio a um dos maiores crimes de genocídio da história do país foi fácil e prazeroso, a própria situação de pandemia por si só já teria sido um agravante do fator saúde mental imagine em meio a uma completa ingerência e a transformação do país em um imenso cemitério da COVID-19, além do retorno financeiro pífiio. Não foram poucas às vezes que eu pensei em desistir e tenho de agradecer a todos que diretamente, ou apenas por existir me motivaram a continuar, seja com palavras, seja ajudando em minha trajetória.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer as pessoas que são a base de tudo e estiveram comigo em todos os lockdowns, minha mãe Railda, minha irmã Ana Cecília, meus avós Fransquinha, meu avô José Batista e minha tia Régia. Vocês cuidaram de mim em diversos momentos desta trajetória e são o motivo de eu continuar sonhando e tentando conquistar coisas na vida, o simples fato de trazer orgulho a vocês é meu combustível.

Em segundo lugar gostaria de agradecer aos meus amigos mais próximos, Ana Rosa, Milton Leite, Matheus Cavalcante, Andressa Gomes e Leonardo Norberto por nunca me deixarem desistir, mesmo quando eu estava prestes a trancar o mestrado vocês me escutaram e de alguma forma ajudaram a aliviar a tensão do prazo, da desmotivação, da falta de retorno financeiro. Além de escutar me divertiram bastante durante todo o período, fazendo-me esquecer, mesmo que por poucos momentos das cobranças e obrigações.

Em terceiro lugar agradeço aos meus orientadores, graças ao destino e à Deus eu sempre tive muita sorte nesse quesito, desde à orientação do projeto com Mário Martins e Diego Gadelha, dois jovens e excelentes pesquisadores, também muito exigentes e prestativos, que são o motivo de eu ter entrado para o mestrado, também Virgínia Fontes, pesquisadora ímpar da história brasileira e grande nome do marxismo brasileiro, e, por último, Pedro Cassiano, com toda certeza o que mais me ajudou em todo o processo, um jovem e excelente pesquisador da história agrária brasileira, sempre muito interessado pelo meu tema (talvez às vezes mais do que eu) e disposto a ajudar.

Em quarto lugar devo agradecer à extensão de ter tantos orientadores, ou seja, os dois grupos de pesquisa que eu participei, primeiro o Grupo de Trabalho e Orientação, mesmo com poucas participações eu sempre fui muito bem recebido por todos e sempre estiveram dispostos a ajudar quando necessário. Em segundo o finado Núcleo de Estudos Sobre Memória e Conflitos Territoriais que não só me ajudou com o projeto de pesquisa, como foi responsável por eu ter me tornado historiador, tendo sido inclusive os meus melhores anos dentro dessa carreira, além do trabalho do núcleo em si as pessoas são as responsáveis por esses bons anos vividos, principalmente com Mário Martins, Hortência Oliveira, Carolina Rodrigues, Venâncio Sousa e Diego Gadelha.

Por último, gostaria de agradecer ao grupo Steelers Brasil por sempre aliviar o meu dia com alguma besteira sendo postada ou alguma história sendo contada, dando destaque ao maluco do Verón, ao Murilo (sempre rindo das minhas histórias), ao Zé (muito bruto, mas com valiosos conselhos), ao Behs (sempre sumido e aparecendo apenas para rir) e ao maldito do Queiroz (sempre enchendo o saco de geral e comigo não era diferente).

Obrigado a todos e a muitos outros que não estão presentes nesse texto, vocês foram e são o motivo de continuar tentando nessa trajetória tão difícil que é não apenas o mestrado, mas a vida.

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é analisar o processo de desenvolvimentismo na agricultura cearense, partindo do período do pós-Segunda Guerra Mundial que inaugura um momento diferente do capitalismo mundial, a expansão do desenvolvimentismo como forma de expandir mercados e ajustar o terceiro mundo a esse ideário. No Brasil essa forma de pensar chega, se modifica e entra em disputa, consolidando-se um modelo principalmente na década de 1950, já para o Nordeste ela significa um ataque das burguesias do Centro-sul às da região, entretanto, o estado do Ceará encontra uma forma peculiar de resistir a esse embate, a aceitação da modernização de sua agronomia, fortalecendo o setor do algodão e deixando mercados estratégicos para a burguesia do Centro-sul. Dessa forma, o Centro de Ciências Agrárias da UFC torna-se crucial na implementação desse processo, imbuído de administradores das burguesias locais ele será centro de disseminação de suas ideias no Estado, formador de técnicos e administradores, tornando-se necessário, portanto, a investigação desse processo, a mudança na sua estrutura, um maior vulto de investimentos chegando, às instituições financiadoras, os arquitetos e administradores do Centro, sua história de vida e a inserção de seus formados na sociedade.

Palavras-chave: Ensino Agrônômico; Desenvolvimentismo; Algodão.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the process of developmentalism in agriculture in Ceará, starting from the post-World War II period that inaugurated a different moment of world capitalism, the expansion of developmentalism as a form of markets and adjustment of the third world to this ideology. In Brazil, thinking arrives, changes and enters into dispute, consolidating this form mainly in the 1950s, while for the Northeast it means an attack by the Central-South bourgeoisies to the region, however, the state of Ceará finds a peculiar form. to resist this clash, the promotion of the modernization of its agronomy, strengthening the sector of the strategic market of the Center-South. In this way, the UFC's Center for Agricultural Sciences is crucial in the implementation of this process, imbued with administrators from the local bourgeoisie, it will be the center for disseminating their ideas in the State, training technicians and administrators, it will therefore become necessary to investigate of this process, the change in its structure, a larger investment institution reaching the financiers, the architects and administrators of the Center, its life history and the insertion of its trainers in society.

Keywords: Agronomic Education; Developmentalism; Cotton.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|--|-----|
| Figura 1 | Escola de Agronomia | 97 |
| Figura 2 | Estudantes fizeram demonstração contra auxílio americano | 99 |
| Figura 3 | O povo no campo | 101 |
| Figura 4 | Exportações renderam no Ceará | 120 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|-----|
| Quadro 1 | Série histórica do índice de Gini, IBGE – Ceará 1960 a 1985..... | 91 |
| Quadro 2 | Recursos em US dólares, oriundos da AID, de março de 1964 até 31 de janeiro de 1972 | 149 |
| Quadro 3 | Convênios | 150 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AIA | American International Association |
| ABCAR | Associação Brasileira de Crédito Rural |
| AL | América Latina |
| ANCAR | Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural |
| APP | Aliança Para o Progresso |
| BIRD | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BNB | Banco do Nordeste do Brasil |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CCA | Centro de Ciências Agrárias |
| CEPAL | Comissão para a América Latina |
| CODEVASF | Companhia de Desenvolvimento dos Valores de São Francisco |
| COMTER | Núcleo de Estudos Sobre Memória e Conflitos Territoriais |
| DNOCS | Departamento Nacional de Obras Contra a Seca |
| EAC | Escola de Agronomia do Ceará |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| ESALQ | Escola Superior Luiz de Queiroz |
| ETA | Escritório Técnico de Agricultura |
| EUA | Estados Unidos |
| FEVC | Fazenda Experimental Vale do Curu |
| FIEC | Federação das Indústrias do Estado do Ceará |
| FINOR | Fundo de Desenvolvimento do Nordeste |
| FUNOCS | Fundo Nacional de Obras Contra à Seca |

| | |
|----------|--|
| GTDN | Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDE | Instituto de Desenvolvimento Econômico |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| ISEB | Instituto Superior de Estudos Brasileiros |
| ITR | Instituto de Tecnologia Rural |
| IOC | Inspetora de Obras Contra as Secas |
| JK | Juscelino Kubitscheck |
| LOEA | Lei Orgânica do Ensino Agrícola |
| MA | Ministério da Agricultura |
| ME | Movimento Estudantil |
| MEC | Ministério da Educação |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PEA | Programa de Educação Agrícola |
| PEAS | Programa de Ensino Agrícola Superior |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIN | Programa de Integração Nacional |
| PROTERRA | Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste |
| PSD | Partido Social Democrático |
| PTB | Partido dos Trabalhadores do Brasil |
| UA | Universidade do Arizona |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |

| | |
|----------|--|
| UFMT | Universidade do Mato Grosso |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UM | Universidade de Michigan |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UV | Universidade de Viçosa |
| USAID | United States Agency for International Development |
| ULTAB | União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas |
| SIBRATER | Sistema Brasileiro de Extensão Rural |
| SUDENE | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste |
| SNA | Sociedade Nacional de Agricultura |
| SRB | Sociedade Rural Brasileira |
| SUVALE | Superintendência do Vale do São Francisco |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1.INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2.MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL..... | 19 |
| 2.1.O desenvolvimento como ideologia..... | 19 |
| 2.2. A Revolução Verde..... | 43 |
| 2.3. A chegada da modernização agrícola no Brasil..... | 51 |
| 2.4. O problema Nordeste..... | 67 |
| 3. O CEARÁ E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: um desenvolvimento para a indústria..... | 84 |
| 3.1. A construção do Moderno no Ceará (1960 – 1980) | 94 |
| 3.2 As burguesias cearenses e a agricultura..... | 109 |
| 3.3 O desenvolvimento é para poucos..... | 121 |
| 4. O CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTISMO | 127 |
| 4.1 A Fundação do CCA e sua história nas frações de classe burguesas..... | 128 |
| 4.2 O CCA e os convênios internacionais: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA..... | 139 |
| 4.3 DÉCADA DE 1970: A multiplicação dos Convênios nacionais e internacionais..... | 150 |
| 5.CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 163 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 167 |

1.INTRODUÇÃO

“O interesse em agricultura e os investimentos para seu desenvolvimento aumentaram bastante. Foram implantadas novas pastagens, adotadas de técnicas de silagem, surgiram novos projetos de irrigação, foram introduzidas novas variedades e culturas (Sorgo e Soja), houve expansão das áreas utilizadas para culturas tradicionais (Caju e Amendoim), aumentou o uso de inseticidas e fungicidas, etc. Algumas dessas práticas inovadoras foram introduzidas pelo Centro de Ciências Agrárias e outras estão sendo pesquisadas pelos docentes e técnicos visando adaptá-las às condições locais” (ESTADOS UNIDOS, 2014. p. 244) (grifo nosso).

O trecho supracitado faz parte do Relatório Final do que ficou conhecido como Convênio USAID/SUDENE/UFC/UNIVERSIDADE DO ARIZONA estabelecido entre a Universidade Federal do Ceará (UFC), especificamente com o Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFC; a Universidade do Arizona; a United States Agency for International Development (USAID) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tal documento tinha como objetivo descrever e analisar o programa de cooperação entre as duas Universidades e órgãos governamentais, como também, elencar o que de concreto foi realizado no Estado do Ceará durante o período entre 1963-1973. É importante ressaltar que este foi o primeiro de muitos convênios internacionais realizado pelo CCA.

Este convênio não está descolado de um contexto, tampouco despersonalizado de sujeitos e instituições. A modernização agrícola faz parte de um processo de inovações e descobertas tecnológicas para a agricultura, chamado de “Revolução Verde”. Tal mudança não chega ao Brasil de forma isolada. Fazia parte de um projeto de incremento tecnológico e produtivo na América Latina: a Aliança para o Progresso¹, organizada pelos EUA e articulada a diversos setores do Estado Ampliado².

¹ Programa de cooperação com os Estados Unidos para desenvolvimento da América Latina que foi oficializado com a assinatura da Carta de Punta del Este em 1961. A aliança para o Progresso teve no Brasil o país que mais recebeu financiamentos em diversas áreas. O projeto, colocado em prática pelo governo de J. F. Kennedy, tinha como objetivo principal a contenção do avanço do comunismo na América Latina e além disso era uma maneira de as empresas estadunidenses terem amplo acesso ao mercado destes países, comercializando seus pacotes industriais (ARAPIRACA, 1979).

² Para Gramsci o Estado é a expressão universal da sociedade, ou seja, o estado ampliado (MENDONÇA, 2018).

Este processo está inserido no contexto do desenvolvimentismo, ideário a ser analisado posteriormente que é pautado no que diversos autores chamaram de Ideologia da modernização, ou seja, a palavra *moderna* era associada à eficiência, mudança progressiva, racionalidade e empiria, enquanto a tradição seria tudo que estaria atrasado e contra o progresso da humanidade (SILVA, 2009). Desta forma, os países ditos desenvolvidos teriam a missão de levar tal desenvolvimento a países não industrializados através da modernização tecnológica. A “Revolução Verde” se insere nesse processo como a modernização da agricultura, ou seja, o “avanço” de um conjunto de técnicas de melhoramento genético de plantas, surgimento de máquinas mais eficientes e o desenvolvimento de meios de combater “pragas às plantações” (LANERO, DULCE, 2011, p.20).

Assim, a Aliança para o Progresso investiu em diversas áreas ao integrar desde projetos de infraestrutura – junto ao Banco Mundial como agente central – até convênios entre centros de pesquisas e a melhoria destes no Brasil³. Algumas instituições foram essenciais para o avanço desses projetos, como a United States Agency for International Development (USAID) que era o órgão responsável pela escolha e financiamento de projetos no país e realizou diversas parcerias tanto com Ministérios, como o Ministério da Agricultura e Ministério da Educação, quanto com instituições de pesquisa, como as universidades e órgãos de desenvolvimento como a SUDENE. Além destes, diversas organizações privadas estão envolvidas como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller (PEREIRA, 2010).

O fomento à pesquisa torna-se algo essencial para o desenvolvimento deste modelo agrícola. Nesse processo, João Márcio Mendes Pereira (2010) assinala a criação de diversos institutos pelo Banco Mundial para pesquisa agrícola em 1971. Tais centros, além de pesquisas, promoveram o intercâmbio com alguns líderes de centros de pesquisas e chefes de Estado e ainda realizaram parcerias com universidades americanas. É importante salientar que

³ PEREIRA, João M. M. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1. 504p.

tais modelos de projetos já eram realizados no Brasil por meio da Aliança para o Progresso desde os anos 1960, e que não só centros de pesquisas eram pensados. As universidades eram um dos principais alvos destes convênios, visto que, estas instituições conseguiriam alcançar o tripé do modelo Americano (ensino, pesquisa e extensão), além da formação de intelectuais para propagação deste sistema agrário moderno em suas próprias realidades, como aparenta ser o caso do Ceará.

Entretanto, devemos ressaltar que os projetos desenvolvimentistas não estão livres de modificações e disputas, no recorte a ser estudado é marcado pela diferença entre o projeto desenvolvimentista de JK, baseado num populismo conciliador de classe devido às diversas disputas populares e um desenvolvimentismo totalmente descuidado da questão social por conta da repressão a essas forças durante a ditadura, isto é, parte dos projetos são modificados para conciliar classes, disputar o desenvolvimentismo e até a ignorá-las dependendo do contexto.

No caso do estado alencarino existe toda uma estrutura de formação de projeto desenvolvimentista com setores de papéis muito bem definidos. A extensão rural teria seu próprio órgão, a imprensa teria papel primordial de divulgação, as escolas agrícolas primárias o papel alfabetizador, os órgãos de execução de projetos avançados e, finalmente, o CCA da UFC como formador de técnicos tanto para a assistência aos grandes projetos e inserção nos órgãos de planejamento quanto dos intelectuais na construção de um pensamento agrônomo cientificamente capitalista.

Após duas décadas de intenso investimento, em boa parte a agricultura cearense mudou, saindo de mera produtora de bens para consumo próprio, para sustentadora da modernização industrial do Estado, além de exportadora de frutos e produtora de plantas oleaginosas, inclusive combustíveis, como o Biodiesel. No entanto, a realidade para o trabalhador rural só piorou, o que tem ainda alguma coisa vê seu terreno menor, a quantidade

de pessoas expulsas pelos projetos desenvolvimentistas aumenta, a expulsão ou proletarização do camponês é visível.

Esta mudança de patamar da agricultura cearense, sem alteração dos indicadores sociais para a pequena população é digna de investigação e foi com o que me deparei como bolsista por 5 semestres do Núcleo de Estudos Sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER-UFC) durante minha graduação em História na Universidade Federal do Ceará. Partindo da investigação de algumas comunidades atingidas por projetos de irrigação na região do médio e baixo Jaguaribe, o núcleo ao longo do tempo, assim como meu interesse pela temática, foi expandindo-se. Um fator interessante e digno de nota no COMTER nunca havia me interessado pelo estudo da história agrária, na realidade eu queria distância disso, mas, como foi a oportunidade a mim oferecida eu decidi aproveitá-la e foi o aprendizado com a responsabilidade para com as comunidades envolvidas que me fez apaixonar por esta parte da História. Não apenas visitamos as comunidades com alunos do segundo semestre do curso de História duas vezes por ano, tivemos como obrigação dar algum retorno a elas e nos esforçamos para isso, essa sensação de ser útil a alguém, mesmo que de uma forma pequena, contribuir na melhoria de comunidades foi o que me motivou a continuar no Núcleo de estudos.

À medida que as investigações aprofundaram-se fomos descobrindo novos agentes deste processo, e as investigações não pautavam-se mais apenas nos projetos desapropriando pessoas, buscamos seus principais agentes, as empresas envolvidas, os países de origem, os beneficiados e os indivíduos, o contexto estabelecido, estudando isso com ineditismo na historiografia cearense até que, dentre todos os agentes surge o Centro de Ciências Agrárias da UFC.

Escolher o CCA da UFC como objeto de pesquisa foi um momento peculiar, mas como não acredito em acaso, foi o que era para ser. Destaco e confesso que tive alguma

resistência inicial, pois minha história de vida está diretamente ligada a esta instituição e sempre quis me afastar de tudo que lembrasse minha infância, não por trauma, mas por querer trilhar o próprio caminho, isso se dá pois, sou filho de pais apaixonados por agricultura, dessa forma tive parte de minha infância morando em projetos de irrigação.

A própria história de concepção da minha vida deve-se a esta instituição, minha mãe apesar de conhecer meu pai de infância nunca se interessou por este e suas histórias de vida haviam se separado com a mudança de cidade dos dois, entretanto, meu pai tornou-se técnico agrícola do CCA e ela passou no vestibular para este no mesmo período, no qual apaixonaram-se e entre mudanças e outra filha eu nasci, até atrapalhando a conclusão de Agronomia de minha mãe, que viria posteriormente aos meus 2 anos de idade.

Portanto, não acredito em escolha ocasional do destino para com minha trajetória de pesquisa, primeiro investigando e denunciando projetos de irrigação, nos quais vivi uma boa parte da minha infância e, posteriormente, adentrando no mestrado analisando o CCA, local diretamente envolvido na minha história.

Por conseguinte, a dissertação divide-se em 3 capítulos: No primeiro capítulo se debaterá a questão da chegada da modernização no Brasil e suas principais problemáticas, dando um foco especial à agricultura. Servindo para o leitor como um capítulo de contextualização histórica das principais questões que estão atreladas ao nosso objeto de pesquisa - Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará - durante o recorte temporal escolhido, ele está dividido em 3 partes.

Na primeira parte, pela análise do que significava esse pensamento modernizador concatenado com uma ideia de desenvolvimentismo, analisando os principais pontos e os objetivos práticos desses para a expansão do capitalismo e manutenção de um status quo nos países “subdesenvolvidos”. Além da sua contextualização com rupturas e permanências com ao longo das movimentações dos sujeitos históricos.

Na segunda parte será realizado um amplo debate historiográfico acerca deste ideal modernizador para a agricultura e o papel que esta teve para a sustentação da expansão capitalista, chamada de *Revolução Verde*. Ela irá servir, principalmente, como produtora de matéria prima, mas também como setor de escoamento de produtos industriais e químicos.

Na terceira parte a discussão se dará sobre a chegada da Revolução Verde ao Brasil, perpassando todas as individualidades que existiu para esse país. Partindo de um debate sobre o interesse das Elites Internacionais, avançando na adaptação deste ao Brasil por parte de suas burguesias rurais, sendo concluído com um debate acerca do Estado ampliado Gramsciano e como os dois primeiros pontos estão agindo nele.

O quarto e último ponto nos traz um debate sobre a importância da região Nordeste, tanto para legitimação do discurso de combate à pobreza e desigualdade por parte da ideologia modernizadora, como local de expansão do desenvolvimentismo no Brasil e de disputa econômica, sendo de interesse crucial das burguesias do Centro Sul.

O segundo capítulo terá como objetivo tratar da construção dos ideais modernizantes do pós-segunda guerra mundial no Estado do Ceará, junto com os projetos desenvolvimentistas para o mesmo, demonstrando sua importância a nível de Nordeste, os principais atores, sua estruturação e as consequências para a população do campo que é mais atingida pelos impactos desse projeto de desenvolvimento do Estado alencarino.

Para isso, numa primeira análise pretendemos estruturar como se dá as relações de organização, exercício e difusão dos projetos desenvolvimentistas no Ceará, destacando a função de cada órgão, agência, instituição de ensino, grupo da Sociedade Civil como a imprensa, etc. Dessa forma, o objetivo desta parte será o de entender as conexões entre estes dentro do grande projeto desenvolvimentista a fim de estabelecer uma ligação. Isto se dará através da investigação de documentos e bibliografias institucionais, além de documentação hemerográfica a respeito do tema.

Em um segundo momento iremos debater a vida política das elites locais, ou melhor, através de uma ampla investigação das biografias de governadores, prefeitos, reitores, pretendemos construir ligações com o intuito de entender melhor quem e para quais fins está sendo pautado o projeto desenvolvimentista dentro do Ceará, principalmente com o avanço e permanência da produção têxtil-algodoeira.

Por último, analisar as obras de implantação dessa ideologia no Estado cearense, a partir de documentação e bibliografia produzida acerca das obras desenvolvimentistas na agricultura alencarina após a segunda guerra mundial, pelo Núcleo de Estudo Sobre Memória e Conflitos Territoriais da Universidade Federal do Ceará (COMTER-UFC), temos fortes indícios de interferência direta na vida, não só dos camponeses, como das regiões de implementação, além das mudanças econômicas vastamente conhecidas.

O terceiro capítulo irá esmiuçar o trabalho do CCA da UFC para a modernização da agricultura no Ceará, sua influência no Nordeste, destacando os convênios internacionais. Sua importância nesse processo deve ser destacada a partir do CCA da UFC aparecer como um fator primordial pela sua multifuncionalidade e por ter sido basilar na construção deste pensamento modernizador, pois visto que a universidade coordenava as atividades de pesquisa, ensino e extensão rural a partir do modelo estadunidense, por um lado, atuava na produção de pesquisa e na divulgação de conhecimento científico importado. Por outro lado, insistiu na formação de recursos humanos, o que indica alterações na concepção e prática agrícola local.

Dessa forma o capítulo será dividido em 3 partes, a primeira análise vai da história do Centro, destacando seus fundadores, etapas e modificações ao longo de sua história, além de público alvo e investidores; a segunda parte vai da análise do convênio internacional dos anos 1960, sendo o com a UA pioneiro, pois, tendo como base a documentação e a análise feita até esse momento da pesquisa só a partir deste que se terá um efetivo projeto voltado para

a revolução verde na agricultura cearense, com fluxo de capital constante, diversas formas de investimento e ampliação de projetos para a área. Na terceira e última parte analisaremos os anos 1970 e seus múltiplos convênios, analisando o momento de expansão desse tipo de projeto no CCA com rupturas e permanências se comparados aos primeiros, também finalizando e concluindo as mudanças trazidas por estes no próprio centro, como os diretores escolhidos baseados na ideologia desenvolvimentista e a mudança nas disciplinas.

2. MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

2.1 O desenvolvimento como ideologia

As relações bilaterais com os Estados Unidos (EUA) sempre tiveram destaque na política externa brasileira, porém, a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a dinâmica começa a ficar ainda mais estreita. Esta relação se daria por mútuas disputas de interesses das frações de classe de seus respectivos países, tendo como foco, por parte do Brasil, o interesse de receber financiamentos, assim como para as burguesias estadunidenses havia o desejo de expansão do imperialismo/dominação.

As quantias enviadas ao Brasil se dariam para diversos setores, sendo a agricultura o de maior interesse deste trabalho. As décadas de 1940 e 1950 seriam marcadas pelo *boom* dessa parceria. É interessante ressaltar que o modelo aplicado nessas, guiam todos os planos de desenvolvimento para as décadas seguintes. Este modelo baseou-se, basicamente, na modificação da estrutura produtiva e social do país, através da tentativa de implantar uma base industrial, tendo suas particularidades de produção a cada governo e modelo econômico destes, e ainda tendo suas especificidades regionais. A agricultura teria o papel primordial de garantir matéria prima para que essa industrialização fosse possível, este tema e seus desdobramentos serão estudados a fundo no decorrer desta dissertação.

Contudo, os financiamentos que chegaram ao país durante esse primeiro período de (1945-1960) ainda não eram a quantidade esperada. O Brasil, considerado ferrenho seguidor dos EUA em votações internacionais, algumas vezes caindo até em contradições com a sua política externa, esperava muito mais do que recebera, principalmente se comparado à doutrina Truman na Europa⁴. Os Ianques consideravam o Brasil como um forte aliado na América Latina (AL), mas como a região não oferecia perigo em meio à guerra fria⁵, até esse momento, o foco era a reconstrução do velho continente sob os moldes do capitalismo, com uma clara mudança na nova ordem mundial, que deixou de ter a Inglaterra como principal potência imperialista para dar lugar aos Estados Unidos.

Não obstante, a partir da revolução cubana em 1959 as coisas passaram a mudar de cenário. Após um país no mesmo continente dos EUA ter aderido ao socialismo e devido ao medo de que esse inspirasse os países latinos, marcados pela miséria e desigualdade, e com a possibilidade dos EUA perderem mercados consumidores e de exportação, as atenções se voltam quase que completamente para a América Latina e o Brasil deveria ser um dos pilares, visto a sua importância e influência na Política Externa Latino-Americana.

Para o Nordeste em especial, as ligas camponesas já demonstravam uma imensa ameaça para os próprios governantes estadunidense, problema que se tornará ainda maior devido a própria revolução cubana, melhor dizendo, existia uma experiência de derrota estadunidense em seu quintal e os camponeses brasileiros estavam, desde metade da década de 1950, cada vez mais insatisfeitos e organizados com a estrutura agrária brasileira.

É primordial ressaltar que a AL recebe vultuosos investimentos ligados a essa modernização por alguns fatores como, a posição estratégica de proximidade geográfica e por, diferentemente de vários outros países do terceiro mundo, seus países terem conquistado sua

⁴CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2002.

⁵ *Ibidem*.

independência no século anterior, garantindo tanto estados nacionais, quanto uma estrutura capitalista consolidada⁶.

Podemos perceber diversos projetos sendo formulados em conjunto com o Brasil e a influência do ideal estadunidense nos planos de governo⁷, principalmente após os anos 50 e se intensificando nos 60 e 70, sendo marcados por vários planos governamentais federais, todavia, todos eles tendo duas coisas em comum: 1) a citação a um projeto de “desenvolvimento” e 2) a necessidade de auxílio internacional, ambas interligadas como veremos a seguir.

Deve-se destacar que esses planos irão modificando-se durante o passar do tempo, como veremos adiante. Essas mudanças não acontecem por simples mudanças nos pensamentos pairantes no ar, elas são formas de se adaptar e/ou impedir a reprodução de alguma oposição, quer dizer, atender ou sufocar parte das reivindicações dos sujeitos envolvidos diretamente no processo a ser estudado nesta dissertação. Dessa forma torna-se crucial para essa tese debater os conceitos de *Modernização e Desenvolvimento* e suas variações no tempo antes de seguir adiante.

Modernização e Desenvolvimento são termos amplamente usados nos últimos séculos com o intuito de destacar uma série de conjuntos diferentes, porém, estes estão quase sempre muito atrelados aos processos e fases do capitalismo, principalmente para o seu aumento produtivo e/ou a superação de uma crise e vão moldando-se às circunstâncias e sujeitos das ações em seus determinados períodos para garantir a expansão deste sistema. O objetivo deste tópico é problematizar a partir de uma análise marxista, esses dois conceitos,

⁶ PRADO, Fernando Corrêa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. 2015. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

⁷ “Os planos globais de governo se tornaram uma praxe administrativa (...) Em grande parte, estes planos permanecem no nível das intenções, não conseguindo avançar na execução de suas propostas, pelo menos na extensão pretendida. Contudo, há que se relevar, as análises que precedem e justificam a elaboração dos planos trabalham, em sua maior parte, com dados concretos, importantes para a compreensão de nossa realidade e sempre foram assinados por expoentes acadêmicos” GONCALVES NETO, Wenceslau. **ESTADO E AGRICULTURA NO BRASIL: POLÍTICA AGRÍCOLA E MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA, 1960-1980**. SÃO PAULO: HUCITEC, 1997. 245p.

com foco e culminando nas semelhanças e problemáticas das diversas teorias desenvolvimentistas que surgem no pós-segunda guerra mundial (1945) até meados dos anos 1970 e que irão servir de base ideológica aos vários projetos estudados neste trabalho.

Para tratar de desenvolvimento, conceito central deste trabalho, antes de tudo devemos analisar outro conceito que vem intimamente ligado, muitas vezes confundindo-se com aquele, mas que é carregado de especificidades e de vital importância no entendimento daquele: a *Modernização*.

A palavra Modernização irá aparecer diversas vezes no período estudado, todavia, ela não é uma invenção deste recorte e é utilizada amplamente desde os princípios do capitalismo para a definição de diversos momentos e até de todo o período de transformações vivenciado pelo mundo nos últimos séculos. Seu uso banal, como vem sendo feito nos últimos tempos, pode ser relegado ao processo de naturalização e, conseqüentemente, desistorização, o que a colocaria como necessária ao desenvolvimento social⁸.

O conceito de Modernização aqui a ser seguido derivará da análise de Denis Castilho, no qual, para ele “O conceito de modernização, nesse sentido, é abrangente, já que está relacionado a um conjunto de transformações que se processam nos meios de produção, mas também na estrutura econômica, política e cultural de um território”⁹.

Ela se dá e depende dessa expansão, pois esta é uma necessidade básica do próprio sistema capitalista, essa constante expansão, para cada vez mais alcançar novos mercados, as inovações com o intuito de aumentar a produção, a elevação da exploração da mais-valia, e por último, como aponta Marshall Berman, ela advém atrelada a criação de “um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade” (BERMAN, 2007, p.12).

⁸ DENIS CASTILHO, DENIS. **OS SENTIDOS DA MODERNIZAÇÃO**. Boletim Goiano de Geografia (Online), v. 30, p. 125-140, 2011.

⁹ *Ibidem*.

Para além disso o autor a coloca como uma condição *sine qua non* da própria burguesia:

A burguesia não pode sobreviver sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e com eles as relações de produção, e com eles todas as relações sociais. (...) Revolução ininterrupta da produção, contínua perturbação de todas as relações sociais, interminável incerteza e agitação, distinguem a era burguesa de todas as anteriores (MARX apud BERMAN, 2007, p.14).

Essa citação levará à célebre frase de Karl Marx que irá sintetizar o espírito que a era moderna tem em relação a toda a sua sociedade “tudo o que é sólido desmancha no ar” (MARX, apud, Berman, 2007), ou seja, nada é feito para durar, nessa sociedade gerida para os interesses da burguesia não existe uma ossificação das tradições, ou de nenhuma relação, antes que essa aconteça os padrões modificam-se completamente e o que era novo torna-se obsoleto¹⁰.

Não obstante, essa constante modificação que a todo tempo tenta se opor às estruturas de seu período leva o mundo a diversas contradições, como aponta Karl Marx:

De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas que nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário. O maquinado, dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. As mais avançadas fontes de saúde, graças a uma misteriosa distorção, tornaram-se fontes de penúria. As conquistas da arte parecem ter sido conseguidas com a perda do caráter. Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece incapaz de brilhar senão no escuro pano de fundo da ignorância. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material (MARX apud BERMAN, p.13).

Sobre tais contradições Berman adiciona:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido,

¹⁰ “Todas as relações fixas, enrijecidas, com seu travo de antiguidade e veneráveis preconceitos e opiniões, foram banidas; todas as novas relações se tornam antiquadas antes que cheguem a se ossificar” (MARX apud Berman, 2007, p.19).

pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 2007, p.15).

Por último devemos adicionar que apesar de ser uma característica de nossa era, a modernização era apresentar seu sentido pleno:

É tão-somente nas condições do capitalismo tardio em crise, no período histórico de passagem para uma nova modalidade de acumulação do capital - "acumulação flexível" (Harvey), ou ainda, no período de "mundialização do capital" (Chesnais), que o insaciável movimento do capital em processo, o "incessante movimento de ganho", incessante movimento reduzido a crescimento quantitativo, assume um caráter plenamente inovador, dado pela constituição dos circuitos globais do dinheiro, que projeta, a nível global, "essa caça apaixonada do valor" (Marx). É sob tal condição sócio histórica. Portanto, que podemos apreender o verdadeiro sentido da modernização (HARVEY, 1992; CHESNAIS, 1995). O surgimento de "um único mercado mundial de dinheiro e de crédito", ou de uma macroestrutura financeira, é parte intrínseca da plena posição do capital enquanto sujeito da alta modernidade, ou da exacerbação da modernidade, com seus impactos decisivos nas esferas da cultura, da economia e da política. Além disso, a constituição do "mercado mundial de dinheiro e de crédito, principalmente a partir da década de 70, está ligada, intrinsecamente, à nova modalidade de acumulação do capital, de caráter flexível, à própria crise do fordismo, à própria financeirização como traço estrutural do capitalismo tardio em crise (BRAGA, 1993) (ALVEZ, 1996, p.27).

Para este trabalho, é crucial adicionar que esse viés modernista da classe burguesa irá desenvolver durante o nosso recorte de pós-segunda guerra mundial modelos de modernização, a partir também de uma ideologia desenvolvimentista, com o intuito de exportá-los aos países de terceiro mundo, sendo estes recebidos e moldados pelas burguesias nacionais, além de sofrerem resistência por parte de algumas classes.

Para o segundo e principal conceito devemos deixar claro, antes de tudo, que iremos seguir no restante do trabalho a ideia de desenvolvimento abordada Bianca Bonente (ANO) em sua leitura de Lukács sobre Karl Marx de que:

No caso da sociedade em forma especificamente capitalista, desenvolvimento significa, seguindo a mesma lógica, a operação das leis que emanam da organização própria da economia regida pelo capital em sentido

extensivo (i.e., para uma porção mais ampla do globo, submetendo uma quantidade maior de formações sociais e seres humanos) e/ou intensivo (comandando momentos mais amplos da convivência social, como a atividade artística, esportiva, relações afetivas, etc.). O trânsito desde um estágio mais baixo de desenvolvimento para um estágio mais alto significa, portanto, a predominância mais ampla da lógica capitalista na existência social.

A partir disso afirmamos que o discurso desenvolvimentista se tornou a tônica do pensamento do período estudado nesta dissertação, tendo suas bases reproduzidas até os dias atuais. Partindo do objetivo de exportar um modelo de gestão que, em tese, obteve sucesso nos países do Norte global surge essa corrente de pensamento que irá analisar, de maneira insípida, os motivos dos diversos outros países não terem alcançado tal patamar de complexificação das formas de produção e produzido o mesmo nível de bem-estar social.

Marcado por um pensamento tecnicista e que pregava a neutralidade da tecnologia para a evolução dos países subdesenvolvidos, era amplamente defendido pelos líderes, intelectuais e burguesias dos países ditos de "primeiro mundo". A partir dessa visão os países do chamado "terceiro mundo" eram vistos como atrasados, mas, que seguindo um padrão do capitalismo alcançariam o patamar dos países de primeiro mundo e o subdesenvolvimento seria apenas uma etapa para isso.

Contudo, devemos perceber que o discurso acerca do Desenvolvimento colocado no período, do pós-guerra até meados dos anos 1970, é recheado de especificidades e problemáticas. O principal questionamento apontado é para o fato de que este conceito foi pensado de maneira segmentada, ou seja, *Desenvolver* era visto apenas como uma forma de elevação do produto (per capita) acreditando que este acontecimento por si só é também capaz de elevar os níveis de bem-estar social da população. O desenvolvimento, nesse caso, seria exclusivamente "a passagem de um estado de privação material para o de pletora material" (BONENTE, 2011, p.39). Para a autora:

Naquele contexto, portanto, as teorias do desenvolvimento surgem como formulação científica de compreensão e administração da dinâmica social

capitalista, consolidando o argumento segundo o qual, somente através deste expediente, seria possível promover uma convergência (ou, no mínimo, uma aproximação) entre as trajetórias de crescimento das diferentes nações (ou conjunto de nações) (*Ibidem*, 2011, p.68).

Deve-se enfatizar aqui que a autora fala em “teorias” no plural justamente por não existir apenas um autor, ou um país pensando sobre esse desenvolvimentismo, diversas são as formas de ver e pensar e vários autores irão surgir para tal. Entretanto, todas elas carregam algumas características em comum, como aponta Bonente:

[...] o desenvolvimento é tomado como sinônimo de aumento da riqueza, medida pela renda per capita (acompanhado, em alguns casos, da noção de que esse aumento de riqueza deve ser capaz de gerar melhorias nas condições de vida da população). Consequentemente, por contraposição, o subdesenvolvimento é associado à baixa renda per capita (e, por vezes, à incapacidade de garantir condições dignas de vida para a população). Além disso, o que se observa nesse período é a predominância da ideia de que o desenvolvimento deve ser promovido através da industrialização. Assim, utilizando uma combinação de argumentos teóricos (de inspiração clássica, keynesiana e/ou schumpeteriana) e históricos (amparados nas experiências bem sucedidas de industrialização da Europa ocidental, Estados Unidos e União Soviética), essas teorias procuram defender e justificar a necessidade da industrialização.

Neste período Fernando Corrêa Prado (2015), aponta para o desenvolvimento como ideologia¹¹ e que nesses moldes indicam um viés positivista no qual “evolução” está apenas sendo substituída por “desenvolver”. É importante ressaltar que em muitos debates este é caracterizado como um contínuo, não apenas como horizonte utópico, dessa maneira o desenvolvimento se apresentaria como processo e objetivo¹². Esta visão do desenvolvimento com um horizonte, segundo o autor, parte de um processo dos seus pensadores de tentarem sempre enquadrar alguns processos históricos dentro da lógica desenvolvimentista. Também o

¹¹“Un campo de acción mental encargado de preservar los valores de la clase operaria [...] un sistema de valores, creencias y representaciones que auto-regeneran necesariamente las sociedades en cuya estructura haya relaciones de explotación (es decir, todas la que se han dado en la historia) a fin de justificar idealmente su propia estructura material de explotación, consagrándola en la mente de los hombres como un orden “natural” e inevitable. o. filosóficamente hablando, como una “nota esencial” o quidditas del ser humano” (SILVA, 1979b [1975], p.93 e 100).

¹²PRADO, Fernando Corrêa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. 2015. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

fazem de uma maneira positivista, desistoricizada e idealizada, melhor dizendo, sem considerar a totalidade e as particularidades de cada processo histórico (NOTA FERNANDO).

Sobre o viés positivista podemos ir além e pensar que isto acontece, pois, a partir de uma visão fragmentada do conceito, ou melhor, acaba-se naturalizando as questões próprias do capitalismo, desde o momento em que aceita-se que desenvolvimento é sinônimo de elevação do produto interno bruto de determinada nação.

Sobre todas essas problemáticas Fernando é cirúrgico:

Num contexto de supremacia do Modo de produção capitalista, no qual a naturalização desistoricizante deste modo de produção é um elemento ideológico fundamental, e em um contexto específico no qual o horizonte utópico de desenvolvimento é disputado por diferentes projetos políticos, a disputa entre distintos projetos ‘de desenvolvimento’ conforma justamente a aparência de desnaturalização e de ‘mudança estrutural’, ao passo em que, ao se manter como horizonte de ‘desenvolvimento’ (adjetivado de várias formas ou, mais comumente, sem qualquer adjetivo), o próprio de produção capitalista (e seu possível ‘desenvolvimento’) é tomado como dado natural (CORRÊA PRADO, 2015, p.36).

Outros problemas, também são apontados pelos mais diversos autores sobre este pensamento desenvolvimentista do pós-segunda guerra mundial, a literatura marxista, por exemplo, considera o “desenvolvimentismo como a ideologia justificadora da acumulação de capital, cuja retórica acena com projeto de universalidade para legitimar-se com a promessa da inclusão dos trabalhadores nos seus frutos” (*Ibidem*, 2015, p.41), dessa forma eclipsando que o capitalismo tem como princípio a exploração do trabalho, sendo assim incompatível tal promessa.

Também advindo dessa corrente de pensamento marxista vem a análise de que o desenvolvimentismo não seria apenas uma oposição entre países:

[...]toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. O conjunto da teorização sobre o

"modo de produção subdesenvolvido" continua a não responder quem tem a predominância: se são as leis internas de articulação que geram o "todo" ou se são as leis de ligação com o resto do sistema que comandam a estrutura de relações (OLIVEIRA, 1973, p.8).

Por último, devemos nos atentar que esta corrente de pensamento não é um completo rompimento com as antigas ideias imperialistas, sendo, em algumas visões, uma maneira de manter o poder dominante em países que estavam se tornando independente, visto que o período também corresponde à descolonização de diversos países na África e Ásia¹³.

Esse discurso ganha força no pós-segunda guerra mundial, principalmente na década de 1950 até meados de 1970. Os EUA assumem um papel de liderança imperialista¹⁴ dentro do capitalismo, porém, com a Europa devastada algo deveria ser feito.

É importante ressaltar que a recém fundada ONU já visualizava essa questão para o mundo também, demonstrando o momento propício do capitalismo para esse tipo de ideologia, isto significa, a formação de um contexto ideal na base material capitalista para a produção dessa ideologia “através da criação de novos mercados, da integração dos sistemas de produção e pela mudança qualitativa da expansão do investimento externo direto para as regiões que, também naquele, começarão a serem denominadas de ‘áreas subdesenvolvidas’.” (CORRÊA PRADO, 2015, p.46). Essa ideologia ganhará força a partir de órgãos governamentais, passando às agências internacionais e se estendendo às universidades e centros de pesquisa.

¹³ SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional**: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 225 f.

¹⁴ “A direção imprimida por um dado grupo ou fração de classe a toda a sociedade e, por isso mesmo, umbilicalmente ligada à única dimensão unificadora e organizadora de atores sociais em permanente estado de disputa explícita ou latente: a cultura. Deter a hegemonia, neste registro, significa deter e fazer valer um dado corpo de representações, valores, em suma, um código cultural aceito e partilhado, ainda que inconscientemente, por todos, malgrado desavenças ou conflitos, sendo estes últimos significativos da tentativa de construção do contra hegemônico” (MENDONÇA, 1996, p.4).

Os estadunidenses em 1947, sob um discurso de reconstrução do *Velho Mundo*, financiam o desenvolvimento destes países que se encontravam devastados, mas, no fundo essa teoria buscava a expansão do capital e do poder norte-americanos. Para a América Latina (AL) este aparece caracterizado no PONTO IV do discurso de posse de Harry Truman em 1949, que decide lançar o Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, Natividade apresenta:

Em seu discurso de posse, proferido a 20 de janeiro de 1949, Truman ressaltava o papel dos Estados Unidos como elemento ativo no auxílio à modernização dos países subdesenvolvidos, tendo por meta incentivar a industrialização, urbanização, crescimento da produção e dos níveis de vida, educação e cultura da população desses países (NATIVIDADE, 2017, p. 153).

É importante ressaltar que antes de 1947, no qual as tensões da guerra diminuíram, os países da África, Ásia e América Latina(AL) sequer eram considerados “subdesenvolvidos”, as definições iam no sentido de classificá-los como algo totalmente a parte do sistema capitalista como “bárbaros”, “semicoloniais”, dentre outras definições.

Com a criação da Comissão para a América Latina (CEPAL) em 1948, pela própria ONU, com a função de pensar sócio historicamente os problemas para a AL do período, essa comissão será a mais ativa das agências regionais estabelecidas pela ONU. Ela estruturou um pensamento desenvolvimentista muito sólido em toda a região, voltado para a industrialização como forma de resolução de tais problemas e este continente demonstrava um lugar de inserção destas ideias por, diferentemente da África já ter passado por um processo de descolonização e ter estruturas capitalistas mais solidificadas.

Entretanto, não devemos colocar as ideias Cepalinas como meras reproduções do desenvolvimentismo criado nos pensamentos estadunidenses, pelo contrário, voltando-se para a AL a CEPAL trará uma revolução nesse tipo de ideologia para o terceiro mundo, ou seja, irá mudar suas bases de pensamento, como coloca Fernando Corrêa Prado:

A CEPAL levou a cabo uma transformação crucial de toda a discussão de desenvolvimento e subdesenvolvimento, criando propostas, conceitos e variáveis que até aquele momento não faziam parte do repertório de análise sobre a região. Deterioração dos termos de troca, industrialização via substituição de importações, divisão centro-periferia, entre outras noções (CORRÊA PRADO, 2015, p. 59).

Podemos ver que apesar de diferentes seus pressupostos não são, obviamente, descolados dos originais. A diferenciação maior vem a partir da análise sobre o subdesenvolvimento, sem ser apenas uma etapa, abrindo um mundo de estudos sobre essa situação da região, passando a ser visto como um processo histórico autônomo. Dessa forma, para superar tal situação, devia-se superar, em uma visão dualista, os aspectos “tradicionais” de cada sociedade, através da industrialização de intervenção do Estado por substituição de importações, de maneira que o centro de decisões fosse interno ao país¹⁵.

Ademais a guerra fria também é primordial no contexto de expansão dessa teoria, visto que a partir dos princípios socialistas da União Soviética e da busca dos países de terceiro mundo para sair da subjugação imperial e colonial, o capitalismo deveria apresentar uma alternativa, dentro do seu sistema, para as desigualdades produzidas pelo próprio sistema capitalista, um escape à fome, que acabou se apresentando como horizonte utópico para os subdesenvolvidos.

Na AL os investimentos aumentaram bastante, principalmente, a partir da revolução cubana em 1959, essa preocupação se concretiza e vê saída na criação da Aliança para o Progresso (APP) em 1961, que seria um programa de cooperação com os Estados Unidos para desenvolvimento da América Latina que foi criado com a assinatura da Carta de Punta del Leste em 1961, aglutinando as diretrizes programáticas do Ponto IV, Arapiraca (1979) nos dá uma dimensão maior desse programa:

A aliança para o progresso teve no Brasil o país que mais recebeu financiamentos seus em diversas áreas. O projeto, colocado em prática pelo governo de J. F. Kennedy, tinha como objetivo principal a contenção do

¹⁵ *Ibidem.*

avanço do comunismo na América Latina e além disso era uma maneira de as empresas estadunidenses terem amplo acesso ao mercado destes países, comercializando seus pacotes industriais (ARAPIRACA, 1979).

Sob as justificativas apontadas anteriormente para a teoria de modernização dos países subdesenvolvidos, são definidas as áreas básicas de intervenção para este projeto, “o ensino básico, a saúde, a nutrição, a habitação, o planejamento familiar e o desenvolvimento rural [...] as práticas de saúde, educação, agricultura e reprodução dos povos do Terceiro Mundo”¹⁶.

Apesar desse discurso de apoio internacional, a realidade do que se teve foi bem diferente do esperado. O que se viu, principalmente na AL durante as décadas de 1960 e 1970 foi a utilização desses países para escoamento de produtos industrializados com uma exportação de expertise totalmente dependente de tecnologias exógenas, isto é, “ratificavam-se mecanismos capazes de assegurar um mercado de consumo seguro para os bens e serviços estadunidenses”¹⁷. Além disso, pode-se perceber que as principais áreas de foco para os países receptores eram as de criação de matéria-prima, para a indústria daqueles. Como Arapiraca (1979) muito bem caracteriza:

A política de ajuda aos países subdesenvolvidos promovida a partir dos países hegemônicos, dissimula uma forma de manutenção da hegemonia da economia capitalista concentradora, no sentido de enquadrar os países receptores na sua esfera de dependência circular: um enfoque na tentativa de demonstrar que a política de ajuda tão ostensivamente desenvolvida na modernidade, outra coisa não é, senão, o estabelecimento da lógica do círculo: ajuda-se aos países subdesenvolvidos para que esses ajudem aos países hegemônicos a continuarem sempre a acumular capital às expensas da exploração dos recursos daqueles (ARAPIRACA, 1979).

Devemos pontuar também que todo este projeto era realizado com a participação das elites locais, principalmente na AL, a visão de modernização desde esse período já

¹⁶ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)**. 2018. 362 f. Tese (Doutorado) Curso de História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012. (p.57).

¹⁷ MENDONÇA, Sonia. R. de. **Estado e Educação Rural no Brasil - Política Pública e Hegemonia Norte-Americana (1945-1961)**. Revista História & Luta de Classes, v. 7, p. 7-12, 2009.

enfaticava a necessidade do consenso para a implantação desta ideologia, o trabalho deveria ser portanto, para atender aos interesses das frações de classes das burguesias e da construção do convencimento no resto da sociedade civil. Dessa forma:

[...]essas Elites orgânicas latino-americanas não se constituem nem agem simplesmente como sucursais ou extensões mecânicas das organizações congêneres do eixo norte-norte, pois detêm ampla capacidade de ação política independente.

As elites orgânicas da América Latina se beneficiaram do apoio logístico, do intercâmbio de expertise e de pessoal, da sincronização de atividades, da alimentação ideológica e política e do reforço de ações das elites orgânicas do capitalismo avançado (DREIFUSS, 1979, p.106).

É possível perceber que elas não enxergavam essa questão ao pé da letra, ou melhor, a ideologia da modernização como uma verdade universal, nesse caso elas selecionavam aspectos que as favorecessem para aplicar na realidade local¹⁸.

Várias foram as estratégias de espalhar essa ideologia como alternativa ao próprio subdesenvolvimento na AL, e dentre as principais ferramentas temos o ensino como fator primordial para alcançar estes objetivos, principalmente com a chegada da APP, com o objetivo de que a visão de Ciência estadunidense se tornasse consenso como a única viável para o desenvolvimento dos países denominados subdesenvolvidos eram fornecidos “especialistas” e realizados programas de cooperação entre universidades que disciplinaram a pesquisa e o ensino a partir do modelo importado. Talvez o ensino não fosse o principal investimento do capital estrangeiro, mas era a principal forma de divulgação de suas ideias nos países.

O papel do ensino, assim, seria importante para a construção do consenso na sociedade civil, guiando e espalhando a palavra da modernização em todos os âmbitos do país, seja na formação de jovens para a indústria, como nos cursos de extensão para pequenos agricultores e toda a sua família. Como aponta Dreifuss:

¹⁸ SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional**: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 225 f.

O esforço das elites orgânicas latino-americanas visava à projeção de um conjunto de interpelações ideológicas, a serem introjetadas como senso comum, buscando a formação do consenso no interior das próprias classes dominantes, para realizar as modernizações conservadoras em seus países. Com o objetivo de ampliar seu esforço de classe, as elites orgânicas procuraram cooptar quadros de destaque das classes e grupos subalternos, nos campos político-partidário, intelectual, artístico e profissional. Paralelamente, trataram de desarticular e desagregar grupos subordinados para extrair, produzir e configurar o consentimento. Quando falhavam nos recursos repressivos ideológicos, as elites utilizavam os recursos coercitivos, através dos grupos de ação ou da instrumentalização de mecanismos estatais (DREIFUSS, 1979, p.119).

Devemos ressaltar que outras estratégias midiáticas também foram adotadas, como a utilização dos meios de comunicação para a implantação deste modelo. Dreifuss (1979) dá um exemplo dessa situação ao colocar que apenas em 1968 na Argentina os norte-americanos produziram 26 filmes sobre suas empresas privadas, com o intuito de ressaltar a importância destas, este recurso foi escolhido pois:

“Os filmes, afinal, eram peça importante no arsenal de propaganda, considerando-se as limitações no hábito e nas possibilidades de leitura das populações da AL. Além do mais, o poder da imagem, e do efeito visual funcionavam como importantes transmissores e multiplicadores de mensagens” (*ibidem*, p.120).

Além de tudo, também tivemos a intervenção das empresas na realidade local, com obras de cunho filantrópico, que tinham como objetivo demonstrar uma suposta neutralidade do desenvolvimento e gerar simpatia desta para os moradores e trabalhadores, tudo isso sob a desculpa de “função social”¹⁹.

A United States Agency for International Development (USAID)²⁰ foi a grande responsável dos EUA pela ação na AL da APP e seus programas eram dos mais variados possíveis. Com concentração de investimentos na área de infraestrutura para produção e

¹⁹ SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional**: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 225 f.

²⁰ A USAID é um órgão do governo dos Estados Unidos da América, criado em 1961, com o intuito de organizar e realizar os projetos da Aliança para o Progresso, além de oferecer diversos financiamentos para os governos da AL.

escoamento de produtos da Indústria e Agricultura desta agência. Podemos ver que sua atuação não se restringia a isto e, ademais, constatamos que a educação era mecanismo de bastante importância para a USAID que, em 1968, firmou um acordo confidencial com o Ministério da Educação brasileiro para:

Segundo a historiadora Maria Paula Araújo o “acordo MEC-USAID foi a resposta da ditadura militar à luta pela reforma universitária que os estudantes vinham travando desde o início dos anos 1960-64. A cooperação tinha como objetivo principal a adaptação da estrutura educacional brasileira às exigências modernizantes capitalistas, que se intensificaram após 1964 bem como a contenção do Movimento Estudantil (ME), que resistia às propostas modernizantes autoritárias sugeridas pela USAID e pelo regime” (RODRIGUES, 2021, p.41).

Ainda, ele também serviria na formação não apenas de técnicos, mas de intelectuais, ou melhor, enquanto os técnicos deveriam ser responsáveis pelas ações de extensão rural e implementação das tecnologias no campo; os intelectuais realizariam as pesquisas necessárias para adaptar o desenvolvimento a cada realidade distinta, ocupariam cargos diretivos nas mais diversas agências, nacionais, internacionais, públicas e privadas; e colocariam este modelo de sociedade como projeto dos países.

No Brasil, as teorias desenvolvimentistas irão se consolidar antes até mesmo da APP, sendo a partir da década de 1950 que vão tornar-se “o centro de gravidade das disputas políticas e intelectuais, firmando-se como horizonte utópico, em sintonia com o arcabouço ideológico que vinha se formando nos Estados Unidos no Bojo da guerra fria (CORRÊA PRADO, 2015, p.65). Fernando aponta que o enraizamento desse pensamento no Brasil foi profundo e dá os motivos para isso, são eles:

- i) a conjunção e transformação de forças sociais ligadas a certos ideários que historicamente foram importantes dentro das classes dominantes no Brasil;
- ii) a existência - desde o início do século XX e, a partir da formação do Estado Novo em 1937, com participação direta no poder estatal de uma elite militar (coadjuvada no âmbito civil e intelectual no conservador), com pensamento e projeto de expansão do poder nacional;
- iii) a tradução, publicação, difusão, presença direta no debate político e influência intelectual de muitos daqueles personagens que formam a chamada “economia do desenvolvimento”, comentada na seção anterior;

- iv) a formação em 1955, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que teve forte presença no campo intelectual, político e ideológico no Brasil, sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek, e cuja função era nada menos que criar uma ideologia do desenvolvimento nacional;
- v) e, finalmente, a confluência tática em torno do desenvolvimento capitalista durante a década de 1950, como parte da estratégia democrática e nacional defendida pela principal força política da esquerda no país até aquele momento: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) (*Ibidem*, p.73;74).

Fernando nos dá alguns elementos para pensar, e irmos até além sobre o desenvolvimento desta ideologia no Brasil, que obviamente não vem nem estabelece-se como em outros países e terá suas particularidades a partir das forças que estão disputando o Estado ampliado como um todo, resistindo e avançando em ideologia desenvolvimentista, assim teremos algumas forças cruciais para esta dissertação, além da anterior ideologia industrial, totalizando um período de 50 anos aqui estudado (1930-1980), dentre as forças estão as disputas e planejamento dos capitalistas industriais e agrárias desde a era Vargas para um desenvolvimentismo voltado para o capital nacional ou internacional e, conseqüentemente o papel do Estado nisso; também a função de forças de resistência, como operários, camponeses, partidos como o PCB, sindicatos e ligas camponeses. Devemos enfatizar que o próprio PCB (Partido Comunista Brasileiro) tinha um projeto desenvolvimentista de Brasil devido às suas concepções teóricas do período.

O Brasil em 1930, como é colocado por toda a historiografia, passa por uma mudança na hegemonia política e econômica, mudança que consiste na perda do poder por parte das oligarquias agrárias e ascensão da hegemonia dos burgueses industriais. Segundo Octavio Ianni essa mudança significou a “vitória da cidade sobre o campo, digo, das classes sociais urbanas sobre as classes sociais rurais” (p.128, 2012). Mas, essa mudança não realiza-se completamente, a visão dualista não nos cabe para tal período, os capitalistas agrários continuam com determinada relevância na política e têm suas reivindicações atendidas. Ianni apresenta um pouco de como funcionou o sistema e a apropriação da agricultura para o setor industrial:

[...]foi-se desenvolvendo cada vez mais a dupla dependência que caracteriza a situação da sociedade agrária brasileira, desde a época em que a burguesia agrária perdeu a hegemonia política para outras classes sociais, particularmente a burguesia industrial. Não somente o produto do trabalho agrícola passou às mãos de outras esferas do sistema econômico nacional e mundial, como mercadoria para a cidade e o comércio mundial, ou seja, sob o controle de outras empresas, grupos econômicos e interesses; também sucedeu o mesmo com o excedente econômico produzido pelo setor agrário. Além disso, as decisões de política econômica foram tomadas principalmente em função dos interesses predominantes no setor industrial, nacional ou internacional (IANNI, p.129, 2012).

Nesse caso, foi necessário mudar o papel da agricultura na economia brasileira, sem destruí-la, visto que a economia ainda dependia desta e o polo industrial não estava completamente no centro econômico, essa forma de apoiar ainda a agricultura, porém de uma forma a coibir sua expansão e a pouca inserção de capital estrangeiro leva o período de 1930-1955 a ser conhecido como o de “industrialização restringida”. E Francisco de Oliveira complementa falando sobre como essas frações de classe se relacionavam e ditando as regras do jogo as oligarquias agrárias deveriam seguir o padrão das burguesias industriais:

A questão da convivência com as oligarquias agrárias e, até certo ponto, da preservação da forma pela qual essa oligarquia reproduzia sua riqueza, é tão-somente uma questão de subordinação; subordinação que não exclui contradições entre os interesses da burguesia industrial e os das oligarquias agrárias, entre o latifúndio e a indústria, entre cidade e campo. A política econômica ditada pelos interesses da reprodução do capital industrial reduziu as formas de reprodução da economia agroexportadora até o limite necessário para que estas não continuassem a impor sua própria forma de reprodução ao conjunto da economia nacional, mas foi suficientemente elástica para permitir a sobrevivência dessa forma de reprodução (OLIVEIRA, 1977, p.83).

Os interesses industriais durante o governo Vargas levaram o Brasil a pensar numa forma de economia voltada para esta e esta irá ditar nos próximos 50 anos a economia do país, isto é, uma mudança na política econômica brasileira, voltando-se para uma industrialização e, dessa forma, a modernização e criação de novas tecnologias deveria chegar a esse setor no país. Isso se dá a partir da criação de uma ideologia da industrialização, ou melhor, a burguesia industrial consolida na sociedade um pensamento no qual a

industrialização seria a forma de superar a fragilidade econômica de um país totalmente dependente da agroexportação (MENDONÇA, 2008, p.20).

Esta mudança de patamar industrial ocorrida no Brasil se dará através do nacional-desenvolvimentismo, nesse período o Estado era o financiador e principal investidor do projeto, com pouca inserção de capital estrangeiro, pois, no período Vargas:

[...]a figura do Estado assume um papel relevante, em razão de sua capacidade de definir um arranjo institucional baseado em crenças e ideologias, ao mesmo tempo que define normas, leis e regras institucionais formais para o alcance dessa estratégia. Especificamente em relação ao capital internacional, é necessário a construção de um arranjo institucional que minimize sua influência, mas não sua participação nos objetivos gerais decididos internamente (Arend, 2009, p. 116).

A falta de investimento estrangeiro e o tal nacionalismo não pode ser visto apenas como uma opção política, como coloca Arend, deve-se destacar que ocorreu devido a alguns fatores e o primeiro é a recente crise de 1929 e, posteriormente a segunda guerra mundial, isto é, não foi uma escolha da burguesia industrial brasileira e o governo Vargas, não havia esses recursos estrangeiros no mercado, as potências econômicas estavam focando tais investimentos na reconstrução da própria economia.

Não obstante, não pode-se secundarizar o projeto “nacionalista” brasileiro, quer dizer, relegar a segundo plano a sua força político e colocar tudo na conta do contexto de crise do capitalismo mundial, este nacionalismo viria como projeto de engajamento dos setores sociais na missão de resolver os problemas do país, ou melhor, uma tentativa de união dessas visões, muitas vezes antagônicas na forma política conhecida como populismo. A autora Sônia Mendonça destaca ainda mais a importância desse nacionalismo para os diversos setores sociais e afirma:

De uma maneira geral podemos afirmar que nas representações de alguns segmentos sociais mais urbanizados já se tinha afirmado algumas convicções importantes que podem ser resumidas em 3 pontos: a) a consciência de que o desenvolvimento ocorrido no país era um reflexo das flutuações do capitalismo; b) a descoberta de que surtos de desenvolvimento eram relacionados às conjunturas críticas do capitalismo; c) e a certeza de que as

transformações do sistema econômico se associavam ao grau de nacionalismo das decisões sobre políticas econômicas. Diante disso, na visão desses grupos se impunha a intervenção estatal como forma de tentar superar os pontos frágeis da economia brasileira (MENDONÇA, 2008, p.36).

Deve-se destacar que esse ideário nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas irá ganhar bastante força, atravessando as classes sociais, mesmo que numa definição vaga, mas aproximada do capitalismo. Não só mudou-se, no período, o pensamento e a economia, como mudou-se o papel do Estado, este destacou-se primeiramente pela heterogeneidade de forças políticas envolvidas, dessa forma, formando um “esforço de adaptação” sendo o início do conhecido populismo; o segundo ponto é a relação com o proletariado e campesinato, no primeiro caso o Estado cria uma estrutura burocrática de sindicatos e organizações encabeçado por ele mesmo, tendo cada classe apenas uma representação, já no segundo muito pouco altera-se a estrutura agrária, contudo começa o processo de proletarização no campo, explicado posteriormente; o terceiro e último ponto é crucial, o Estado, a partir da falta de investimentos estrangeiros e da falta de um capital privado consolidado no Brasil é “pressionado a atuar muito além do papel de um mero coordenador da economia, transformando-se em investidor” (*Ibidem*, 2008, p.31).

Dessa forma, conclui-se a fase de enraizamento do desenvolvimentismo no Brasil, através de uma dinâmica de nacional-desenvolvimentismo, focado prioritariamente na indústria de substituição de importações, comandado pelo investimento estatal, além de uma estrutura política populista de controle sindical, evitando maiores conflitos entre as classes. Em vista disso, estavam plantadas as sementes do desenvolvimentismo no Brasil que ganhou muito mais força a partir da década de 1950 e após 1956 irá apresentar outra dinâmica no país, destacando-se o papel da CEPAL e seus intelectuais como Celso Furtado e principalmente pelo fato de ter hegemonicamente a fração de classe industrial do Centro-Sul, que inclusive estava consumindo as ideias Cepalinas.

Os intelectuais brasileiros também estavam amplamente consumindo o pensamento Cepalino e alguns participavam da CEPAL, dessa forma, adentrando nas teorias sobre o subdesenvolvimento no Brasil é criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que será o principal responsável pela propagação das ideias nacional-desenvolvimentistas no Brasil, a partir de 1955, como principal meio de oposição ao imperialismo o ISEB repetia e atualizava o arcabouço teórico da CEPAL e colocava o Estado como o responsável pelo desenvolvimentismo e a burguesia industrial deveria ser seu agente. Para esse Instituto, existia um interesse nacional maior que as contradições de classe no momento, a saída do “capitalismo mercantil” para o “industrial” seria o mote do desenvolvimento e as classes deveriam se unir em prol desse viés. A partir disso podemos ver como o ideário desenvolvimentista chega ao Brasil e foi modificando ao longo de sua implementação. Além de tudo, falta um agente a ser analisado no estudo dessa teoria e as modificações da ação no Estado ao longo dela: o PCB.

O fim do Estado Novo marca a volta à legalidade do PCB, um histórico partido de mobilização popular no Brasil e de forte apoio dos trabalhadores. Esse partido esteve inclusive presente na formulação da Constituição de 1946, garantindo o direito à greve por exemplo, no entanto, sofrerá novamente com a volta à ilegalidade, porém ainda terá um forte poder de mobilização, tanto de pessoas quanto de ideias.

Dessa forma ele também é importante para a inserção e transformação dos ideais desenvolvimentistas na sociedade, mesmo que para os dias atuais pareça contraditório um partido comunista defender o desenvolvimento do capitalismo. Acontece que o PCB tinha uma concepção diferente sobre como alcançar a revolução comunista nos anos 1950. Para os intelectuais do partido, em sua maioria, o etapismo deveria ser seguido para se alcançar o socialismo, ou seja, o Brasil deveria passar por uma revolução burguesa industrial no seu capitalismo, para só posteriormente a um capitalismo “pleno”.

O PCB também se coloca contra o Imperialismo, destacando-se alguns de seus quadros inseridos no próprio ISEB, demonstrando a proximidade de pensamento tanto da burguesia industrial quanto das forças populares no período. Mesmo na ilegalidade, o partido apoia JK e João Goulart nas eleições. Para eles o principal inimigo, assim como para o ISEB e a CEPAL era o imperialismo, além da estrutura agrária tradicional do Brasil.

Já com o ideário desenvolvimentista consolidado e uma agricultura bastante proletarizada, passando por diversas disputas no campo, bastante preocupado com suas condições de trabalho e a desigualdade no campo, além do contexto de pós-segunda guerra mundial e busca de mercado por parte de algumas potências globais, com destaque para os EUA aparece então, Juscelino Kubitschek, com outra lógica desenvolvimentista e aberta ao capital estrangeiro.

O movimento de mudanças do desenvolvimentismo do governo JK baseia-se na tentativa de consolidar a burguesia industrial como hegemônica no Brasil, cada vez mais a balança pesava para essa em detrimento da agrária. Ela deu prioridade no investimento em bens de consumo duráveis e não duráveis, com apoio do capital estrangeiro, entretanto, não podemos ver como um bom investimento estrangeiro no Brasil, na realidade existia pouco interesse dos países hegemônicos em mudar a divisão internacional do trabalho neste país, mas Francisco de Oliveira explica como isso aconteceu:

A posição do capitalismo internacional, principalmente a do capitalismo do país hegemônico, era, muito ao contrário, amarrada à antiga divisão internacional do trabalho, em que o Brasil comparecia como produtor de bens primários de exportação. Assim, é difícil reconhecer uma estratégia do capitalismo internacional em relação à aceleração da industrialização brasileira; foi nas brechas do policentrismo, com a reemergência dos países do Mercado Comum Europeu e a do Japão, que a estratégia nacional encontrou viabilidade (OLIVEIRA, 2008).

Dessa forma, conseguindo negociar com diversos países, JK consegue articular a viabilização desse momento do desenvolvimentismo do país. Ainda, o capital internacional tem outra peculiaridade, o interesse nele por parte da burguesia brasileira vem com o intuito

não de mudar completamente o modelo nacional-desenvolvimentista, mas para angariar a tecnologia e o *know-how* existente nos estrangeiros, logo, mais interessados no conhecimento para uma indústria mais complexa.

Pode-se considerar esse momento como o auge da consolidação do desenvolvimentismo, inspirado por uma rápida urbanização, investimentos enormes do Estado por parte da indústria e uma mudança nas condições de vida do trabalhador, porém, sobre este último ponto Francisco de Oliveira nos alerta:

Em outras palavras, para enfatizar uma conclusão pré-esboçada, a aceleração da inversão a partir do período Kubitschek, fundada numa base capitalística interna pobre e nas condições internacionais descritas, requeria, para sua viabilização, um aumento na taxa de exploração da força de trabalho (*Ibidem*).

A partir disso, vê-se no Brasil uma intensa exploração da força de trabalho brasileira nos centros-urbanos, o discurso era de melhoria das condições de vida a partir do movimento de urbanização, porém, na prática “A intensa mobilidade social do período obscurece a significação desse fato, pois comumente tem sido identificada com melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando” (OLIVEIRA, p). Sendo assim, aos poucos o pacto populista será quebrado, na necessidade de superexploração colocado por JK chega na realidade do trabalhador e unificará esta, esgotando-se o pacto populista:

A luta reivindicatória unifica as classes trabalhadoras, ampliando-as: aos operários e outros empregados, somam-se os funcionários públicos e os trabalhadores rurais de áreas agrícolas críticas. Tal situação alinha em polos opostos, pela primeira vez desde muito tempo, os contendores até então mesclados num pacto de classes. A luta que se desencadeia e que passa ao primeiro plano político se dá no coração das relações de produção. Pensar que, nestas condições, poder-se-iam manter os horizontes do cálculo econômico, as projeções de investimentos e a capacidade do Estado de atuar mediando o conflito e mantendo o clima institucional estável, é voltar ao economicismo: a inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente, mas sim porque não poderia realizar-se institucionalmente (*Ibidem*).

Logo, a partir desse momento, finalmente chegará a ditadura militar, num ambiente de completa repressão das forças sociais, na quebra desse pacto populista, os militares conseguem impor um modelo desenvolvimentista, a partir do fim da década de 60, completamente voltado para as burguesias brasileiras, com irrigação de capital estrangeiro, pelos motivos falados anteriormente de revolução cubana e necessidade de expansão dos mercados.

Deste modo, podemos concluir que o Brasil não terá um movimento uníssono de desenvolvimentismo, nem que este é um ideário simplesmente exportado e recebido de qualquer forma pelos países de terceiro mundo, vários grupos e forças sociais estão disputando essa ideia que, apesar de hegemônica, ganhará diversas variações de acordo com o contexto sócio-histórico e grupo social envolvido, desde a esquerda até aos ideólogos da burguesia ela estará presente.

2.2 A Revolução Verde

Como visto anteriormente a ideologia do desenvolvimento, que tem como principal elemento o discurso modernizante tinha diversas características e seus sustentáculos se estendiam a vários setores da produção capitalista, no entanto, um em específico era o de maior interesse para os países subdesenvolvidos, a agricultura.

Tradicionalmente já de grande relevância nas economias vistas como atrasadas dessas nações, a agricultura teve papel primordial no processo discutido até o momento, ela deveria passar de não apenas mais produtora de bens exportáveis, como café, açúcar, soja, para geradora de matéria-prima para a indústria, e exportadora de alimentos para os países desenvolvidos, além de consumidora de produtos industrializados, como máquinas, equipamentos e insumos. Esse processo de modernização na agricultura foi denominado como

“Revolução Verde”, alcunha cujo objetivo é se opor à revolução vermelha (comunista) que estava em processo de expansão pelo mundo²¹.

Politicamente a modernização da agricultura tinha importância elevada e o agricultor era visto como um elemento de suma importância nesse processo e, portanto, a intervenção agrícola era primordial:

Para o sistema político, a oposição dentro da cidade pode ser perturbadora, mas não é letal. A oposição no interior é, porém, fatal. Quem controla o interior controla o país. [...] Se os camponeses aceitam e se identificam com o sistema existente, isso proporciona uma base estável ao sistema. Se os camponeses se opõem massivamente ao sistema, passam a ser os portadores da revolução [...]. O camponês pode, assim, desempenhar um papel altamente conservador ou altamente revolucionário (Huntington, 1975, p. 302).

A “Revolução Verde”, que surge no pós-segunda guerra mundial, através do uso de diversas técnicas descobertas durante a guerra adaptadas para a agricultura e com objetivo de aproveitamento da indústria química desenvolvida se inseriu nesse processo como a modernização da agricultura, ou seja, o “avanço” de um conjunto de técnicas de melhoramento genético de plantas, surgimento de máquinas mais eficientes e o desenvolvimento de meios de combater “pragas nas plantações”.

Este projeto veio acompanhado de um ideário de combate à pobreza através do aumento da produtividade e que teria vantagens tanto para o agricultor, quanto para o Estado, através do “aumento da produção, sua diversificação, a melhoria de equipamentos produtivos, o impacto dos programas de assistência e formação na mudança de mentalidade”²².

É importante ressaltar que o trabalho de melhoramento significa mais do que novas técnicas e métodos. Segundo Ellen Wood, representam novas concepções de propriedade, implicando também na eliminação dos antigos costumes. Tal concepção dos

²¹LANERO, Daniel. FREIRE, Dulce. **Agriculturas e Innovación tecnológica en la península ibérica: 1946-1975**. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011. p. 25-51.

²² Schwarz, Alf. **LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E LÓGICA CAMPONESA**. Tempo Social [online]. 1990, v. 2, n. 1 [Acessado 19 Outubro 2021], pp. 75-114. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ts.v2i1.84788>>. Epub Jan-Jun 1990. ISSN 1809-4554. (P.6).

melhoramentos como nova forma de propriedade se dá através da leitura de Locke sobre o que seria a propriedade, se discutindo seu uso produtivo, isto é, “melhoramento” para legitimar o direito a ela²³. Apesar da autora estar falando de um outro período temporal, isso pode ser muito bem percebido no caso aqui estudado.

Podemos perceber na teoria e, principalmente, na prática a falta de envolvimento dos agricultores, principalmente pequenos, que seriam objetos dessas ações desenvolvimentistas na agricultura. O que se tem na Revolução Verde a partir disso é a construção de um embate entre dois paradigmas, o que foi deliberadamente chamado de “tradicional” e o “modernizador”. Entretanto, este fato não nos surpreende já que um dos principais pilares da ideologia do desenvolvimento é ignorar e apagar toda e qualquer forma de reprodução social dos países de terceiro mundo que não estejam de acordo com a expansão do capitalismo.

Para os ideólogos desse tipo de pensamento a agricultura, no seu modelo dito tradicional, seria a responsável pelo subdesenvolvimento dos seus países e daí surgiram as teorias dualistas, que colocaram, como apontado anteriormente o Tradicional x Moderno, Graziano nos aponta com precisão esse processo:

É preciso lembrar que essa concepção dualista derivava, no fundo, da própria constatação de dois mundos “separados” - o subdesenvolvido e o desenvolvido. E as propostas formuladas para a superação deste pretenso antagonismo derivavam da imitação do caminho percorrido pelos países desenvolvidos, como se o subdesenvolvimento fosse um estágio anterior desse processo, como se os países hoje ditos desenvolvidos tivessem sido um dia subdesenvolvidos. A industrialização era apresentada como a fórmula milagrosa capaz de por si só, gerar o desenvolvimento; e o setor agrícola, apontado como o responsável pelo atraso desses países, deveria ceder a sua posição dominante na economia (GRAZIANO, 1982, p.17).

Podemos dizer que o termo sistema “tradicional” de agricultura, serviria para caracterizar não uma forma uníssona que estava presente ao redor do mundo, mas para

²³ WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.

colocar dentro de um só leque diversas formas agrícolas que não condizem com as necessidades do capitalismo no período. As principais características estão ligadas a forma de produção, que estariam mais atreladas às experiências dos camponeses do que com as tecnologias de ponta que garantiriam uma maior produtividade, que é importante ressaltar, não seria um fim destas atividades.

Os sistemas tradicionais se caracterizam fortemente por uma agricultura com fins de subsistência cujo objetivo vai além do econômico, perpassando por conquistas culturais, sociais e políticas nas suas localidades. A principal prioridade é, portanto, a reprodução do modo de vida, associado à busca por uma segurança do atendimento das necessidades básicas, sendo bem mais atrativa que a tomada de riscos à procura de uma maior maximização da renda monetária²⁴, dessa forma, percebemos que o objetivo final é totalmente oposto à lógica do desenvolvimento capitalista.

Dessa forma, podemos ver uma tentativa de formação de uma análise dualista do problema, no qual teríamos o binômio tradicional x moderno, mas, realizando uma análise mais crítica podemos perceber que isso não se dava na prática, principalmente no Brasil, no qual a modernização foi definida como conservadora, isto é, mantendo suas bases estruturais e apenas alterando-se tecnologicamente.

Posteriormente, iremos analisar na prática brasileira como este tipo de dualidade não passava de mero discurso. Para o momento atual devemos enfatizar que esse tipo de dualidade apenas leva-nos a simplificação no estudo da problemática dos reais problemas dos países atingidos pela Revolução Verde e do discurso desenvolvimentista, como demonstra Francisco de Oliveira:

De fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se sequer manter a terminologia. O

²⁴ Schwarz, Alf. **LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E LÓGICA CAMPONESA**. Tempo Social [online]. 1990, v. 2, n. 1 [Acessado 19 Outubro 2021], pp. 75-114. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ts.v2i1.84788>>. Epub Jan-Jun 1990. ISSN 1809-4554. (p.6).

"subdesenvolvimento" pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em "trânsito", portanto, para formas mais avançadas e sedimentadas deste; sem embargo, uma tal postulação esquece que o "subdesenvolvimento" é precisamente uma "produção" da expansão do capitalismo. Em raríssimos casos — dos quais os mais conspícuos são México e Peru — trata-se da penetração de modos de produção anteriores, de caráter "asiático", pelo capitalismo; na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o "subdesenvolvimento" é uma formação capitalista e não simplesmente histórica.

Comparar esses dois modelos de produção, baseando-se apenas no critério da produtividade serve apenas para fortalecer a ideia de que a modernização para o capitalismo é a única solução mais produtiva, além de como apontado anteriormente esquecer que essa é também uma das causas da problemática. Já o Sistema de agricultura moderno, bastante caracterizado aqui tem definição precisa de Wolfart:

A "Revolução Verde" foi formulada e idealizada pela Fundação Rockefeller e contou com apoio de poderosos grupos empresariais e multinacionais tais como a fundação Ford, Cargill, Aliança para o Progresso, Agrocere, Bancos Nacionais entre outros. Pretendia-se, por meio desse projeto, causar uma "revolução" na produção de alimentos através da difusão de técnicas, tecnologias e insumos agrícolas produzidas pela indústria. O conjunto dessas técnicas agrícolas compunham as experiências em genética vegetal voltada para a multiplicação de sementes resistentes a doenças e pragas, bem como adequadas aos diferentes tipos de solos. Esses produtos formulados nos institutos de pesquisa formavam o chamado pacote tecnológico realizado para garantir melhores resultados na produção (WOLFART, 2017, p.20).

É possível perceber, a partir dessa colocação de Wolfart que a modernização da agricultura vai além do discurso inicialmente colocado de apenas desenvolvimento dos países e garantia de segurança alimentar para a humanidade, esse modo de produção permite a acumulação do excedente e o seu investimento por parte do Estado ampliado para além do setor agrícola, desta maneira, na sua teoria, contribuindo para todo um desenvolvimento nacional²⁵.

O trecho supracitado também nos indica a forte presença de diversos agentes internacionais, podendo ser destacados e agrupados dessa maneira: agências filantrópicas, empresas do ramo da agricultura e governos. Além do que, na categoria "outros" têm

²⁵ Schwarz, Alf. **LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E LÓGICA CAMPONESA**. Tempo Social [online]. 1990, v. 2, n. 1 [Acessado 19 Outubro 2021], pp. 75-114. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ts.v2i1.84788>>. Epub Jan-Jun 1990. ISSN 1809-4554. (p.92)

relevância as agências de financiamento, principalmente os bancos internacionais. Portanto, existe o forte interesse dos mais diversos agentes nacionais e internacionais e veremos ao longo deste tópico como estes grupos estão intimamente articulados em torno dos seus objetivos em comum.

A influência de duas agências filantrópicas foi primordial para a expansão da Revolução Verde no mundo: American International Association for Economic and Social Development (AIA), pertencente a Nelson Rockefeller; e a Fundação Ford, pertencente ao conglomerado automobilístico Ford, criado por Henry Ford. Seus interesses estavam ligados diretamente às ações de expansão e diversificação dos negócios da família Rockefeller e Ford, que começavam a investir no ramo da tecnologia agrícola e para tal precisavam de mercados consumidores.

O conceito de filantropia deve ser levado em conta para demonstrar a dualidade das ações dessas no mundo, podemos entendê-la como a destinação de recursos privados para auxiliar a humanidade no geral²⁶. Entretanto, desde a sua fundação existe um forte interesse econômico por trás de tudo isso, “em outras palavras, se um olho da AIA estava na América Latina, o outro observava os possíveis ganhos para os Estados Unidos”²⁷. Carey Rich, historiador estadunidense, afirma que a visão econômica era interesse do próprio Nelson Rockefeller:

Eyeing the growing rivalry between the U.S. and Soviet systems for the hearts and minds of the Third World, Rockefeller saw his foundation as a vital weapon in the capitalistic arsenal. As he put it, the United States could maintain its preeminence only if the world's downtrodden came to understand that “their best interests and opportunity for the future are identified with our country and our way of life”²⁰⁸ (RICH apud DA SILVA, 2009, p.84).

²⁶ SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional**: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 225 f.

²⁷ *Ibidem*.

É interessante dar ênfase ao trabalho delas dentro da formação do pensamento modernizador, a AIA, por exemplo teve papel bastante importante na construção desse modo de gerir o terceiro mundo, visto que realizava ações deste tipo desde antes do PONTO IV, inclusive, sendo estas agências responsáveis na construção do próprio discurso de posse do presidente Harry Truman e provavelmente da inclusão destas ideias nele²⁸.

O principal papel desses mecanismos de filantropia se deu no financiamento ao treinamento de expertise para a agricultura, e, várias são as formas de fazê-los: disponibilização de bolsas em programas internacionais, programas de cooperação com universidades estrangeiras, programas de extensão nos “países subdesenvolvidos”.

A Fundação Ford por exemplo, que chega ao Brasil em 1962, tinha como principais linhas de trabalho a preparação de políticas de planejamento agrícola e a adaptação da agricultura local às novas tecnologias²⁹, os investimentos se davam primordialmente para a formação de pesquisadores e tecnologias imbricados na ideologia modernizante e nos pensamentos da fundação, tanto que se analisarmos os dados das doações podemos perceber que das 50 instituições mais beneficiadas até 2001, 39 são institutos de pesquisa ou universidades.

É interessante ressaltar que, como citado, a maior parte dos investimentos da Fundação Ford irá se dar para instituições de pesquisa e ensino. Todavia, se formos mais a fundo perceberemos que o grande pedaço do bolo foi distribuído para as universidades e não para as agências de financiamento da pesquisa no Brasil, uma hipótese que podemos levantar é que isto se dá pela liberdade de intervenção que estas instituições irão oferecer, podendo os financiamentos serem focados exatamente no que este grupo quer, diferente da CAPES, por exemplo, que distribuiria os recursos através de seleção³⁰.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (org.). **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

³⁰ BIRD, **THE ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF BRAZIL**. Washington D.C. 1973.

O período de maior investimento desta foi de 1960-1976 que segundo Anthony B. Anderson, “A Fundação iniciou a prática das doações internacionais numa época em que se começava a acreditar que a solução para o subdesenvolvimento era o estabelecimento de políticas públicas e a criação de instituições públicas eficientes para implantá-las”³¹. Essa citação é corroborada pelos dados de que 77% das doações foram para instituições públicas.

A esmagadora maioria desses financiamentos se darão para o desenvolvimento agrícola, como demonstra o trecho:

No período de 1960-1976, as ações do Escritório do Brasil no setor rural concentraram-se quase que exclusivamente na agricultura brasileira e especificamente no aumento da produção agrícola. Esse foco derivou em parte de uma preocupação global da Fundação e de numerosas agências internacionais de ajuda com o aumento da produção de alimentos e a redução do crescimento populacional. As doações da Fundação ao setor rural brasileiro tiveram como alvo basicamente as universidades e órgãos do governo, com o objetivo de desenvolver capacidades profissionais e institucionais em questões de pesquisa e política agrícolas, e aspectos selecionados da tecnologia da produção agrícola (*Ibidem*, 2002, p.63).

Como podemos ver as Fundações Filantrópicas não estavam agindo somente na política interna dos países, elas eram responsáveis pelo financiamento de todo o sistema para o funcionamento da Revolução Verde e tem influência enorme nesse processo a nível mundial. Podemos perceber ainda o financiamento destas na criação Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDE) dentro do Banco Mundial em 1955, que seria responsável pela realização de pesquisas sobre o tema que está colocado no próprio nome, sendo um dos seus objetivos “era identificar projetos que fossem bancáveis, convencer as autoridades domésticas a demandar empréstimos ao Banco para financiá-los e treinar quadros técnicos locais para esse mesmo fim.”³², ou seja, demonstrando um esforço conjunto das burguesias. Ainda, em 1971, elas se reúnem com o mesmo Banco para a criação do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), em maio de 1971.

³¹ Anthony B. Anderson in BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (org.). **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

³² PEREIRA, João M. M. **As ideias do poder e o poder das ideias**: o Banco Mundial como ator político-intelectual. Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 19, p. 77-100, 2014. (p.83)

Dessa forma podemos entender essas agências filantrópicas como as principais arquitetas da Revolução Verde no mundo, pois foram responsáveis diretamente pela difusão da ideologia modernizante nos planos governamentais estadunidense, incentivo aos estudos dos países subdesenvolvidos e a criação de programas de formação de expertise em países de terceiro mundo.

Wolfart (2017), vai além e destrincha com precisão os métodos, objetivos e práticas que estavam por trás destas agências:

Outros grupos econômicos internacionais estão estruturados e atuam de modo idêntico. Através de seus bancos, concedem empréstimos e financiamentos aos governos e as grandes empresas (muitas delas de sua propriedade) nos países dependentes, para expandir determinados setores da economia, de acordo com a sua estratégia global; instalam subsidiárias nesses países para produzir insumos agrícolas modernos, geralmente importados de suas matrizes no exterior componentes essenciais ou insumos químicos básicos; e, finalmente fechando o círculo da dominação deles e da nossa dependência, nos compram a produção agrícola e a industrializam ou a comercializam (exportam) internacionalmente. Ainda, o chamado “crédito rural”, subsidiado pelo governo, em parte oriundo de empréstimos obtidos pelo país junto aos grandes bancos internacionais, utilizado para que os agricultores possam adquirir maior quantidade de máquinas e insumos modernos, é, de fato, crédito industrial, uma vez que funciona mais voltado para expandir os interesses da indústria do que os da agricultura, que é apenas um subsistema dentro e a serviço do sistema econômico global comandado pelo complexo financeiro-industrial (WOLFART, 2017, p.72).

2.3 A chegada da modernização agrícola no Brasil

No Brasil este processo chega nos anos 1950 tendo seu auge nos anos 70. Diversas são as mudanças com a chegada do Governo civil-militar-empresarial ao poder, um dos pontos será o de centralização das ações. Se recordarmos que o projeto modernizador capitalista só seria implementado em alguns estados anteriormente a 1964 e sem grande apoio do governo federal, as ações eram quase que exclusividades de algumas agências regionais e estaduais. Com a chegada dos militares, as instituições passaram a ser criadas agências para coordenar nacionalmente. Outra mudança é na quantidade de recursos internacionais advindos, existe um *boom* deste no país, muito por conta da relação da ditadura com os EUA.

Podemos perceber o início de tudo isto a partir de convênios realizados entre o Governo Brasileiro e as fundações de Filantropia, além dos primeiros acordos bilaterais com essa visão.

Alguns pontos da estrutura de poder brasileira devem ser enfatizados neste período de mudanças, num momento de mudança do balanço de poder “A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.” (OLIVEIRA, 1973, p.9). Todavia devemos notar que a agricultura não será apagada ou perderá relevância dentro da dinâmica capitalista no Brasil:

A solução do chamado "problema agrário" nos anos da "passagem" da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal (*Ibidem*, p.16).

E para atingir tal objetivo a agricultura passará por uma mudança do seu papel na economia nacional:

Esta tem uma nova e importante função, não tão importante por nova, mas por ser qualitativamente distinta. De um lado, por seu subsetor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; desse modo, a necessidade de mantê-la ativa é evidente por si mesma. O compromisso entre mantê-la ativa e não estimulá-la como setor e unidade central do sistema, a fim de destruir o "velho mercado" (*Ibidem*, p.15).

Dessa forma, não teremos no Brasil um binômio agricultura x industrialização como as ideias desenvolvimentistas tentavam apontar, ambos serão primordiais no processo de expansão capitalista, a tal modernização da agricultura, que deveria promover um aumento

do custo e também da margem de lucro de seus produtores veio a ocorrer apenas nos grandes estabelecimentos e para produtos exclusivos de exportação.

Isso veio a ocorrer, além da incompatibilidade dos pequenos estabelecimentos para com o modo de produção dito “moderno”, como uma forma de manutenção das altas taxas de lucro dos empresários industriais, ora pois, se o valor básico de reprodução da força de trabalho - através da manutenção dos baixos preços dos alimentos consumidos internamente - continua inalterado então não deve-se aumentar o salário mínimo (crítica a razão dualista).

Esse sistema no mais, ainda traria um trunfo para o capital que evitava a todo custo um aumento do salário mínimo real, como a produção de alimentos se daria primordialmente em pequenas propriedades existia a necessidade de diversos intermediários até chegar ao proletariado urbano, dessa forma em um possível aumento dos preços este seria diluído ao longo do percurso não sendo significativo no seu valor final (GRAZIANO, 1982, p.31).

Devemos perceber então o que foi mencionado anteriormente neste capítulo de que não haveria uma total separação entre moderno x tradicional no Brasil, pelo contrário, a constante imersão do moderno no atrasado e vice-versa era de vital importância dentro da expansão capitalista no Brasil, e para isso o autor ainda complementa:

A manutenção, ampliação e combinação do padrão "primitivo" com novas relações de produção no setor agropecuário tem, do ponto de vista das repercussões sobre os setores urbanos, provavelmente maior importância. Ela permitiu um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuiu de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o "exército de reserva" das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial, na forma já descrita. [...] Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinou esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. [...] Em outras palavras, o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação — determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural. De outra parte, ainda que pouco represente como mercado

para a indústria, esta, no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural. [...] em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é antes uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer-se que — sem abusar do gosto pelo paradoxo — a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase que integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo (OLIVEIRA, 1973, p.19).

Apesar de toda a contextualização do exposto devemos deixar claro que apesar disso os investimentos ainda eram muito localizados e experimentais se comparado às quantias que irão chegar nas décadas de 60-70, não existia uma vultosa quantidade de capitais aplicados no desenvolvimento brasileiro, muito porque até aquele momento os principais recursos advinham apenas de agentes internacionais particulares, os financiamentos de bancos internacionais e governos ainda não eram a tônica para o país.

No entanto, é possível colocar que desde o fim da Segunda Guerra começa a se formar no Brasil uma metodologia do desenvolvimento, que apesar de nos primeiros 15 anos ainda terem poucos projetos, como enfatizado anteriormente, serviram para testar e experimentar o que seria amplamente implantado nos anos posteriores. Dessa forma as grandes linhas que se definiram no período para o investimento em agricultura foram: assistência técnica e de crédito bancário, ciência agrônômica através de ações e apoio governamental.

Para realizar as mudanças na agricultura necessárias para atender ao desenvolvimentismo seja nacional ou não e sustentar ainda a balança comercial favorável, visto que as exportações ainda dependiam da agricultura, o trabalhador rural deveria passar

por mudanças e há nesse momento segundo Octávio Ianni uma proletarização do campo, ou seja:

Do ponto de vista da economia, a origem do proletariado rural depende da efetiva transformação do camponês em trabalhador livre assalariado, ou seja, em vendedor de força de trabalho. Em outras palavras, do ponto de vista da economia, a origem do proletariado rural depende da efetiva separação entre o produtor (o camponês) e a propriedade dos meios de produção. Talvez se possa dizer que a ocasião em que o proletário aparece de fato (como categoria econômica, social e política) é aquela em que já não possui, nem real nem imaginariamente, os meios de produção (IANNI, 2012, p.132).

Aos poucos, não só a condição do trabalhador brasileiro vai mudando, como as suas relações sociais também e para o autor existem ainda outros motivos para sua transformação. Os trabalhadores, desde os movimentos ditos “messiânicos” na Primeira República demonstram insatisfação com as relações de produção do campo, porém, não tendo um aspecto geral, a semente da insatisfação estava plantada, mas não existia um movimento unificado.

Apenas com este movimento de proletarização ocorreu esta movimentação organizada, principalmente a partir da redemocratização em 1945 e intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960, com a criação das ligas camponesas e sindicatos rurais, deve-se destacar que no seu breve retorno à legalidade nos anos 1945-1947 o PCB foi responsável pela mobilização de diversas massas agrícolas, formando diversas ligas camponesas nesse período. Este movimento acontece primordialmente pela separação do camponês da grande propriedade, ele não está mais no ambiente, tem de reservar cada vez mais do seu tempo e espaço de produção para o proprietário de terra e assim cria consciência que seu adversário é aquele que tem a terra e o impõe relações de produção absurdas, como coloca novamente Ianni (2012):

Ao mesmo tempo, são diluídas as fronteiras entre o campo e a cidade. Ou seja, desenvolvem-se as relações políticas que estavam começando a surgir com a transformação das relações sociais de produção. Em pouco tempo, aparece o proletariado rural, como uma categoria política nova. E tende a desaparecer a imagem do camponês, como expressão social e política de uma etapa anterior ao desenvolvimento da organização social da produção.

Em graus e ritmos diferentes, esse processo ocorreu em várias regiões do país (*Ibidem*, 2012, p.141).

Esse processo não só vai separando o camponês do próprio campo com ganhos para o capital, mas acarreta também um *boom* de reivindicações populares, para o mesmo autor:

A liga camponesa e o sindicato rural são contemporâneos. Surgem na mesma época, quando acontece o divórcio definitivo entre o camponês e a propriedade dos meios de produção. Surge, portanto, quando se rompe a base do “universo comunitário” em que o fazendeiro, o capataz e o camponês aparecem como membros de um mesmo “nós” coletivo. Ou seja, a liga e o sindicato surgem quando são definidas as fronteiras reais (econômicas, sociais, culturais, políticas, ideológicas) que separam o fazendeiro e o trabalhador rural; quando o camponês se transforma em proletário (*Ibidem*, 2012, p.137-138).

Dessa forma as ligas camponesas e sindicatos rurais foram agentes muito fortes do desenvolvimentismo e de suas prioridades de investimento durante as décadas de 1950 e 1960, começando um movimento organizado em 1945 e explodindo no início da década de 1960 em todo o país, principalmente no Nordeste. A liberdade de organização do governo JK explica, também, além da revolta à estrutura no qual os proletários e camponeses estavam inseridos na multiplicação das ligas na segunda metade de 1950.

Temos ainda a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do País (ULTAB) em 1954, sendo um marco também para a expansão dos sindicatos rurais no país. Deve-se ressaltar que esta era diferente das ligas camponesas, visto que as ligas não tinham um movimento de organização nacional, diferentemente da ULTAB que detinha uma capilaridade nacional.

As ligas, principalmente no Nordeste, pregam a reforma agrária a qualquer custo, além do fim da estrutura arcaica em algumas regiões e irão preocupar principalmente as classes dominantes rurais burguesas, tanto nacionais, quanto internacionais.

Destarte, a educação rural, em seu sentido mais genérico, torna-se o carro chefe do desenvolvimento da agricultura do país, como forma de tentar moldar e conquistar um terreno da sociedade civil no qual as classes dominantes estavam perdendo a hegemonia, assim, deveria se criar um modelo de educação para garantir o consenso e a coesão no campo brasileiro, tão instável naquele período. Visto também que as políticas educativas eram insuficientes para dar uma educação propedêutica ao povo do campo e foi necessário colocar, ao menos no discurso, uma alternativa para a população rural.

Essas políticas advogam sua existência na problemática educativa, mas seus interesses vão além de uma educação para a formação do humano e não perpassam pela figura da Escola, visto que as políticas e educação agrícola, especificamente, não são realizadas em instituições como estas. Dessa forma elas seriam para a formação de mão de obra especializada, como demonstra o *programa de ação econômica do governo*:

“Dentro dessa ordem de ideias, a estratégia para a modernização da agricultura há de repousar fortemente na educação. Educação no seu sentido mais genérico, que significa prover o habitante do quadro rural com um mínimo de escolaridade, elevar-lhe os padrões culturais pela via de extensionismo e transmitir-lhe uma tecnologia nova pela demonstração”.

A extensão rural é considerada basilar para que esse processo se desenvolva no país, os primeiros projetos apoiados são todos nesse sentido. É de se ressaltar que estes só são possíveis devido à aprovação, em 1946, da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA) que permitiu que os adultos recebessem também este tipo de educação. A presença de técnicos estadunidenses é crucial para que seja difundida a extensão rural “incumbida de difundir em larga escala conhecimentos sobre técnicas de cultivo, tipos de sementes, etc. em paralelo às Escolas Agrotécnicas do Ministério da Agricultura (MA)”³³, criando uma rede de agências

³³ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961)**. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 15, p. 139-165, 2010 (p.191).

que seguem um modelo já bastante consolidado em território estadunidense, que é o dos clubes 4-S³⁴. Nesse sentido Wolfart coloca que:

“o trabalho do extensionismo rural foi o articulador de um projeto de sociedade voltado para o meio rural brasileiro que se alinhou em sua prática ao desenvolvimento do sistema financeiro, bem como ao complexo agroindustrial multinacional proposto por um conjunto empresarial disposto a centralizar e aproximar o meio rural ao setor industrial” (WOLFART, 2017, p.34).

O trabalho dos clubes é de interesse primordial aqui, pois, após anos de trabalhos das Associações Nordestinas de Crédito e Assistência Rural (ANCAR-ES) - agências especializadas pela extensão rural em cada Estado - viu-se que, num país ainda com poucos técnicos especializados e que planejava sua modernização agrícola o mais rápido possível, e ainda, que tinha fluxos de capital irregulares para essas agências, seria ilusório acreditar que apenas estas fossem suficientes para a questão da extensão, sendo necessária a formação de grupos locais para tal finalidade, como demonstra o relatório *Desenvolvimento rural questões e opções no Nordeste do Brasil* produzido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em 1975:

However, the impact of an individual extension worker could be multiplied through the use of farmers and of farmer organizations in the dissemination of agricultural information. The few existing small farmer organizations in the Northeast, however, are weak and do not have sufficient government encouragement or support. The organization of farmers is greatly complicated by the diversity and instability of land tenure arrangements. Without some type of farmer organization, the cost of implementing successful rural development projects would be excessive, not only in terms of the requirements of technical assistance, but also in terms of the provision of marketing services and infrastructure. In view of the limited tradition of community involvement and the absence of small farmer local groups or organizations in the region, the promotion of informal associations of small landowners and sharecroppers and the provision of some services to these groups might be warranted (BIRD, 1975, p.vii).

³⁴Os 4-S constituíram-se num espaço de trabalho “pedagógico-educativo” especialmente voltado para as expectativas dos jovens, filhos dos produtores rurais no interior da extensão rural. A matriz destes Clubes é estadunidense (os Clubes 4-H’s que significava Head, Heart, Hands e Health, ou seja, Cabeça, Coração, Mãos e Saúde), se desenvolveu nos trabalhos de articulação teórico-prática da Sociologia Rural estadunidense, e, assim como a Extensão Rural, ambicionou servir como um elo entre o saber científico e a agricultura de subsistência. Esta última era considerada pela extensão rural como o elo fraco da agricultura brasileira, além do que era definida como “arcaica” (WOLFART, 2017, p.19).

O Ministério da Agricultura tem papel primordial neste processo, durante os anos 1950 ele é centralizador das ações da agricultura no país e em 1950 o orçamento para educação agrícola é ampliado, muito devido a acordos estabelecidos com o departamento de estado estadunidense. Podemos perceber neste período a ampliação, a partir desta agência, da difusão de conhecimentos sobre práticas agrícolas, de acordo com o “princípio da assistência técnica e a conseqüente preponderância de instituições não-escolares.”³⁵ E por fim, teremos em 1953 a criação de uma agência exclusiva para tratar dessas questões, o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), “entidade centralizadora/coordenadora de todas as políticas públicas voltadas à Agricultura e à Educação Rural” (Ibidem, p. 193), aumentando e assim consolidando vertiginosamente a atuação dos EUA na agricultura brasileira.

Um dos projetos que chega ao Brasil é o de cooperação técnica entre a Universidade de Viçosa e a de Ohio, no qual milhões de dólares seriam investidos para a modernização desta Universidade. É de se ressaltar que a partir do sucesso deste convênio diversos outros serão estabelecidos, e este se tornará um dos principais meios de expansão dessa ideologia no Brasil após a chegada da USAID no continente sul-americano.

Os convênios de cooperação técnica com universidades brasileiras ganham força principalmente pelo momento de tensão política vivido na agricultura nacional. As ligas camponesas ganhavam imenso destaque na luta por uma mudança estrutural, principalmente pela reforma agrária, e as universidades eram consideradas ambientes dominados pelas ideologias esquerdistas. Dessa forma, a partir de 1963 a USAID irá estabelecer e intermediar diversas parcerias, Rodrigo Patto detalha os principais:

Durante 1963, foram negociados acordos idênticos ao da Uremg/Purdue, também na área agrícola, envolvendo agora a UFC, a URGS e a USP (na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz –Esalq, em Piracicaba). A escolha dessas instituições deveu-se ao cuidado de incluir diferentes regiões

³⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961)**. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 15, p. 139-165, 2010 (p.192).

e, com isso, aumentar a disseminação nacional, mas também pesou a existência de instalações prévias que reduziam os custos. A UFC fez parceria com a Universidade do Arizona, a URGS com a Universidade de Wisconsin, e a Esalq com a Universidade do Estado de Ohio. Nos três novos acordos estava previsto também o fomento a atividades de extensão rural, mas logo a prioridade mudou, e eles se dedicaram a estruturar cursos de pós-graduação (MOTTA, 2020, p.126).

As principais Instituições estadunidenses envolvidas nesse processo decidem criar um consórcio cujo objetivo seria facilitar as questões burocráticas com as agências do seu país, o Conselho de Universidades dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Rural Brasileiro (Council of US Universities for Brazilian Rural Development), sendo formado principalmente por universidades do meio-oeste. Estas tinham também seus interesses em jogo, além de enxergarem a oportunidade de receberem os vultosos financiamentos, poderiam realizar pesquisas em regiões tropicais, subtropicais e dar experiência para seus quadros recém-formados³⁶.

Devemos destacar a estrutura desses projetos. Estes financiavam o intercâmbio de professores/alunos pós-graduação, principalmente a formação de quadros especializados para as universidades brasileiras; a modernização do campus e laboratórios; a realização de cursos de extensão; e a criação de cursos de pós-graduação. O ponto que é de forma absoluta o que mais recebeu incentivos é o de financiamento de bolsas já que “O total de brasileiros que estudaram nos Estados Unidos à custa do Ponto IV/ICA/Usaid, entre 1950 e 1972, chegou próximo dos 10 mil, e aí estão incluídos tanto cursos de pós-graduação quanto programas de treinamento técnico de curta duração.”³⁷

A partir dessa estrutura podemos perceber que as universidades tinham (e ainda possuem) como características a formação de um quadro de intelectuais que construíram seu pensamento imerso na concepção de modernização da agricultura e que paralelamente se delinearão sob esse viés. Esta visão buscava se tornar hegemônica no país, pois era um

³⁶ MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. v. 1. 448p

³⁷ *Ibidem*. p.151.

projeto do patronato rural brasileiro³⁸. Para além disso, estes intelectuais teriam o papel de levar tal concepção para os agricultores, através dos cursos de extensão rural³⁹. A pesquisa seria uma forma de auxílio aos projetos modernizadores.

É necessário enfatizar aqui que a concepção de intelectual orgânico parte de uma visão gramsciana, isto é, como indivíduos responsáveis pela divulgação de projetos tidos como de interesses universais, mas pertencentes às classes dominantes, por seu vínculo orgânico com estas⁴⁰. Divergindo da concepção iluminista de ser dotado de erudição, o papel do intelectual orgânico em Gramsci será de um indivíduo “que, no âmbito de um dado segmento social, contribui para sua organização e direção, explicitando, consolidando e disseminando o conjunto de códigos culturais a ele inerentes, quer por pertinência de classe, quer por adesão programática”⁴¹.

Para Portelli, após a industrialização, a classe dominante desenvolveu um novo tipo de intelectual, o intelectual do nível técnico, ou melhor, responsável pela ciência aplicada que seria o desenvolvimento de técnicas e transmissão das teorias científicas chamadas de neutras, mas que servem apenas para a consolidação e expansão dos modos de produção desejados pelo capital⁴². Vemos aqui a figura do agrônomo, como fundamental para o desenvolvimento e publicização das técnicas agrícolas desenvolvidas na “Revolução Verde”.

Por este viés, a “autonomia” destes indivíduos em prol do desenvolvimento do Estado e do país parecia estar relacionada a uma liberdade para reproduzir a dominação

³⁸ MENDONÇA, Sonia. R. de. **Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil**. História Unisinos, v. 4, p. 188-196, 2010.

³⁹ ESTADOS UNIDOS. **Relatório Final do Convênio: USAID/ UA/ SUDENE/ UFC**. In: PRISCO, José Tarquínio. História, Fatos e reflexões: Depoimento de um professor, pesquisador e gestor universitário. Fortaleza: Fb Editora, 2014. p. 244.

⁴⁰ BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**; organizador: Ruy Gomes Braga Neto; Tradução, referências bibliográficas e notas: Fernando Rogério Jardim. - Campinas, sp: Editora da Unicamp, 2010.

⁴¹ MENDONÇA, Sonia. R. de; LAMOSA, R. A. C. **GRAMSCI E A PESQUISA HISTÓRICA**. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2018. v. 1. 175p.

⁴² PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**; tradução Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977. (p.112).

através da negação de qualquer cultura alternativa com o papel de “elevação cultural e moral” das classes que correspondem às necessidades das forças de produção, digo, aos interesses da classe dominante. Por fim, é necessário que não pensemos o papel do intelectual fixo e enrijecido dentro da sociedade civil, pois, segundo Portelli (1977), o intelectual em Gramsci é o funcionário da sociedade civil, por construir a ideologia,⁴³ e agente da Sociedade Política, ou seja, encarregado da gestão do aparelho de Estado.

Devemos também destacar que aqui está presente a concepção de Estado Gramsciana, ou melhor, o Estado ampliado ou integral, isto é, um Estado que não é um sujeito ou algo a parte, mas uma expressão universal da sociedade, onde as classes e suas frações estariam disputando em condições desiguais. Segundo o autor, o Estado Ampliado estaria integrado por duas Sociedades. A primeira, Sociedade Política, remeteria ao Estado como um conjunto “de organismos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem”, ou seja, no seu sentido estrito. Já a segunda, a Sociedade Civil, seria o conjunto de aparelhos privados de hegemonia (APH’S), perpassada por uma série de conflitos de classe, uma arena na qual ocorreriam as lutas para a afirmação dos projetos em disputa (MENDONÇA, 2018).

Para a autora:

Estado seria, conforme já mencionado, produto das múltiplas interconexões entre sociedade civil e sociedade política, num permanente movimento de pressões e contrapressões que visam a busca do consenso - isto é, consentimento- atribuído ao projeto e/ou visão de mundo de um certo grupo por parte de todos os demais a ele assim “submetidos” (MENDONÇA, 1996, p.4).

Ademais, é perceptível para o período o que Gonçalves Neto (1997) caracteriza como uma dupla função para o Estado brasileiro, a primeira seria a de guardião do capitalismo, sendo responsável por criar mecanismos de manutenção da ordem e ao mesmo

⁴³ Gramsci define a ideologia como uma concepção de mundo que se manifesta na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva (PORTELLI, 2011).

tempo realizar alterações estruturais com o intuito de resguardar o capital. A sua segunda função seria a de compatibilizar os interesses infraclasses dominantes que fazem parte e disputam este Estado.

É necessário destacar que apesar dos EUA tomarem o comando e a frente desses investimentos no Brasil durante o período, outros países, principalmente da Europa, também realizam projetos aqui. Mário Martins aponta, em uma análise sobre diversos contratos celebrados pelo Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (DNOCS) que empresas de outros países são bastante privilegiadas, recebendo contratos de obras hidráulicas e estruturais nos projetos, e ainda faz um importante alerta: a hegemonia estadunidense dentro desse processo no Brasil não está dada à priori, e sim foi construída durante o período.

O resultado disto será a formação de Complexos Agroindustriais⁴⁴ em diversas regiões do país e sendo até possível perceber como uma forma de agir adotada pelos organismos internacionais, devido à imensa dificuldade de se coordenar tão complexa operação de modernização, como destacado marginalmente em parágrafos anteriores a modernização da agricultura deveria se basear numa operação que exigia do governo um amplo sistema de crédito agrícola, uma reforma estrutural do país, tanto de formas de escoamento, quanto de ensino e até de produção, além de ser o responsável pelas agências de extensão e das universidades - a excelência do tripé estadunidense Ensino/ Pesquisa/ Extensão - tudo isso financiado por agências internacionais, em um país que ainda não estava preparado para tal, como era o caso do Brasil:

The most difficult task, however, will be linking and coordinating technical assistance services, agricultural research, marketing activities and institutions, credit, and education and training programs at the farm level. For the immediate future, this critical coordination can probably be achieved only in selected areas and within the context of integrated rural development

⁴⁴ “Por Complexos Agroindustriais, entende-se como um conjunto amplo de práticas relacionadas ao trabalho rural. Nele se encontram entrelaçados os responsáveis pela comercialização dos insumos e maquinários agrícolas, o complexo beneficiador e comercializador dos produtos agrícolas, mas também conta com a participação do circuito financiador de toda a cadeia agroprodutora que vai dos bancos aos grupos promotores e difusores de linhas de crédito rural, envolvendo também o comércio dos produtos da agricultura” (WOLFART).

projects. Over the longer term, the restructuring and strengthening of the extension service will require considerable technical and financial resources for training of staff, as well as for equipment and physical facilities. The Government might wish to consider the possibility of obtaining some technical and financial support from international development institutions for this effort (BIRD, 1975, P. vii).

Dessa maneira podemos perceber que a Revolução Verde no Brasil, nos moldes projetados pelo BIRD, foi diferente, uma vez que não havia infraestrutura e coordenação necessárias das instituições de pesquisa, crédito e extensão rural, bem como pessoal qualificado para atender todo o país de dimensão continental, ou ainda, com altos índices de pobreza e desigualdade, principalmente no campo brasileiro. Apesar de ser um projeto de frações de classe nacional e ser colocado como objetivo do país por seus intelectuais, não poderia ser plenamente atingido em todas as áreas agrícolas, pelo menos no que diz respeito a curto prazo.

Diante dessa avaliação optou-se pela realização de iniciativas em lugares que contemplavam os requisitos necessários - escritórios de extensão rural, pesquisa agropecuária já desenvolvida na região, Escolas de agronomia com pessoal qualificado, além de estrutura rodoviária e elétrica. E essa foi a tônica das obras realizadas durante o período, como podemos ver, este objetivo de levar a modernização da agricultura ao país está presente em planos de desenvolvimento dos governos, como no Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968) do Governo Costa e Silva:

[...] promover-se-á a revolução tecnológica na Agricultura, cujo papel, no próximo estágio de desenvolvimento, se mede não apenas pela sua contribuição direta ao crescimento do produto, mas também pela criação de mercado mais amplo para a produção industrial. A política agrícola terá por objetivo não somente elevar a taxa de crescimento do setor (a níveis da ordem de 5% ao ano) como moderar flutuações a curto prazo da renda agrícola e o conseqüente impacto desestabilizador sobre os preços e sobre a taxa de expansão do produto nacional (BRASIL apud GONÇALVES NETO, 1968, p.17).

Estes programas e, posteriormente, planos de desenvolvimento se estenderão por toda a ditadura, cumprindo as funções do Estado ditas por Gonçalves Neto. Ademais, este planejamento seria uma forma de aprimoramento do Estado brasileiro para cumprir as suas funções dentro do Sistema Capitalista, através da busca da eficiência, na modernização de sua máquina administrativa e burocrática. Portanto, devemos enfatizar que o planejamento é uma forma de gerir a máquina a partir dos interesses de pequenas parcelas da sociedade, visto que os planos são feitos por um seletivo grupo de técnicos⁴⁵.

Para este autor, através de um pensamento de Nico Poulantzas, essa instituição ainda exalaria a sua função básica de mantenedora da ordem e para tal, deve tomar as disposições impostas pelas camadas populares e achar uma maneira de inseri-las em uma estratégia a favor do capital. Isto pode ser visto na mudança do sentido da reforma agrária ao longo dos projetos, que inicialmente, no de Celso Furtado em 1963 apresenta esta como o principal enclave para o “desenvolvimento” do campo, já no do governo Castelo Branco em 1964, começa a adicionar os aspectos educativos em consonância com a reforma e ao longo dos posteriores ela vai sumindo gradativamente, para ganhar cada vez mais espaço as propostas de mudanças tecnológicas e de cunho exportadora.

Posterior a isso devemos analisar que, como dito anteriormente, os patronatos rurais são de crucial importância para a chegada e expansão desses projetos no país, inclusive modificando boa parte das questões que eram colocadas à disposição da alteração da cultura agrícola brasileira.

Devemos também ressaltar que os interesses de todos os patronatos rurais não são uníssomos e as suas associações de representação e debate estarão batalhando, no âmbito do estado restrito, para colocarem seus projetos como os de interesses nacionais, como é o caso da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que,

⁴⁵ GONCALVES NETO, Wenceslau. **ESTADO E AGRICULTURA NO BRASIL: POLÍTICA AGRÍCOLA E MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA, 1960-1980**. SÃO PAULO: HUCITEC, 1997. 245p

segundo Sônia Mendonça, irão divergir em diversos aspectos⁴⁶ e a “Revolução Verde” é considerada o período responsável pelo aprofundamento da crise de representatividade patronal rural, já que os interesses irão se distanciar cada vez mais e o surgimento de diversas associações rurais irá acontecer, veja:

“(…)o que se observa é uma trama complexa de contradições entre os diferentes setores, frações, grupos e classes dominantes, onde a luta competitiva pela tecnologia, repartição da mais-valia e renda fundiária, o confronto entre interesses e as acusações mútuas são particularmente intensos” (BRUNO apud MENDONÇA, 1997, p.8).

Nessa batalha de projetos de desenvolvimento do campo no Brasil um dos principais pontos de debate será a questão da reforma agrária. Amplamente debatida antes de 1964 e exigida pelo principal movimento social do campo no período as “Ligas Camponesas” esta terá qualquer possibilidade de realização afastada por esses grupos, boa parte se dá pela pressão dos grupos dominantes e outra pelo fim daquele movimento social e da repressão aos camponeses e quem tivesse coragem de bater de frente e questionar a estrutura agrária vigente no país, como caso das já mencionadas ligas camponesas anteriormente.

Devemos ainda enfatizar que as entidades de classe dos patronatos rurais brasileiros apesar de terem interesses divergentes entre si, não têm vergonha alguma de se juntarem com o intuito de defender pautas que são de interesse mútuo. Portanto, a modernização da agricultura no Brasil receberá a alcunha de “conservadora” por deixar intocada a estrutura de propriedades do campo, não agindo sob um dos principais problemas e, apesar de ser um obstáculo para o capitalismo - a existência de terras ociosas - não o inviabiliza⁴⁷.

Outro ponto a ser explorado é que, como visto anteriormente, a expansão deste tipo de capitalismo no campo não é de interesse exclusivo dos tradicionalistas que lá estão,

⁴⁶ Ver mais em MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural No Brasil Recente. 1964 - 1993**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

⁴⁷ MENDONÇA, Sonia. R. de. **Estado e Educação Rural no Brasil**: alguns escritos. 1a. ed. Niterói/Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Faperj, 2007. v. 01. 116p.

vai se tornando gana de diversos outros grupos e as mudanças trazidas não se darão apenas no âmbito econômico. Acerca dos atores e das consequências desse modelo produtivo Sonia Mendonça é crucial:

Dentre os processos que ocorrem paralelamente à modernização, destacam-se a expropriação do produtor rural motivada pela mecanização, a ruptura de relações sociais tradicionais [...]. Em suma, o que se busca destacar, para além de mudanças meramente econômicas é a emergência de novas posições sociais: não ocorre somente uma mudança de papéis desempenhados pelos mesmos personagens, mas configura-se também o surgimento de posições ligadas a universos sociais distintos, com novos personagens e, obviamente, novos interesses (MENDONÇA, 2010a, p.26).

O tripé de ação do estado restrito: crédito subsidiado, manutenção da estrutura agrária e incentivos fiscais a estas atividades irão ser atrativos para estes grupos que não são tradicionalmente do campo brasileiro, a terra passa a atrair diversos investidores, como aventureiros e conglomerados industriais, já que com todas as facilidades oferecidas pelo Estado seria importantíssima na captação de recursos advindos de financiamentos e na sua concepção como “reserva de valor”⁴⁸. Como podemos ver, o papel do Estado restrito irá se modificar e ter função crucial para isso “Mais que um mediador de interesses, o Estado tornou-se também parte nessa questão”⁴⁹.

2.4 O problema Nordeste

O Nordeste é uma região de absoluta importância dentro do processo de desenvolvimento nacional e a partir dos anos 1950 ele se torna o centro das discussões, além de ser visto como um problema do país. Apesar de nos anos 1946-1958 ter apresentado uma balança comercial extremamente favorável, a região Nordeste, a partir de sua estrutura produtiva em favorecimento de suas burguesias, não conseguia se adequar ao padrão de industrialização que estava sendo imposto no Brasil, muitas vezes culpa até das políticas, que

⁴⁸ *Ibidem*, p.27.

⁴⁹ *Ibidem*. p.50.

privilegiavam o Centro-Sul, se apresentava em descompasso com o restante do país. Também existiu o agravo de ter um forte movimento de contestação das forças políticas vigentes: as ligas camponesas.

O pensamento desenvolvimentista, historicizado e apresentado ao longo deste capítulo, durante os anos 1950, sob o forte comando de JK, necessitava da expansão, ou seja, necessitava que a economia do país centraliza-se sob seu comando, e para isto, a burguesia industrial do Centro-Sul, começa a ter interesse na modernização e industrialização do Nordeste brasileiro, apontando-a como problema ao desenvolvimento nacional.

A região constantemente sofria com o fenômeno natural da seca, o que não deveria ser um problema, contudo, devido a uma estrutura social extremamente hierarquizada, uma tradição política de paternalismo da Sociedade Política vigente, como a apropriação de recursos federais de combate à seca para usos privados, uma estrutura agrária altamente concentrada nas mãos de poucos e um longo histórico de negligência por parte das autoridades e políticas públicas do governo federal⁵⁰, a fome se tornava a tônica durante os períodos de estiagem.

Junto com a fome adivinha o êxodo rural e no período estudado da segunda metade do século XX a migração do camponês nordestino começa a se dar rumo ao Centro-Sul, que como dito anteriormente, estava em pleno desenvolvimento de seu parque industrial e deveria suportar a absorção de alguma parte dessa força de trabalho.

No entanto, essa problemática preocupava bastante as elites de todo o país. Para os industriais do Sudeste existia a incapacidade de absorver toda essa mão de obra excedente que chegava cada vez mais na região, diminuindo o padrão salarial⁵¹ e criando uma massa de

⁵⁰ “[Porque] investir em equipamento significava vantagem real, porque o bem-de-capital era barato. Daí resultou que, onde o salário era mais alto, o benefício auferido também era maior. Como os salários no centro-sul eram mais altos que no nordeste, era vantajoso concentrar o investimento naquela região do país.” PEREIRA, L. M. **A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado**. TOPOI (RIO DE JANEIRO), v. 10, p. 48-66, 2009.

⁵¹ Se não se atacasse o problema nordestino para “reter” lá os seus trabalhadores, poderia ocorrer uma “[...] aliança das organizações sindicais e patronais das zonas mais desenvolvidas, com o objetivo de conquistar e defender mais altos salários, dificultando a absorção de novos contingentes de mão de obra.” (Ibidem)

pessoas marginalizadas, além de aumentar o conflito entre as classes do próprio Sudeste, como aponta Francisco de Oliveira:

Ora, o que de fato estava apontando era o risco de que o antagonismo entre a classe trabalhadora do Centro-Sul e a burguesia do Centro-Sul entrasse em processo de agravo, pela competição que o próprio mecanismo de acumulação instaura no conjunto do proletariado como um todo, servindo-se da abundante oferta de mão-de-obra que, no caso, nem era exclusivamente nordestina: os contingentes mineiros sempre tiveram uma participação na migração para São Paulo de magnitude igual ou superior aos contingentes nordestinos (OLIVEIRA 1973, p.114).

Para os oligarcas capitalistas nordestinos a preocupação se daria em perder seu excedente de mão de obra no campo, e não apenas isso, era uma massa de eleitores e de legitimação política importante para a manutenção da dominação desses na região. Porém, essa hegemonia, estava sendo atacada por todos os lados, almejada pelas burguesias industriais do Centro-Sul em seu projeto de centralização e ainda mais ameaçada pela revolta popular, cada vez mais unida e politizada dos sindicatos rurais e ligas camponesas. O cenário altera-se para as classes trabalhadoras nos anos 50 no Nordeste, parecido com o acontecido nas outras regiões, a partir de 1930:

O que é novo no quadro dos anos cinquenta é que o proletariado urbano e rural vai modificando sua relação de força com as outras classes sociais dominantes, e também dominadas; quanto às segundas, sua junção com o conjunto de classes sociais agrárias dominadas, vai dar no movimento popular a inusitada força que conheceu nos anos cinquenta e princípios dos anos sessenta (*Ibidem*, 1950, p.??).

Para o autor a diferença no Nordeste é que, diferentemente do Sudeste, no qual a burguesia industrial conseguiu centralizar as problemáticas e antagonismos da exploração na figura do Estado, debatido no começo do capítulo, no Nordeste a situação era bem diferente, as situações de exploração se davam diretamente com as oligarquias e os embates de classe eram no estilo “clássico”, ou seja, sem mediação do Estado e justamente entre trabalhadores e burguesia, dessa forma, o movimento de insatisfação não foi apaziguado por uma possível união populista e ameaça diretamente a hegemonia das forças dominantes:

O conflito de classes entre as forças populares do Nordeste e as combatidas forças dominantes locais, burguesia industrial e oligarquia latifundiária, num processo que estava desembocando claramente na perda de hegemonia daquelas classes dominantes, expressa-se bem sob outros aspectos, e nesse sentido é antagônico, também, com a expansão do capitalismo monopolista a partir do Centro-Sul. O conceito de hegemonia é aqui utilizado inspirado em Gramsci, sem dúvida. As forças populares do Nordeste evidentemente ainda não tinham conquistado as alavancas do poder econômico, mas caminhavam no sentido do controle político, e mais, o que é muito importante: estavam impondo sua hegemonia cultural, se assim quisermos chamar, ou sua hegemonia ideológica, ao nível das instituições da superestrutura. É no Nordeste que surgiram os chamados "movimentos de educação de base", primeiro baseados na ação da Igreja Católica, cuja raiz consistia no abandono dos conceitos tradicionais de educação formal e na tentativa de rejeitar a escola como uma instituição que reproduz as estruturas formais de dominação: é no Nordeste que uma instituição como a Igreja Católica começa a tomar posição aberta pela forma agrária, quando no Centro-Sul a voz isolada de um Cardeal Carmelo Mota submergia em meio à maré comandada pelos Dons Sigauds da vida (Ibidem, 1977, p.112).

Dessa forma, com ampla ascensão de movimentos de contestação, não só da ordem vigente, como das recém-chegadas burguesias do Centro-Sul e uma clara perda de hegemonia dentro da própria Sociedade Civil, o Estado Nacional, digo, o governo federal, decidiu intervir através do "planejamento", representando os interesses dessas burguesias citadas - fato demonstrado na votação parlamentar de criação - é criado primeiro o Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e posteriormente, finalmente em 1959 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Dessa maneira, analisando o contexto, podemos inferir que:

Colocado nessas condições, o conflito de classes que aparece sob as roupagens de conflitos regionais ou dos "desequilíbrios regionais" chegará a uma exacerbação cujo resultado mais imediato é a intervenção "planejada" do Estado no Nordeste, ou a SUDENE. A burguesia industrial do Centro-Sul, caminhando rapidamente para a hegemonia, não tem escolha: é preciso submeter as classes populares do Nordeste ao seu tacão, mas numa situação em que suas próprias bases, seu "populismo", começam a entrar em declínio, ela não atacará diretamente as classes populares do Nordeste, num movimento que visava evitar a confluência das forças populares em escala nacional: submeterá primeiramente sua irmã gêmea no Nordeste, a própria burguesia industrial regional. A SUDENE é esse ataque pelos flancos, sugerido inclusive numa citação do conhecido estrategista inglês Liddell Hart, que abre um dos livros de Celso Furtado, elaborado ao calor da luta no Nordeste: *Dialética do Desenvolvimento* (5 4), mais tarde refundido pelo autor na obra *Teoria e Prática do Desenvolvimento Econômico*: "avoid the frontal attack". A SUDENE será um mecanismo de destruição acelerada da

própria economia "regional" nordestina, no contexto do movimento de integração nacional mais amplo; certamente tal integração processar-se-ia em termos menos acelerados, podendo mesmo, no limite, o Nordeste permanecer ainda por largos anos como uma "Irlanda" no Brasil (OLIVEIRA, 1977, p.113).

Se analisarmos as teorias acerca do Nordeste, não conseguimos localizar antes da criação do Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) alguma análise voltada para o desenvolvimentismo de cunho federal⁵². Devemos ressaltar que assim como a maioria dos pensadores dos anos 50-60, os do GTDN também estão imbricados na ideologia da modernização e das teorias desenvolvimentistas. Para o grupo, o papel primordial da agricultura era a redução dos custos de alimentação e o fornecimento de matéria-prima para a indústria de base que deveria ser instalada⁵³.

O maior expoente desse grupo será a figura de Celso Furtado, tanto intelectualmente quanto administrativamente. Nascido na Paraíba em 1920 se destacou no comando do GTDN e, posteriormente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a qual comandou por alguns anos até o golpe empresarial-militar de 1964.

O autor coloca a problemática do Nordeste como um problema Sócio-Histórico, isto é, toca em dois pontos fundamentais para a compreensão desta. Celso Furtado aponta para, primeiramente, a incapacidade que o Nordeste teve de superar “quando o açúcar entrou em estagnação, o Nordeste passou a constituir uma economia totalmente à míngua de impulso de crescimento, embora continuasse a expandir-se horizontalmente” (FURTADO, 2013, p.166), além disso, a estrutura fundiária formada a partir desta problemática é altamente concentrada nas mãos de poucos, nesse caso, a maioria dos camponeses são pessoas sem posses trabalhando para os latifundiários (arrendatários, meeiros, etc.).

⁵² “Escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, grande concentração da renda na economia açucareira, predomínio do setor de subsistência na pecuária do hinterland semiárido” (Ibidem).

⁵³ BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Recife: Garamond, 2008.

Segundamente, ainda na questão histórica, o autor irá apontar para uma diferença latente no investimento entre regiões, comparando o que ele chama de Centro-Sul com o Nordeste, visto que, a partir da tomada de hegemonia do país por parte das elites industriais, que se inicia em 1930, os investimentos estatais irão predominantemente para esse setor, e como o dito Centro-Sul tinha maiores possibilidades imediatas de industrialização, o Nordeste foi “esquecido” nesse processo. Ademais, excluído da industrialização e como uma economia predominantemente de exportação, a região deveria buscar produtos básicos na sua antagonista, ou seja, fortalecendo ainda mais a disparidade e não por acaso, acelerando o ritmo de crescimento daquela.⁵⁴

Por último, o autor destaca um ponto socioeconômico primordial não apenas para a compreensão da problemática, quanto para o pensamento do período para a formulação de políticas públicas:

O sistema econômico que existe na região semiárida do Nordeste constitui um dos casos mais flagrantes de divórcio entre o homem e o meio, entre o sistema de vida da população e as características mesológicas e ecológicas da região. Já nos referimos a esse fenômeno extraordinário de adaptação da flora ao clima, a caatinga, que representa toda uma riqueza vegetal. Esses recursos vegetais, todavia, ainda não foram devidamente estudados. Ainda não se pensou em criar uma economia da caatinga (*Ibidem*, p.169).

Dessa forma, ele teve grande importância na criação de propostas para o “desenvolvimento” da região Nordeste, seu plano de ação continha 4 diretrizes básicas:

- “criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira”;
- “transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada”;
- “transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas”;
- “deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense [...]”.⁵⁵

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ PEREIRA, L. M. **A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado**. TOPOI (RIO DE JANEIRO), v. 10, p. 48-66, 2009.

Devemos ressaltar que o resultado das análises e propostas desse grupo será a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, fundada pelo próprio Celso Furtado e que será responsável pela criação de projetos de planejamento e intermediação de financiamentos para a região.

Esta agência, segundo Celso Furtado, terá um duplo objetivo:

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — Sudene — pretende ser um órgão de natureza renovadora com o duplo objetivo de dar ao governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos (*Ibidem, 2013, p.164*).

Contudo, diferente do GTDN, que teria uma proposta mais de diagnóstico, a SUDENE passaria por algumas fases e a princípio (1959-1963), com o caráter de pensar o Nordeste a partir de todas as suas problemáticas e agentes e, posteriormente, teria um caráter de planejamento e intervenção, sem tanta análise, forjado após o golpe de 1964, no qual o Estado Militar assumiria a centralidade da formulação de políticas públicas, relegando a esta instituição o papel de uma agência meramente executora. E nesse papel a Superintendência já se demonstrava insuficiente na resolução dos problemas e com um papel diferente do planejado no momento de fundação.

Na sua Fundação o papel da SUDENE é prioritariamente de planejamento, e devemos entender planejamento não num sentido comum, mas como aponta Chico de Oliveira:

Em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. Pode operar, exatamente neste sentido, na mudança da forma da mais-valia que deve ser reposta para a continuidade do ciclo; para dar um exemplo, que cabe como uma luva no caso do planejamento regional para o Nordeste do Brasil, desde que o Estado foi capaz de transformar uma parte da mais-valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia como capital (4), tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente que retornou ao processo produtivo (OLIVEIRA, 1977, p.??).

Pode-se destacar ainda que o autor também combate a ideia de que o DNOCS seria o primeiro órgão de planejamento do Nordeste e, para ele, isto não ocorre, pois o planejamento prescinde de uma mudança das forças e estrutura produtiva, o DNOCS, pelo contrário, agiu para manter intocadas estas.

Dentro das considerações de Francisco de Oliveira sobre esse “planejamento” da ação das burguesias industriais do Centro-Sul que forjou a SUDENE, que ao contrário do discurso apontado anteriormente por Celso Furtado de que esta política existe para a superação da estagnação, ela:

Ocorre somente quando a luta de classes chega a um ponto de ruptura, em que não apenas a estrutura existente não tem mais condições de continuar a reproduzir-se, como se vê seriamente ameaçada pela emergência política dos agentes que lhes são contrários. Não é a estagnação que força ao planejamento, nem apenas a situação de miséria das massas camponesas e trabalhadoras do "Nordeste " algodoeiro-pecuário. Essa estagnação era, na maioria dos casos, apenas a aparência das transformações que se operavam na hierarquia do poder entre as classes dominantes: no Nordeste como um todo, essa estagnação refletia sobretudo a submissão da burguesia industrial aos interesses da oligarquia agrária algodoeira-pecuária e portanto, a dinâmica dessa oligarquia, sua expansão. Quanto à miséria, essa era e é secular; o que existiu de novo em tal miséria, transformando o conflito de classes - matéria que se tratará de explicitar em outra parte deste trabalho - é sua politização: é a sua insolubilidade nos mesmos termos de reprodução da estrutura produtiva do "Nordeste " algodoeiro pecuário (*Ibidem*, 1977, p??).

Apesar de ser um projeto mais das elites do Centro-Sul do que da região apontada anteriormente, os capitalistas locais do Nordeste passam a ter imenso interesse nesta questão, já que significa a continuidade de sua reprodução. A estrutura burocrática é, historicamente, completamente cooptada por estes grupos, como podemos ver o caso da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) (hoje DNOCS) que desde o seu princípio deveria ser uma instituição de combate à seca, entretanto, na prática utilizava dos recursos advindos desta prática para realizar obras em propriedades privadas, a partir das frentes de trabalhos, com o intuito de valorizar e prestigiar ainda mais o terreno dos potentados do Nordeste, principalmente no Ceará, como formas de acumulação primitiva demonstrado por Francisco de Oliveira:

A ação do DNOCS revestiu, nas secas ou nas "emergências", como são denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade se agrava, formas típicas de uma acumulação primitiva. Recrutava-se a mão-de-obra desocupada pela estiagem, apenas depois que os magros recursos de pequenos sitiantes, meeiros, parceiros, haviam-se esgotado em duas ou três semeaduras, à espera das chuvas, e empregava-se na construção das barragens e das estradas; o pagamento dessa mão-de-obra dava-se, na maioria das vezes, sob a forma de espécie, isto é, fornecendo-se os alimentos - farinha, feijão e a indefectível carne-seca, esta nem sempre presente -; os resultados desse trabalho concretizavam-se nas barragens feitas nas propriedades dos grandes fazendeiros e nas estradas, às vezes estradas privadas no interior dos grandes latifúndios (*Ibidem*, p.54).

Podemos enfatizar também que as frentes emergenciais de trabalho, além do exposto, servem como alternativa para a emigração da população nordestina, que era de extremo interesse das elites locais para manter o baixo salário da força de trabalho e do custo de sua reprodução. Dessa forma sua estrutura burocrática é tomada pelas oligarquias cearenses, desde o início do século XX como destaca Oliveira novamente:

O algodão reunir-se-á com a pecuária e a carnaúba para transformar o Ceará num vasto algodão segmentado em milhares de pequenas plantações, e a imbricação latifúndio-minifúndio, comerciante-fazendeiro, fazendeiro-exportador, não ocorreu em nenhum outro lugar do Nordeste com maior profundidade que ali. As primeiras grandes obras da IFOCS e do DNOCS foram no Ceará, e daí por diante o controle desse organismo estatal, sua captura pela oligarquia algodoeira-pecuária, aprofundou-se e tornou-se completamente indistinta a linha divisória entre DNOCS e a mesma oligarquia. Falar do DNOCS no Ceará, era o mesmo que falar da oligarquia e vice-versa (*Ibidem*, 1977, p.55).

Até os anos 1960 essas relações se davam principalmente através do poder centralizado na figura desses grupos, contudo, a partir da chegada dos projetos de modernização agrícola para o desenvolvimento do Nordeste as coisas vão tomar outro rumo, com a inserção da burguesia industrial do Centro-Sul e o capital internacional devido à necessidade de uma alta soma de investimentos a longo prazo e um elevado risco que o desenvolvimentismo agrícola forjado nas décadas anteriores havia construído e conquistado estes sujeitos interessados, fatores que não poderiam ser bancados exclusivamente pelas elites locais sem a apropriação dos órgãos estatais. Rodrigues (2021) completa:

O Estado assumiu o planejamento e execução do desenvolvimento regional, assim como acontecia uma crescente nas expulsões de moradores de suas terras. Simultaneamente a essas ações se intensificou a abertura de empresas agrícolas e foram aumentadas as linhas de crédito à produção agropecuária e agroindustrial. Isso implicou em uma reestruturação do espaço, que disparou mudanças no modo de vida, dos trabalhos, dos modos de fazer, das sensibilidades, do tempo (RODRIGUES, 2021, p.44).

O investimento na região Nordeste foi enorme, principalmente no fim da década de 1960 e início de 1970, chegando ao aumento de 25% por cento do produto interno bruto e superando a média histórica da região⁵⁶. As fontes desses investimentos serão do setor público, com grande destaque das quantias federais que terá um absoluto destaque da SUDENE, suas parcerias, etc., e do fundo de investimentos garantido pelo artigo (34/18)⁵⁷. Este último programa tratava-se de uma tentativa do Governo Federal de incentivar a distribuição de parte dos recursos privados do Brasil, que em sua maior parte estavam no Centro-Sul⁵⁸ para o Nordeste, já que o seu funcionamento se dava da seguinte forma:

O Sistema 34/18 baseava-se na relação entre três agentes: a empresa optante (ou depositante), a empresa beneficiária (ou investidor) e a SUDENE. A empresa optante era a pessoa jurídica, situada em território nacional, que poderia deduzir do seu imposto de renda, determinada parcela a ser investida no Nordeste. A beneficiária era responsável pela elaboração, implantação e desenvolvimento dos projetos a serem implantados no Nordeste. Já a SUDENE, era responsável pela aprovação e fiscalização da aplicação dos recursos, de acordo com os planos traçados para o desenvolvimento regional (CARVALHO apud FEITOSA, ano desconhecido, p.52).

A pessoa jurídica poderia investir até 50% do valor referente ao seu imposto de renda e existia um prazo a ser cumprido para aplicação de tal, sob risco do dinheiro retornar ao tesouro nacional.

⁵⁶ BIRD, **THE ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF BRAZIL**. Washington D.C. 1973.

⁵⁷ Os incentivos fiscais, inicialmente conhecidos como Sistema 34/18, foram assim designados por referirem-se ao Artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e as alterações introduzidas pelo Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963, que criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões no Nordeste (GOODMAN & ALBUQUERQUE, 1974).

⁵⁸ São Paulo e Rio de Janeiro serão responsáveis por 80% dos recursos do mecanismo de direcionamento de investimentos. BIRD, **THE ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF BRAZIL**. Washington D.C. 1973.

O Programa obteve tanto sucesso que foi aprimorado e corrigido a partir da criação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FINOR) responsável por tirar a escolha das empresas na aplicação dos recursos e dar a SUDENE tal poder, além disso, houve um melhor controle nos prazos de aplicabilidade.

Soma-se a isso alguns fatos: este programa irá ter aumento avassalador durante os fins dos anos 60, na questão da distribuição para a agropecuária. Se analisarmos que no ano de sua criação o mecanismo destinou 97,5% dos seus recursos para a indústria de transformação, incluindo agroindústria, com o fim da década de 60 e início de 70 os investimentos se igualam, tanto na indústria, quanto na agropecuária⁵⁹, podemos perceber um ganho de força do projeto de desenvolvimento da agricultura no Nordeste e os anos 1970 serão ainda melhores nesta questão. Com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971), as regiões Norte e Nordeste teriam já garantido 50% dos recursos de tal mecanismo, já que com o tempo ele passa a atender também outras regiões⁶⁰.

Com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971), as regiões Norte e Nordeste teriam já garantido 50% dos recursos de tal mecanismo, já que com o tempo ele passa a atender também outras regiões⁶¹. Ademais, os contratos firmados pela SUDENE nos indicam que existia uma classificação quanto a prioridade para a distribuição destes recursos e nos anos 1970 a agropecuária era a prioridade máxima, do “tipo A”, como estão colocados nos contratos⁶². Os maiores beneficiários destas são as empresas agrícolas e cooperativas particulares.

⁵⁹ FEITOSA, C. O. Economia Sergipana: origem e desenvolvimento ISBN-13: 978-84-15774-23-5. 1. ed. Málaga: Universidad de Málaga, 2013.

⁶⁰ BIRD, THE ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF BRAZIL. Washington D.C. 1973.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² BANCO DE DADOS: CONTRATOS SUDENE, Acervo Digital do Núcleo de Estudos Sobre Memória e Conflitos Territoriais da UFC (COMTER- UFC). Fortaleza-CE.

O financiamento público direcionado pelas burguesias industriais do Centro-Sul, visto que são as maiores doadoras para o sistema 34/18 se tornou ainda mais crucial na questão agrícola se notarmos que o do setor público se dava prioritariamente na construção de estradas e de expansão da rede elétrica do país, ou seja, o Estado restrito agia na infraestrutura como a estruturação das rotas comerciais enquanto o setor privado era o principal beneficiário do financiamento da agricultura⁶³.

Deve-se ressaltar também o financiamento advindo da USAID e do Inter-American Development Bank (IDB), com uma quantia que no fim de 1971 chegou a 520 milhões de dólares exclusivamente para o Nordeste, sendo a maior parte dos investimentos para os setores que o financiamento 34/18 já investia, para o desenvolvimento da Indústria e mais alguma para a educação⁶⁴.

Diversos projetos chegaram e grande parte dos investimentos foi cooptada pelos potentados locais, diferente do pensamento do BIRD. Devemos deixar claro que isso não está colocado explicitamente nos planos de governo ou nos programas, mas, a partir de alguns pontos. O primeiro é que muitos desses projetos surgem com prioridade para proprietários de terra, ou melhor, numa região que grande parte dos camponeses são rendeiros ou arrendatários, apenas uma pequena parcela se beneficiaria; o segundo ponto é que existe uma imensa exigência burocrática, dessa forma, se tornando cada vez mais difícil para os pequenos e médios proprietários (SUDENE, 1973B, p.124).

Os programas de crédito rural foram o grande trunfo desta situação, guiado pelos dois fatores anteriores, e, visto que, na época, existia a política de subsídio deste, ele será o mais visado pelos mandatários locais. Todavia, além da perda da centralização do poder nas mãos da administração pública, eles acabam se tornando subordinados, não apenas do Estado, mas da modernização da agricultura.

⁶³BIRD, **THE ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF BRAZIL**. Washington D.C. 1973.

⁶⁴ *Ibidem*

Como enfatizado, eles deveriam obedecer a uma série de questões burocráticas e de fiscalização, além de se adequarem a um novo tipo de agricultura. Segundo Marcel, essas mudanças acarretaram na modificação estrutural, social e política, existiu uma “seleção natural” do capitalismo, que exclui aqueles que não conseguem se adaptar.

Podemos analisar, dessa vez, a perda de força dos capitalistas agrários em meio a este cenário. Para que o crédito seja aprovado ele deve ter um projeto técnico-financeiro, obrigando o concorrente a invariavelmente procurar a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Esta também fiscaliza o uso do pacote tecnológico, obrigando e introduzindo profundamente o capital financeiro, além disso, gerando uma relação de interdependência entre este, o agro e o setor industrial⁶⁵.

Contudo, apenas isto não era suficiente para atingir os objetivos do capitalismo para com o Nordeste, era necessário atingir a estrutura tradicional, ou seja, a produção familiar. Para tal o principal projeto implementado pelo Governo da ditadura no Nordeste será o de implantação de perímetros irrigados⁶⁶, que além de não atingir o objetivo de reforma agrária dos camponeses locais, serviria para abordar esse discurso e traria o desejo de transformar os agricultores tradicionais em *farmers*⁶⁷, visto que os produtores estariam sob a vigilância dos aparelhos estatais.

Isto se dá pela obrigatoriedade da utilização do pacote tecnológico pelos agricultores, já que os projetos de irrigação são verdadeiros oásis em meio ao semiárido nordestino e existe um exacerbado custo de implantação do equipamento no local, quer dizer, já que o custo dos equipamentos de última geração era alto a renda dos que ali estavam

⁶⁵ BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Recife: Garamond, 2008.

⁶⁶ “O processo se dá da seguinte maneira: o Dnocs desapropria as terras irrigáveis das imediações dos açudes; em seguida, são executados trabalhos de sistematização de solos, de construção de canais de irrigação e de rede de drenagem; uma vez feito isso, a terra é subdividida em lotes, segundo a capacidade produtiva média de uma família; finalmente, é implantada a infraestrutura necessária à ocupação de lotes” (Bursztyn, 1985, p.113).

⁶⁷ VIANA JÚNIOR, MÁRIO MARTINS, ALMEIDA, D. G. **Conflitos pela memória no semiárido cearense: relações entre as comunidades rurais do tabuleiro de Russas e o DNOCS**. História & Perspectivas (Online), v. 29, p. 85-114, 2016.

também deveria ser para cobrir tais despesas, logo a agricultura de cunho tradicional familiar seria incompatível⁶⁸.

A chegada da irrigação, dessa forma, se tornará a tônica, durante este período será apresentada como a solução para o “problema Nordeste”, como aponta Viana Júnior:

Apesar de experiências isoladas de projetos de agricultura irrigada nas regiões Sul e Sudeste do país, o Nordeste brasileiro foi a região que recebeu atenção especial de ações estatais e empresariais para desenvolvimento de áreas irrigadas. A busca pela “(...) redenção econômica no Polígono das Secas, com a arrancada da irrigação” era anunciada pelo Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, em 1970, como saída técnica para resolução dos problemas (VIANA JÚNIOR, 2021, p.6).

Devemos ressaltar que, apesar de ser a principal forma de modernização da agricultura a tentar ser implementada no Nordeste, esta não era nenhuma novidade para os organismos internacionais. Garantindo mercado para uma ampla indústria de equipamentos e fertilizantes ela recebe massivo investimento do Banco Mundial durante os anos 50/60/70. No Brasil, como aponta Viana Júnior:

Os recursos para estas transformações foram oriundos de fundos, programas e projetos governamentais, além do financiamento externo direto e indireto de bancos e empresas, como o Banco Mundial, a United States Agency for International Development (USAID), o BID, Fundação Ford e Fundação Rockefeller, entre outros. Jogos de tensão que posicionavam o Brasil como território geoestratégico de expansão do capital e da agricultura capitalista na geopolítica internacional (Ibidem, p.6).

Podemos destacar ainda que esta forte onda de investimentos chegando na região irá modificar também a estrutura das agências apontadas anteriormente, principalmente do DNOCS, que com todos os ocorridos passa a gerenciar o Fundo Nacional de Obras Contra à Seca (FUNOCS), juntando isso a elevação de autarquia da instituição fez com que o DNOCS se juntasse a SUDENE como os principais agentes da Revolução Verde no Nordeste⁶⁹.

Segundo Mário Martins:

⁶⁸ BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Recife: Garamond, 2008.

⁶⁹ Ver mais em VIANA JUNIOR, MÁRIO MARTINS. **A Irrigação no Brasil na mira do capital internacional (1964-1975)**. REVISTA DE HISTÓRIA, v. 180, p. 1-33, 2021.

DNOCS não se resumia à condição de agente mediador e celebrador de acordos comerciais. Submetido aos ditames dos altos estratos da política nacional e aos interesses econômicos do setor agrícola, evidentemente, participava, coordenava, conduzia e disputava a produção de conhecimento científico no Nordeste brasileiro (*Ibidem*, p.25).

Existe aqui uma questão necessária de investigação, como o Ceará, com aparente pouca relevância econômica dentro do próprio Nordeste ganhou tantos recursos? Conseguiram disputar com as burguesias do Centro-Sul? Ou as burguesias cearenses haviam aceitado a divisão de trabalho? Estas questões não serão resolvidas neste trabalho, mas apontaremos indícios.

Para ressaltar a importância desse órgão para a implementação da irrigação no Nordeste basta analisarmos os números de estações experimentais de pesquisa. O DNOCS com suas 24 estações, tinha no ano de 1974 mais do que o MA e Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), que juntos tinham um total de 20, ou seja, o predomínio da pesquisa nesta área irá se dar com essa instituição⁷⁰.

Não obstante, a região sofrerá bastante com a falta de técnicos adequados para a implementação, principalmente os de nível superior, visto que durante o período estudado as universidades brasileiras não ofereciam cursos de pós-graduação, e regime de tempo integral para seus quadros, sendo para os professores muito mais atrativo o trabalho nos órgãos públicos, sobrando, dessa forma, pouco tempo para a pesquisa, tendo apenas algumas universidades como exceção. O relatório do BIRD aponta que a extensão rural do Nordeste no ano de 1970 contava com apenas 700 técnicos que conseguiam atender apenas 87.000 agricultores, isto é, 4% da população rural, enquanto o Brasil tinha 10% desta contemplada com serviços de extensão rural.⁷¹

⁷⁰ BRASIL. **Tecnologia rural no Nordeste**. Recife, 1987.

⁷¹ BIRD, **THE ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF BRAZIL**. Washington D.C. 1973. (p.21).

Para solucionar este problema, é pensada algumas ideias a longo prazo como a reforma universitária pretendida pela USAID, outra “[...]solução é juntar os esforços de duas Escolas Engenharia e Agronomia criando a carreira de Engenheiro Agrícola, ideia propiciada pelo CNPq e pela Academia de Ciências dos Estados Unidos.”⁷²

No entanto, as agências, como o DNOCS, necessitavam de medidas imediatas e a solução encontrada foi:

Diante do fato de não haver disponibilidade de técnicos capacitados em áreas e problemas específicos de agricultura irrigada, a solução adotada pelo Ministério do Interior foi a de estabelecer um programa de cursos curtos destinados aos técnicos de nível universitário. Pode-se considerar que, nos dois últimos anos de desse programa, foi treinado técnicos de nível superior dos órgãos oficiais, vinculados à irrigação, aplicação parte dos diretamente (*ibidem*, p.30).

O Ceará, que apesar de não ter tantas estações experimentais de pesquisa em irrigação como Pernambuco (17) e Bahia (10), também irá chamar bastante atenção com relação à pesquisa universitária, importantíssimo pilar para a formação de mestres e técnicos. Isto por conta da UFC que terá uma estrutura de pesquisa consolidada, com laboratórios e equipamentos, alguns cursos de pós-graduação sendo implementados e quadros já com pós-graduação.

O relatório *Tecnologia Rural no Nordeste* realizado pela série Projeto Nordeste (1987) por parte da SEPLAN/ PR/ IPLAN/ MINTER/ SUDENE/ BNB explicita algumas das problemáticas encontradas por esse tipo de projeto de desenvolvimento do Nordeste, segundo a avaliação dos pesquisadores um dos entraves para aquele projeto seria o da implementação da tecnologia que estava sendo gerada e apesar de diversos fatores serem apontados como responsáveis por isso, queremos enfatizar a falta de compatibilização dos interesses dos técnicos com os agricultores locais, os primeiros ignoravam as demandas dos segundos e isso se dava tanto na implementação de sistemas de produção, quanto na escolha das culturas a

⁷² *Ibidem*, p. 19.

serem cultivadas, já que as de subsistência eram quase que completamente ignoradas. O relatório destaca que "A grande maioria dos 'pacotes' estão orientados para culturas ou atividades isoladas, de pouca relevância, para os pequenos agricultores em geral, considerando-se a ampla predominância da agricultura consorciada sobre os cultivos isolados"⁷³ e o exemplo prático disso é que as culturas básicas para subsistência como arroz, feijão, milho e mandioca representam menos de 10% dos projetos enviados para pesquisa em 1983⁷⁴.

Além dessa problemática os perímetros de irrigação irão contribuir diretamente para o desemprego, elevação do preço dos produtos consumidos na região e migração para os grandes centros. Isso se dá pelo motivo de que as terras desapropriadas empregam menos trabalhadores e que muitos dos colonos⁷⁵ não eram da região, Bursztyn aponta que apenas 17% da população que foi desapropriada conseguia virar um lote de terra dentro dos projetos de irrigação⁷⁶. Dessa forma, tais projetos desapropriam inúmeras famílias, obrigam a produção para a indústria e ainda gera um fluxo migratório negativo.

Algumas dessas consequências foram reconhecidas pelos teóricos do período, como o próprio Celso Furtado, em período posterior, que coloca:

É mesmo corrente que se afirme ser o Nordeste dos anos 1960 e 1970 um caso exemplar de mau desenvolvimento. Com efeito, poucas regiões do Terceiro Mundo terão alcançado, num período combinado de dois decênios, uma taxa de crescimento tão elevada, ou terão conhecido um processo de industrialização tão intenso. A participação do investimento no produto interno alcançou níveis poucas vezes iguais no mundo subdesenvolvido, traduzindo um considerável esforço de acumulação. Ora, se é verdade que houve melhora considerável da infraestrutura física, particularmente nos setores de transportes e energia, não é menos evidente que os salários reais da grande massa da população em nada refletiram esse crescimento econômico, e que a grande maioria da população rural pouco ou nada dele se beneficiou. É verdade que a classe média, antes raquítica na região, passou a ocupar um espaço importante. Em compensação, a taxa de subemprego

⁷³ BRASIL. **Tecnologia rural no Nordeste**. Recife, 1987.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ Pessoas selecionadas para receberem lotes de terra.

⁷⁶ BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Recife: Garamond, 2008.

invisível (pessoas ganhando até um salário mínimo na ocupação principal) se mantinha em 80% em 1979. A emergência de uma classe média afluyente, em meio à pobreza absoluta da maioria da população, é a evidência maior do malogro da política de desenvolvimento seguida na região (FURTADO, 2013, p.173).

Por último devemos ressaltar que os projetos de irrigação não representam a totalidade das mudanças estruturais que ocorreram na agricultura nordestina, o café é um forte exemplo de outro modelo que estava a ser implementado e no lugar de desapropriação este tinha como forte característica e objetivo o máximo aproveitamento da mão de obra local, como demonstra vários relatórios sobre a agricultura cearense e, principalmente, o café.

Todavia, para o aproveitamento da mão de obra excedente que as alterações iriam proporcionar seria necessário um intenso trabalho de extensão rural, e adaptação destes a novas técnicas de cultivos através de intenso trabalho dos técnicos.

Todo este cenário aqui trabalhado, para a região Nordeste em especial, mais uma vez demonstra o interesse produtivo centrado na grande propriedade e dos grupos internacionais acima das máximas ideológicas que foram necessárias para a consolidação do projeto modernizador no Brasil de “combate à pobreza” ou aos reais problemas da região.

3. O CEARÁ E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: um desenvolvimento para a indústria

Não havia no Ceará "Nordeste" açucareiro, nem qualquer outra atividade produtiva que não fosse determinada pela estrutura típica do latifúndio-minifúndio. O Ceará era, antes da entrada do Nordeste na divisão interacional do trabalho pela via da produção do algodão, um vasto e sub povoado curral de gado, com algumas microzonas como a do Cariri, onde medrou também a atividade açucareira (com razão era o Cariri do Ceará muito mais ligado às estruturas de reprodução vigentes no "Nordeste açucareiro de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas). Era, em suma, um espaço de atividades extrativas - já se esclareceu que a pecuária, nessas condições, não passava de uma atividade extrativa - que reforçou-se inclusive no começo do século pela descoberta da utilização da cera de carnaúba, nativa em vastas porções do estado cearense e também no Piauí, sobretudo em sua metade norte (OLIVEIRA, 1977, p.54).

Francisco de Oliveira aponta em sua citação para a estrutura agrícola do Estado do Ceará como altamente dependente do extrativismo e pecuária, porém, no recorte estudado, e nos dias atuais vemos um estado com atividades voltadas para a indústria e exportação, dessa forma, este tópico tem como objetivo demonstrar esta mudança drástica na agricultura cearense, seus principais atores e o desenvolvimentismo falado no início desta tese sendo moldado, com maior intensidade nos anos 1960 e 1970.

O Estado do Ceará, a partir do início dos anos 1960, passará por profundas transformações na sua agricultura, com o objetivo de atender aos interesses do capitalismo, entrando de vez numa era de modernização e industrialização. A agropecuária, que é o principal setor econômico do Estado alencarino, passará por diversas mudanças com intuito de atender às necessidades da indústria que se formava e para a criação de um polo da fruticultura.

Se analisarmos o período anterior podemos ver que a situação era completamente diferente. A produção se dava, em grande parte, para produtos de subsistência e atendimento dos mercados de cada localidade, os principais produtos alimentícios eram: feijão, arroz, milho e mandioca.

Segundo Damasceno, na produção para o mercado local existia o algodão do tipo arbóreo, com aparecimento ainda do verdão e do herbáceo. Além disso, havia a falta de uso de tecnologias ditas modernas; e reclamações sobre a incidência de pragas, principalmente no algodão; e a baixa produtividade para os padrões da Revolução Verde. A pecuária, por sua vez, se dava sem a definição de raças e prioritariamente para o corte, com ausência de grandes fontes energéticas para o gado, visto que a sua alimentação se dava apenas por pastagens locais, resultando novamente na baixa produtividade para os padrões exigidos pela expansão do capitalismo e, portanto, diferente da agricultura a tentar ser implementada no período dos

anos 1960⁷⁷.

Devemos colocar o autor em seu local, visto que, apesar de não termos indícios sobre sua história de vida, ele pertencia à Ematerce, órgão promotor da extensão rural, dessa forma ele justifica o trabalho da extensão rural nesse livro a partir de dados como os anteriores, para afirmar que o problema do Estado era a baixa produtividade e não diversas outras questões estruturais, servindo, por isso, ao projeto capitalista. Então, quando falamos desses dados de baixa produtividade relacionamos sempre a uma baixa produtividade para um projeto de expansão industrial no Ceará.

Houve uma alteração da participação do setor rural no Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará, que apresentou declínio, pois em 1970 significava 15,78%, em 1985, 15%, em 1995, 7,05% (CEARÁ. Governo do Estado, Iplance). Tal declínio na participação da geração de riqueza no Estado equivale a uma redução de 10,16% em três décadas⁷⁸. Essa queda é explicada por Amaro (2005) pela modificação no perfil produtivo do Estado, principalmente no período da redemocratização, tendo um fortalecimento da indústria e outros setores, como o turismo.

Já na análise da questão fundiária o Ceará em nada difere do Nordeste como um todo, e assim como o próprio país, apresentava diversos problemas quanto desigual à distribuição da propriedade. Essa questão não só influenciou na posse de terras, como foi primordial tanto na definição dos produtos, quanto na estrutura trabalhista dos camponeses cearenses. Sendo, dessa forma, de crucial importância para toda a questão no Ceará.

Amaro irá colocar que “a história da questão agrária no Estado possui quatro aspectos fundamentais e que mantêm uma relação umbilical entre si, quais sejam: a propriedade privada e concentrada da terra, o pouco ou o mal uso do solo, o domínio jurídico

⁷⁷ DAMASCENO, José Maria. **EXTENSÃO RURAL: 50 anos a serviço do produtor cearense (1954-2004)**. Fortaleza, Premius editora, 2004.

⁷⁸ ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **UMA GEOGRAFIA DAS POLÍTICAS FUNDIÁRIAS NO ESTADO DO CEARÁ**. 2005. 388 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

das terras e as relações de trabalho no campo” (AMARO, 2009, p. 79), sendo estes os pilares da má distribuição fundiária no Estado.

A estrutura fundiária cearense tem um histórico de concentração que remete a séculos anteriores, e que em dados brutos foi pouquíssimo modificada durante os anos. Muitas vezes para explicarmos a concentração de terras no Brasil retornamos à Lei de Terras em 1850⁷⁹, que permitiu ampla centralização da posse nas mãos de poucos. Mas, se analisarmos apenas o Ceará, podemos perceber que a legislação e política fundiária utilizada no Estado foram ainda piores que a Lei de Terras, ampliando a posse de grandes extensões de terra e prorrogando sucessivamente os prazos para o cumprimento das novas legislações (*Ibidem*, p.81). Dessa forma, podemos perceber que os objetivos dessas medidas eram:

[...] estabelecer mecanismos de expropriação de camponeses de forma tal que estes acabassem se sujeitando ao trabalho na grande propriedade. No caso da pecuária, o objetivo central era liberar a maior parcela possível de terras para a criação, o que levava os grandes proprietários a negar o estatuto comunal da posse camponesa, desconhecendo-o como instituto jurídico dotado de validade. A busca incessante de terras prendia-se às condições de produção local. [...]. Assim, o poder local, que terá seu apogeu na República Velha, procurará, de todas as formas possíveis, garantir mão-de-obra para os cultivos comerciais e, ao mesmo tempo, terras aptas para a expansão da pecuária (DA SILVA APUD AMARO, 2005, P.81).

Em vista disso, para prosseguir com a expansão da pecuária - historicamente principal produto do sertão cearense e, também, crucial para o povoamento dele - e da produção de açúcar para o mercado internacional, as medidas são todas voltadas para o favorecimento dos latifundiários na região. Deve-se enfatizar que é também um período - fim do século XIX e início do XX - de expansão da agricultura no Estado.

A partir disso teremos no Ceará a predominância de algumas estruturas de dominação e, ao contrário do que a historiografia hegemônica por muito tempo deixou de

⁷⁹ Lei no. 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto no. 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Essa foi a primeira norma do direito agrário brasileiro que definiu aspectos como: proibição de ocupação das terras devolutas e obrigatoriedade de sua ocupação mediante a compra em dinheiro; registro de vigararia; legitimação das anteriores à sua publicação e revalidação das sesmarias e concessões (AMARO, p.80).

ênfatizar, estas terão sim um papel e visão imbuída no capitalismo, indo além de meras estruturas arcaicas coronelistas e para tal análise a Tese Aldiva Diniz é crucial.

Podemos destacar as relações entre proprietários e não proprietários no Estado como um todo. A presença de meeiros, arrendatários e todos esses trabalhadores do campo despossuídos de terra era absoluta nas fazendas dos grandes latifundiários, mas como dito anteriormente, isso não se dava apenas para uma forma de dominação política arcaica e coronelista, ela se dá, também, através de intuítos capitalistas, que modificaram o papel da terra, como por exemplo, a obrigação de dar uma parte da produção ou do trabalho obrigatório para o proprietário irá dar ao terreno um papel de obtenção de renda, isto é, como coloca Aldiva:

Na perspectiva de Nascimento (1986), esta foi a maneira de expropriar o camponês de parte de sua produção. Para Oliveira (2001), este processo é a própria produção do capital feito mediante relações não capitalistas de produção. Por sabermos que o capitalismo carrega a necessidade de reproduzir capital, poderíamos pensar que ele desenvolveria na sua plenitude as formas de relações típicas que é o trabalho assalariado, mas isso não é verdade. “Na agricultura, o capital não tem atuado necessariamente no sentido de implantar seu modo específico de produzir (através do trabalho assalariado) em todo canto e lugar” (OLIVEIRA, p. 475, 1996). Dentro das suas contradições, ele recria as relações não capitalistas de produção (ALDIVA, 2009, p.32).

Logo, podemos ver também no trecho anterior como é crucial a manutenção dessas relações vistas como tradicionais, em meio ao capitalismo que sempre se colocou como moderno e, como visto no capítulo anterior, essa modernidade não representa na prática uma dualidade, e sim está sempre dependendo de relações tradicionais para existir e vice-versa. Vale ressaltar que o proprietário além de receber a renda em forma de trabalho, recebe em forma de produto, dessa maneira não necessitando criar pastagem para o seu gado, visto que essa pastagem já o alimentaria, transformando duplamente em capital essa expropriação do produto e trabalho dos despossuídos de terra. Aldiva segue ênfatizando o trabalho de Oliveira na produção dessas relações capitalistas no campo:

Por isso, Oliveira (1995) acentua que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço para a expansão do trabalho familiar camponês. Assim sendo, os capitalistas do campo utilizam-se deste processo para produzir capital. Este processo de desenvolvimento da agricultura ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas, que utilizam relações de trabalho familiares para não ter que investir uma parte de seu capital na contratação de mão de obra assalariada. Ao mesmo tempo, utiliza-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos trabalhadores camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, em dinheiro. Assim, transforma a renda da terra em capital. Esse processo nada mais é, pois, do que o processo de produção do capital, que se faz através de relações não capitalistas (*IBIDEM*, p.36).

A partir dessa forma de expropriação praticada pelos proprietários de terra podemos constatar que ela, a terra, era definitivamente uma forma de dominação sobre esses camponeses, além disso outras formas se davam, como o uso da terra, as obrigações da fazenda, as formas de apadrinhamento e até proibições muito comuns num contexto mais amplo que não apenas no Ceará, como a proibição da construção de casas de alvenaria. Todas essas formas tinham como “papel de preservar a ordem social, mantendo as massas em seu padrão de vida tradicional” (*Ibidem*, p.48).

Não obstante, um ponto já citado anteriormente muda completamente a ação do Estado quanto ao Ceará e o Nordeste no Geral: o começo da organização dos camponeses em sindicatos e a criação das ligas camponesas, principalmente a partir de 1960. Esses fatos pressionaram o Estado a tomar um papel diferente quanto a região, o agravamento dessas tensões instaurando um grande temor nas burguesias cearenses, um medo da “escalada da violência”, ou melhor dizendo, da resistência popular às clássicas violências patronais e da perda de poder, antes bastante consolidado, levando-as a apoiar algumas das mudanças.

O Estado Restrito para de realizar medidas meramente assistencialistas, para iniciar projetos de desenvolvimento econômico a partir de 1960 e para além disso, assumiria um papel de mediador do conflito entre as classes. Podemos identificar então duas fases de intervenção estatal na região, e ao menos no discurso medidas que irão ser completamente

diferentes. Todavia, se observarmos melhor, a prática pouco altera-se em questões cruciais como a estrutura fundiária.

Para analisarmos essa estrutura fundiária que permanece quase inalterada utilizamos do autor Francisco Amaro, referência para o assunto dentro das Ciências Humanas no geral e, principalmente, na Geografia, que realizou diversas análises, dados e tabelas acerca da Estrutura fundiária do Estado ao longo do século XX e que nos auxiliarão na compreensão tanto do Ceará antes da modernização, quanto no período posterior, enfatizando as mudanças e permanências.

Dessa forma o autor realizou análises a partir do índice Gini⁸⁰, e devemos ressaltar a utilização de classificação utilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), definindo os imóveis rurais em: a) latifúndio, que pode ser por dimensão, quando o imóvel rural tem área superior a 600 vezes o módulo fiscal⁸¹, e por exploração, quando tem área entre um e 600 módulos fiscais e que seja mantido inexplorado, deficiente ou inadequadamente inexplorado; b) minifúndio, imóvel que tem uma área inferior à da propriedade familiar⁸² e c) empresa rural, propriedade que compreenda área não excedente a 600 vezes o módulo fiscal do município, explorado econômica e racionalmente por pessoa jurídica ou física, que atenda integralmente à legislação trabalhista, aos contratos temporários de uso da terra, bem como haja Grau de Utilização da Terra igual ou superior a 80% e o Grau de Eficiência e Exploração seja igual ou superior a 100% (ESTATUTO DA TERRA, art. 4o).

⁸⁰Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28

⁸¹ Módulo fiscal – substitui o Módulo rural, e significa a área em hectares determinada pelo Incra, para cada município, que considera os tipos de exploração predominante na região, bem como é utilizado para efeito de tributação (ESTATUTO DA TERRA, art. 50 e Lei no. 6.746/79).

⁸²Propriedade familiar – imóvel rural que explorado pelo trabalhador rural e sua família possibilite sustentabilidade econômica e social. A área é determinada pelo Incra em razão da atividade e da região (ESTATUTO DA TERRA, art. 4o. item II),

Se pegarmos a série histórica do GINI apontada pelo IBGE, com base nos estabelecimentos rurais e apresentada no quadro 1.1 observa-se um imenso aumento na concentração fundiária entre os anos 1960- 1985.

QUADRO 1 Série histórica do índice de Gini, IBGE- Ceará 1960 a 1985

| ANO: | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 |
|----------|------|------|------|------|------|
| BRASIL | 0,79 | 0,80 | 0,81 | 0,82 | 0,82 |
| NORDESTE | 0,80 | 0,81 | 0,82 | 0,82 | 0,82 |
| CEARÁ | 0,55 | 0,74 | 0,73 | 0,72 | 0,77 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995, Brasil. Org. Alencar, Francisco Amaro Gomes de.

Podemos ver que o Estado do Ceará em 1960 tinha uma concentração fundiária considerada forte (0,501- 0,700), mas bem abaixo do nível nacional e do regional. O Ceará passa a ter uma concentração considerada muito forte até 1985 (0,701-0,900) pelo Incra, demonstrando um incremento no Estado, saltando bruscamente para patamar próximo aos níveis de desigualdade do país.

Amaro vai mais fundo na questão e analisa tanto a desigualdade na distribuição por tamanho quanto na média dos estabelecimentos rurais. Não pretendemos apresentar toda essa questão aqui, mas uma colocação do autor é necessária no entendimento da situação dos trabalhadores rurais no Estado:

[...] verifico, teoricamente, que: primeiro, os estabelecimentos rurais do primeiro extrato de área, menos de 1 a 50 ha, embora, tenham aumentado a

participação nestes 45 anos, tanto em termos do número de estabelecimentos como em área ocupada, em 1950 detinham área média de 10,14 ha, com brusca redução para 6,48% em 1995. Ou seja, perda de 36%, o que equivale a dizer que cada estabelecimento rural neste intervalo perdeu em média 3,66 ha com relação a 1950 [...] (AMARO, 2005, p.86).

Dessa forma, mesmo com um aumento da participação dos pequenos estabelecimentos, estes continuaram perdendo território. Essa perda camponesa pode ser analisada, pois:

para a modernização da agricultura nos anos de 1970 usou dos instrumentos de crédito agrícola e dos incentivos fiscais, preferencialmente, para os grandes produtores e proprietários rurais, em detrimento do camponês minifundiário, posseiro, arrendatário, assalariado e sem-terra, a exemplo entre outros dos programas Proterra, Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), dos incentivos fiscais Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (Finor) e o Fundo de Investimento Setorial (Fiset) da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (Ibidem, p.30).

O período, como podemos ver, foi caracterizado por projetos desenvolvimentistas e modernizadores, pouco focando em investimentos para mudar a estrutura fundiária na região, como ocorreu nas décadas posteriores, com diversos programas de reforma agrária.

Se pegarmos uma comparação desse índice para o Nordeste de 1970-2006 teremos que os números relativos a concentração de terras permaneceu quase que inalterado como um todo, o que já demonstra um fracasso do discurso de redistribuição de terras durante o período, todavia, se pegarmos mais especificamente o caso do Ceará a situação se tornará ainda mais embaraçosa. O estado contou com um aumento total de 9.3% durante o recorte colocado, destacando-se um período de diminuição no índice entre 1970-1980 e depois um brusco aumento até o último ano visto⁸³.

Esse aumento na concentração pode ser visto inversamente pela diminuição do tamanho médio dos estabelecimentos no Estado, alguns autores tentam relacionar mudanças

⁸³ MEDEIROS, C. N. Análise da Estrutura Fundiária da Região Nordeste e do Estado do Ceará durante o período 1970-2006. In: VI Encontro Economia do Ceará em Debate, 2010, Fortaleza. Anais do VI Encontro Economia do Ceará em Debate, 2010.

desse tipo a urbanização que o Ceará sofreu, porém, se pegarmos o mesmo recorte para todo o Nordeste teremos uma diminuição de pouco mais de 10% enquanto o estado Alencarino sofrerá uma redução em 57.85% do tamanho médio dos estabelecimentos⁸⁴ “saindo de 49,32 ha em 1970 para 20,79 ha em 2006, significando em termos absolutos, 28,53 ha a menos.” (Ibidem, p.7). Porém, se analisarmos especificamente o recorte 1960-1980 podemos ver um aumento da área total coberta por estabelecimentos de 1-50ha, significando um crescimento de aproximadamente 3x, mas o número de estabelecimentos é de quase 5x maior, demonstrando um picotamento de algumas propriedades e por isso a menor área média. Já os estabelecimentos entre 50-1000ha tem o número quase constante e uma ligeiramente maior nesse período, consequentemente, demonstrando um aumento de sua área média. Os terrenos que realmente perdem território e estabelecimentos são os de mais de 1000ha⁸⁵.

Para finalizar, Amaro faz uma análise bem interessante acerca da produção estadual até os anos 1980, para ele:

As formas de explorações das terras no Ceará até os anos de 1980, de maneira geral, baseava-se na cultura do algodão e na pecuária, caracterizada pela pouca intensidade de capital. Nas pequenas unidades de produção ocorria intensa utilização das terras e nas grandes acontecia o uso extensivo destas. A partir dos anos de 1980 começa a exploração das terras a se diversificar, como por exemplo: na região do litoral norte, uma cultura comercial do caju e coco-da-baía destinada às agroindústrias de Fortaleza e Sobral; a serra da Ibiapaba apresenta uma cafeicultura, fruticultura voltada ao mercado urbano e agora nos anos de 2000 a fruticultura e floricultura, principalmente para o mercado externo; na região norte do Estado, a pecuária bovina de corte e leite, culturas do algodão e de frutas tropicais e alimentares nas várzeas e margem dos açudes; na região de Baturité, a avicultura; nos sertões continua o algodão, embora em menor escala, milho, feijão, mandioca e a pecuária de corte; na região do rio Jaguaribe, ampliação da plantação de algodão herbáceo, arroz irrigado, melhoramento das técnicas de criação de gado bovino para corte; na região do Cariri, nas áreas da chapada, predomina a pecuária extensiva, nas encostas semi úmidas, as culturas de feijão, milho, algodão, enquanto nos brejos ocorre o uso para cana-de-açúcar e arroz (IBGE, 1995) (Ibidem. p.91).

⁸⁴ *Ibidem.*

⁸⁵ CENSO AGROPECUÁRIO: CEARÁ 1980 IBGE.

Esta colocação é no mínimo intrigante, pois, como após uma década recheada de investimentos desenvolvimentistas no Ceará, como foi em 1970, pouco se alterou de imediato na produção agrícola do Estado. Algumas hipóteses podem surgir, a partir dessa problemática de difícil resolução, o próprio Amaro irá colocar isso a partir da mudança no perfil das lideranças políticas do Ceará, quando a partir de Tasso Jereissati (1987) o Estado passará a ter diversos jovens governadores advindos do Centro Industrial. Nós acreditamos em uma hipótese diferente, que será trabalhada posteriormente.

Apesar dessa nova geração política parecer relevante e com toda certeza ser importante no contexto investigativo, acredito que o entendimento dos anos 1970 deve incorporar outros elementos. A manutenção da grande propriedade, os financiamentos a ela dirigidos, e a expropriação dos camponeses mostram que as medidas modernizadoras na prática foram direcionadas e realizadas para os grandes proprietários, e agentes internacionais, e, como veremos posteriormente, os setores mais beneficiados no Ceará parecem ser o do algodão, oleaginosas e pecuária, já para os do exterior seria o da fruticultura e aproveitamento industrial dos primeiros produtos. Desta forma, torna-se necessário entender como o pensamento modernizador está sendo construído no Estado.

3.1 A construção do Moderno no Ceará (1960-1980)

Os trabalhadores rurais do Ceará não aceitavam essa situação de concentração de terra de braços cruzados, os movimentos de contestação da estrutura agrária no Estado, digo, os movimentos camponeses são também influenciadores desse processo ocorrido, principalmente em fins de 1950 e início de 1960, sendo bruscamente interrompido pelo golpe de 1964.

Nos anos 1950 o movimento de associações vem ganhando bastante força no Estado, diferentemente do resto do Nordeste o Ceará não tem nas ligas camponesas o seu

principal movimento de contestação da estrutura agrária, dessa forma, sobre a tutela do PCB e da ULTAB “criou-se a União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura do Ceará – ULTAC, que tinha como proposta reunir as associações existentes. No entanto, as mesmas eram deslegitimadas por não possuírem estatuto próprio” (AMARO et al, 2013, p.17).

Ganhando uma maior organização essas associações de trabalhadores irão estar presente em diversos municípios e serão motivo de ira dos latifundiários, sendo motivo de repressão dos seus membros. No entanto, essa repressão não parou a expansão e no início de 1960 elas formarão sindicatos rurais:

Na década de 1960 o Ceará era formado por 140 municípios, no período compreendido entre os anos de 1962 a 1969 foram criados, de acordo com as portarias citadas, 83 sindicatos. Isto significou que em nove anos, aproximadamente, 60% dos municípios contavam com uma entidade que representava a “classe camponesa”. [...] dos 83 sindicatos criados no período de 1962 a 1969, 36 surgiram nos anos de 1962 e 1963, ou seja, em torno de 44% (*ibidem*, p.18-19).

Suas reivindicações estão centradas em:

O assunto mais debatido é exploração nos arrendamentos, falta de terra para os camponeses trabalharem, baixos salários, falta de assistência médica e remédios, alto preço das ferramentas e artigos de consumo, falta de financiamento, falta de garantias de preço de produto.⁸⁶

Assim, temos nos trabalhadores rurais do Estado do Ceará importante agente político, impondo não só suas reivindicações e organizações como medo e receio nos grupos, tanto regionais quanto a burguesia advinda do Centro-Sul, dessa forma: “As situações de exploração agora se transformam em programas que visam combater as injustiças sofridas. [...] os órgãos do Estado são pressionados. ”

Para ver a resposta a essa pressão partimos, então, do entendimento do contexto político em que estava o Ceará. Nesse período, o governador Virgílio Távora (1963-1966) “[...] assegurava amplo e irrestrito apoio ao projeto [Modernizador], abrindo créditos para as

⁸⁶ Terra Livre. Ano V. 1a Quinzena de setembro – 1954. No 48 p.3

despesas necessárias”⁸⁷. Ademais, a relação desse governo com os EUA era pautada por uma visão que tratava o Estado como uma das “ilhas de sanidade administrativa”⁸⁸, colocando o Ceará como uma área para o recebimento de recursos. Tais projetos modernizadores, chegam no governo desse por meio do planejamento, e em projeto muito próximo do desenvolvimentismo de JK, o plano de metas do governo de Virgílio Távora:

Era dividido em duas grandes áreas, subdivididas em subáreas agrupadas e discriminadas da seguinte forma: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: Agropecuária, Indústria, Pesca, Recursos Minerais, Energia, Rodovias, ferrovias, Abastecimento, Portos, Telecomunicações e Crédito; MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM: Água-Esgoto-Saneamento, Educação e Cultura, Saúde Pública, Bem-Estar Social, Política e Segurança Pública, Desenvolvimento Regional, Cooperação com os municípios, Pesquisas (DE MELO, 2013, p.23).

Isto era possível, pois a burguesia local tinha forte influência nesta questão, como veremos no próximo tópico, visto que elas eram contrárias às reformas de base do governo de João Goulart, principalmente no que diz respeito aos projetos para a agricultura, como é o caso da reforma agrária. Este fato é percebido, a partir da análise da Eunice Cavalcante sobre os jornais e suas reportagens do período, que estavam contra tais projetos, muitas vezes sendo contrários a qualquer tipo de reforma no campo brasileiro.

Além do exposto, as burguesias locais também estavam amplamente imbuídas da ideologia modernizadora, o Ceará recebeu amplo aparato para a sua implementação. A grande imprensa local, pertencente e regidas pelos interesses destes foi defensora e divulgadora deste projeto, principalmente os periódicos: *Nordeste e O Povo*. Este último até 1968 foi presidido

⁸⁷ ROLIM, Josimeire Barreto de Sousa. **SISTEMAS TÉCNICOS E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS NO PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA (PIMN), CEARÁ**. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

⁸⁸ Política de apoio a governadores antigoulart caracterizada pelo direcionamento de recursos dos EUA, através da Aliança para o progresso, para estes Estados (GIL, 2008).

por Paulo Sarasate, ferrenho adepto de ideias liberais e anticomunistas. Suas concepções liberais se refletem no jornal o Povo até hoje, que se coloca como defensor dos ideais modernizadores do mundo (O POVO, 2017). Além disso, é o segundo periódico em números de tiragem do Ceará, sendo assim, voltado para as camadas populares e médias do Estado. Podemos ver um exemplo disto na seguinte matéria do Jornal:

Figura 1 Escola de Agronomia

A ESCOLA DE AGRONOMIA

EDUARDO ARAGÃO JR

Os inescurecidos que não acreditam no progresso e no avanço tecnológico da Agricultura e da Pecuária, também não admitem que a suinocultura está em avanço, e este acentuado em nosso Estado. A suinocultura acompanha o avanço da tecnologia, ela progride talvez em maior intensidade que os outros setores pecuários e vem alcançando, com êxito, os objetivos desejados.

A Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará dispõe hoje de uma das mais modernas e bem equipadas pocilgas do Nordeste brasileiro. Essa pocilga pertence ao Instituto de Zootecnia da Universidade Federal do Ceará e é dirigida pelo competente e estudioso suinocultor, Engenheiro Agrônomo Francisco José Linhares, que vem empreendendo muitos esforços para o desenvolvimento, expansão e implantação de novas técnicas no ramo da suinocultura. Essa pocilga, que é modelo para nossa região, é objetivada em três fins: Didático, onde são ministradas aulas práticas para os alunos da Escola; Expansão e Implantação de novas raças suínas para nosso Estado; Instalações

de Experimentos e tem também o objetivo Econômico. Esta pocilga é hoje possuidora de um grande plantel de suínos

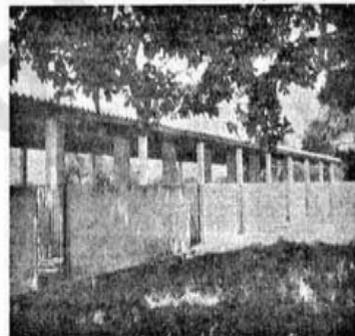
das seguintes raças: Duroc-Gersey, Wessex, Berk-Shire e outras raças mestiças originárias dos cruzamentos dessas raças. A administração dessa pocilga é por demais organizada, eficiente e digna de elogios; são utilizadas as mais modernas técnicas de manejo e vive em contínuas observações.

A pocilga da Escola de Agronomia dispõe atualmente de um plantel de aproximadamente 250 animais selecionados, de raças puras e mestiças; dispõe de porcos à venda para aqueles que se interessarem; Os que desejarem informações mais detalhadas, dirijam-se ao Departamento de suinocultura do Instituto de Zootecnia na Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará.

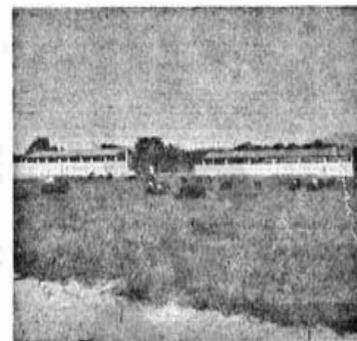
Atualmente está instalado nessa pocilga um experimento com leitões em recria; esse experimento é sobre o estudo do ganho de peso destes, em regime de pastagem na baía, sem pastagem, e pastagem no campo. Esse experimento está sob a responsabilidade dos agrônomos

Adalberto Gadelha e José Linhares,

A tipo de curiosidade para o leitor, queremos salientar que essa pocilga foi digna de elogios por parte de uma das



Vista dos piquetes de pastagens do setor de suinocultura do Instituto de Zootecnia da Escola de Agronomia. Observa-se bem detalhes da cerca elétrica e animais da raça "Wessex" e "Duroc-Jersey".



Ativ:
Acessi

Fonte: Jornal O POVO, 21 de Outubro de 1968. p. desconhecida

A matéria indica primeiramente apoio irrestrito do jornal à agricultura dita “moderna”. Em texto anterior podemos perceber que esta não é hegemônica na sociedade civil, já que o texto começa com uma clara crítica a não apoiadores, realizadas por setores da sociedade brasileira contrários à influência estadunidense no território brasileiro. Devemos enfatizar que há resistência não apenas por seu ideal modernizante, mas pela influência estadunidense que os convênios irão trazer, diversos são os opositores, principalmente, dentro das universidades. São registrados no período diversos protestos estudantis e, na UFC, tivemos uma greve, no mesmo ano da matéria acima (1968).

Estes protestos em 1968 estão diretamente ligados a um movimento em todo o Brasil de protesto da União Nacional dos Estudantes (UNE), contra a intervenção estadunidense no Brasil, principalmente o acordo MEC-USAID, um dos principais pilares de questionamento foi a tecnicização do ensino superior, comparando os estudantes a meros robôs e sendo formados para gerenciar, além do declarado e cada vez mais visível imperialismo estadunidense desde a APP, e intensificando-se após o Golpe. O movimento Estudantil do CCA da UFC, aparentemente, sempre foi ativo em suas reivindicações, e forte contestador da ordem vigente, mesmo formado por pessoas inerentes às classes dominantes, como em 1962, por exemplo, existiam fortes protestos contra a falta de condições do curso, inclusive com a ocupação da Escola e confrontos abertos com a polícia.

Interessante ressaltar que uma única matéria é realizada pelo Jornal O Povo sobre tal movimento de contestação a esse modelo de desenvolvimentismo imposto no CCA, como podemos ver a seguir:

NA ESCOLA DE AGRONOMIA: ESTUDANTES FIZERAM DEMONSTRAÇÃO CONTRA AUXÍLIO AMERICANO

Vários estudantes invadiram, sábado pela manhã, a sede da Escola de Agronomia para protestar contra o programa de ajuda norte-americana (Aliança para o Progresso e Universidade do Arizona) que o estabelecimento vem recebendo. Eram cerca de 150, dos quais a maioria pertencente a outros estabelecimentos, presumindo-se fossem liderados pelo Diretório Central dos Estudantes.

A demonstração consistiu de discursos em que foram repetidos os clichês anti-fanques, pichamento do prédio em que funciona o programa e, inclusive, tentativa de incendiá-lo por parte de um grupo, o que não foi efetivado face a ponderações dos próprios manifestantes.

Frente da Escola de Agronomia informou que o programa tem trazido notáveis benefícios ao estabelecimento e que seu cancelamento reoutrará em enormes prejuízos. O programa, que foi iniciado em 1963 constitui-se de ajuda financeira e técnica. Com os recursos desse advindos foram equipados vários laboratórios da Escola e acrescentados 2.000 volumes à sua biblioteca. Oito professores receberam, na Universidade do Arizona, diplomas de mestrado. No momento, encontram-se cursando aquela Universidade norte-americana nove técnicos pertencentes aos quadros da Escola de Agronomia, enquanto 12 outros, com bolsas do programa, recebem treinamentos em São Paulo e Minas Gerais. Em Fortaleza, 14 professores americanos, técnicos em agronomia, dirigem pesquisas agrícolas na Escola de Agronomia.

Para este ano, o programa aplicará 400 mil cruzeiros novos do Conselho Técnico de Administração da Aliança para o Progresso e cerca de 100 mil dólares da Universidade do Arizona, sem falar nas despesas com os 14 técnicos que, agora, ante os acontecimentos, poderão receber ordem da Embaixada dos Estados Unidos para regressar, significando isso o cancelamento do programa. No momento, estava sendo esperado um grande trator, adquirido com recursos desse programa de ajuda, para utilização e treinamento. No convênio está previsto treinamento de professores e alunos da Escola de Agronomia.

A fonte que prestou a informação disse que tudo se deve à minoria ativa, pois a maioria dos alunos da Escola de Agronomia está em provas, comparecendo ao estabelecimento somente nas horas marcadas e se retirando em seguida.

Por ordem da Diretoria, dois professores norte-americanos estão em recesso. Os professores brasileiros, em sua maioria, estão revoltados com a atitude dessa "minoria ativa que não sabe a extensão do erro que comete".

Os manifestantes retiraram de uma das ruas próximas à Escola a placa com o nome do professor norte-americano, colocando outra com a denominação de Juvenal Nogueira. Os muros da Escola aparecem pichados com dizeres como "As balas que atingiram Juvenal foram doadas pela 'Aliança para o Progresso'". "Os bonecos yankees" etc. A placa com o nome do professor americano foi colada no CBU com inscrição dizendo que ela tem significado histórico no movimento estudantil brasileiro.

Fonte: Jornal O povo, 1 de julho de 1968, pág.4

Com apenas uma reportagem, vê-se no jornal, mesmo em momento de disputa sobre este projeto, uma exaltação do programa desenvolvimentista em parceria com a Universidade do Arizona e a diminuição do tamanho da manifestação, 150 estudantes em 1968 representava uma grande parte de envolvidos dentro do CCA. Ressalta-se que foi realizada uma tentativa de buscar mais matérias sobre as manifestações estudantis do CCA no Jornal e nenhuma outra revela protestos dentro da universidade cearense, não que não existissem, apenas silenciados, o Jornal que continha uma ala específica para falar do dia a dia da UFC denominada "Presença Universitária" durante os meses de Julho e Agosto de intensos

protestos estudantis em todo o país, sempre escondeu os ocorridos na UFC, falava bastante dos protestos em outros centros como os de São Paulo e Rio de Janeiro. Interessante notar que a atenção ao CCA nestes meses é dada toda ao vestibular e a tecnologia de um computador que corrige as provas, demonstrando mais um traço de avanço e modernidade chegando ao Centro.

No mais, O Povo além de ter diversas reportagens sobre a situação de investimentos por parte da SUDENE, DNOCS, etc., tinha uma página diária do seu jornal, exclusivamente dedicada para o produtor rural, chamada *O povo no campo*, nela teria o preço dos produtos naquele dia, propagandas de equipamentos agrícolas, uma reportagem educativa ao agricultor e, por último, um editorial de opinião:

O POVO NO CAMPO

SUPLEMENTO SEMANAL

EDITOR: EZAELIR ARAGÃO

Por NCr\$ 1,00 a Escola de Agronomia Analisa Solo
 Carneiros Engaiolados: Determinar Digestibilidade
 Inda Vai Instalar Cooperativa de Eletrificação
 Escolha de Tratores e Máquina Agrícolas (Quadro)
 Vantagens Que se Obtêm Com Criação de Caprinos



Em terreno da Escola de Agronomia, escolhido por ser resistente, a "Marcesso S.A. Máquinas, Representações, Comércio e Indústria", realizou uma demonstração da carregadeira de rodas "John Deere JD-400" equipada com retro-escavadeira n.º 94 e do carregador de esteiras "John Deere JD-450". A demonstração constou de várias partes, interessando aos agricultores a que mostrou aquela última máquina citada abrindo rapidamente uma vala para silo trincheira e aterrando e limpando um matagal espesso. A JD-400 abriu valas para drenagem ou irrigação e transportou manilhas, colocando-as nas escavações com absoluta precisão, e aterrou valas com o carregador frontal. Essa mesma máquina fez, em 3 minutos, o carregamento de caçamba média de caminhão-basculante, serviço que pode ser utilizado na construção de açudes.

Dessa forma, podemos ver no jornal, um divulgador do desenvolvimentismo instalado na universidade, qualquer curso de extensão teria sua divulgação realizada lá, pesquisas, investimento, professores intercambistas, palestras, literalmente qualquer coisa em prol do desenvolvimentismo da universidade, além de silenciar os movimentos contestatórios durante 1968.

Ademais, para estudar esta modernização da agricultura cearense devemos primeiro realizar uma análise dos recursos, partindo dos advindos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) no qual o Estado foi apenas o terceiro da região Nordeste e com pouca diferença para outros que terão menor relevância na produção agrícola nacional, enquanto Pernambuco e Bahia angariam quase que 50%⁸⁹ das verbas. A diferença para outros Estados vem com os recursos a partir de fundações filantrópicas, principalmente a Fundação Ford.

Podemos analisar a quantidade de recursos ofertadas e compará-la, apenas em dois projetos a Fundação Ford destinou 3.804.433 de dólares para a Universidade Federal do Ceará, investimentos estes no ramo da engenharia e economia, ou seja, no ramo industrial do Estado, sendo os mais de 1 milhão e 900 mil de 1963 mais de metade dos recursos investidos pela instituição naquele ano, sendo um dos grandes projetos da Fundação. A UFC recebeu da Fundação Ford pelo menos desde 1970 até o ano de 2001, 8.715.889 dólares, sendo a oitava instituição que mais recebeu investimentos, a segunda do Nordeste e apenas 400 mil dólares atrás da Bahia, situação bem diferente dos recursos federais, por exemplo. Devemos também ressaltar que estes dois projetos aqui citados fazem parte dos 50 de maiores investimentos da história da Fundação, nos levando a crer que os investimentos desta no Estado devem ter se dado por inúmeros projetos de menor investimento, visto que estes não representam nem 50% dos recursos para a UFC⁹⁰.

⁸⁹OLIVAL FEITOSA, Cid. **Economia Sergipana: origem e desenvolvimento**. Aracaju, Fundación Universitaria Andaluza Inca Garcilaso. 2013.

⁹⁰BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (org.). **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

A Universidade Federal do Ceará terá papel primordial em todo este discurso de modernização e nos projetos a serem implantados no Estado. A Instituição já assumira uma posição de responsável pela transformação do Ceará desde 1954, a partir de uma visão de ciência voltada para resolver os problemas locais e não mais descolada das realidades regionais, desta forma a premissa adotada será a de que “*A universidade atinge o universal pelo regional*”.

A busca por esse objetivo foi perseguida a partir da criação do Instituto de Tecnologia Rural, já em 1956, fazendo parte do plano de metas de Juscelino Kubitschek. Torna-se necessário destacar que o discurso desenvolvimentista já estava presente desde o governo JK e não foi algo exclusivo da ditadura militar, além da forte preocupação com a questão Nordeste.

Apesar da Universidade parecer sempre imbuída de um ideal modernizador, como o visto na criação do ITR, que já trazia diversas mudanças para o pensamento agrícola do período, como uma fábrica de pesticidas e outra para aperfeiçoamento de frutos⁹¹, essa assunção do papel de transformadora da realidade, nos anos 50 e início dos 60 ocorreu de uma forma que respeitava, pelo menos em seu discurso, a importância da cultura agrícola local. Não era definida para que tipo de agricultor a modernização se daria, apenas ressaltando que atenderia interesses dos órgãos públicos e privados com foco nas indústrias locais, além de sempre enfatizando as peculiaridades da região. Procuravam destacar a impossibilidade de realizar qualquer intervenção técnica sem o conhecimento da cultura local, como podemos ver no trecho:

Não consideramos existir incompatibilidade ou antagonismo entre a técnica e a cultura geral. Contrariamente entendemos que o técnico de elevado nível precisa estar forrado de substancial lastro de cultura geral, a fim de não sofrer limitações, mutilações ou distorções no seu modo de pensar e no exercício de suas atividades, de modo a não se afastar de uma visão integrativa do homem e de seus problemas (*Ibidem*, p. 163).

⁹¹ CASTRO, Francisco Alves de Andrade e. **Ensino e desenvolvimento das Ciências Agrárias no Nordeste (Ceará): 1918-1978**. Fortaleza, BNB, 1978.

Contudo, devemos destacar uma mudança que será de suma importância no projeto desenvolvimentista da UFC, com a criação da Fazenda Experimental Vale do Curu (FEVC) em 1958, responsável pela mobilização dos institutos para a extensão rural, pelo aproveitamento do seu açude para a irrigação e para energia hidroelétrica para a agroindústria, além da proposta da fábrica para os produtores locais, organização dos produtores da região e integração entre os municípios. A maioria dessas iniciativas só seria possível na fase posterior da Universidade, a partir dos convênios internacionais. Entre 1958-1963 ela ficou relegada exclusivamente à pesquisa e quando não recebia os escassos recursos nem isso era possível.

Dito isto, não podemos nos esquecer que, como dito anteriormente, a implantação da modernização agrícola depende de um complexo sistema regional, ou seja, só os projetos na UFC não seriam suficientes e houve a necessidade da atuação em diversas áreas no Ceará, inclusive a atuação concreta, com a “criação de verdadeiros oásis em meio ao semiárido” para tal objetivo.

O Ceará é o principal receptor dos projetos de irrigação na região Nordeste, desde, cronologicamente, que se caracteriza pelo primeiro perímetro de irrigação de Morada Nova, em 1968, até em quantidade. Se analisarmos a quantidade de projetos desse tipo recebidos através do DNOCS teremos mais área irrigada no Ceará do que todos os outros Estados nordestinos juntos, até o final dos anos 2000. Uma hipótese é que isto ocorra, além dos motivos já citados anteriormente, devido a sediação desta autarquia na cidade de Fortaleza-CE, sendo assim pelos grupos locais. Sobre a enorme quantidade destes projetos no Estado e seus objetivos, Rodrigues complementa:

Na região do Vale do Jaguaribe cearense essas transformações do espaço foram expressivas, sobretudo a partir do final da década de 1960, foram iniciadas na região obras de irrigação, mais precisamente a construção de perímetros irrigados. Entre os anos de 1968 e 1992, 48 perímetros irrigados foram construídos no Nordeste, dentre estes 4 estão na região do Vale. Enquanto nos anos anteriores a preocupação era com alimentos, em paralelo vinha correndo um processo de beneficiamento e valorização dessas terras, –

construção de açudes, barragens, perímetros – que tem seu ápice nos anos 1980 (RODRIGUES, 2021, p.44).

Além disso, veremos que os outros Estados mais poderosos economicamente terão esses projetos implementados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)⁹², talvez levantando a hipótese que esta tenha situação parecida com a do DNOCS.

Dessa forma, cada entidade do Estado ampliado durante as décadas de 1960 e 1970 parecia ter um papel muito bem definido na expansão da “Revolução Verde” na agricultura do Estado: no âmbito da sociedade civil, a imprensa local a tarefa de consolidar essa ideologia no imaginário popular de acordo com o interesse dos poderosos locais, além de rechaçar qualquer outra. Já na sociedade política a UFC, especialmente o Centro de Ciências Agrárias, tinha o papel de solidificar as bases científicas e tecnológicas, como veremos melhor posteriormente; a ANCAR-CE seria responsável pelo treinamento e extensão rural; e por último, o DNOCS teria a tarefa de criação e execução de projetos no campo cearense, com destaque para os perímetros irrigados no período de início dos anos 60 e, com o golpe de 1964 houve uma intensificação e mudança no discurso, principalmente nos anos 70, abandonando a luta contra a pobreza, isso se dá após a “aplinação” das forças populares tanto pela coerção direta, quanto pela intimidação, e utilizados amplamente para a implementação da Revolução Verde, agora já sob liderança única e sem contestação (amordaçada).

A UFC, assim como todo o Nordeste, passaria por uma significativa transformação na sua produção intelectual sobre indústria, com o projeto Morris Asimow, e sobre a agricultura, principalmente a partir dos convênios com instituições internacionais. A influência estadunidense foi predominante para isto ocorrer.

A visita de Merwin Bohan, embaixador estadunidense, estudioso sobre as

⁹² BRASIL. **Tecnologia rural no Nordeste**. Recife, 1987.

questões da América Latina, à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1961, foi o ponto de partida do governo dos EUA para tratar e analisar melhor uma problemática que a cada dia preocupava mais, a questão do Nordeste⁹³. Como ele mesmo destaca: “Nós compreendemos os problemas do Brasil e, particularmente, o grande problema do Nordeste, e estamos decididos a, dentro de nossas possibilidades, tudo fazer parte para a solução desse problema”⁹⁴.

O produto desse encontro foi a ideia de um programa de educação agrícola que mais tarde se concretizaria como um convênio estabelecido entre a Universidade Federal do Ceará (UFC), especificamente com o Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFC; a Universidade do Arizona; a United States Agency for International Development (USAID) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que será consolidado em 1963.

Devemos destacar que o CCA da UFC aparece como um fator primordial pela sua multifuncionalidade e por ter sido basilar na construção deste pensamento modernizador, pois a universidade coordenava as atividades de pesquisa, ensino e extensão rural a partir do modelo estadunidense de *Land Grant*. Por um lado, atuava na produção de pesquisa e na divulgação de conhecimento científico importado. Por outro lado, insistiu na formação de recursos humanos, o que indica alterações na concepção e prática agrícola local.

Dessa forma a atuação do CCA não se deu apenas no âmbito educacional, mas constituiu-se em espaço privilegiado na inserção de profissionais nos órgãos do Estado Restrito cearense, visto que uma das justificativas para a intervenção desta ideologia nas Universidades será a de que não existia técnicos suficientes para trabalharem no País como um todo.

Outra instituição de suma importância é a Associação Nordestina de Crédito e

⁹³ CASTRO, Francisco Alves de Andrade e. **Ensino e desenvolvimento das ciências agrárias no Nordeste (CEARÁ)**; 1918-1978. Fortaleza: BNB; 1979.

⁹⁴ *Ibidem*.

Assistência Rural (ANCAR-CE) que, posteriormente, se tornaria a Empresa de Assistência Técnica e Assistência Rural (EMATER-CE). O surgimento desse ideal técnico-assistencialista para o agricultor (ou o proprietário de terras) cearense consolidou-se em 1954 com a criação da ANCAR-CE, começando com projetos centralizados pelo governo federal e a partir de 1958 sendo responsabilidade de cada Estado, conquista com marcante influência da AIA⁹⁵.

O órgão público teria a missão de ser o responsável pela extensão rural no Nordeste de uma maneira geral, no Ceará ele é totalmente imbricado pela ideologia modernizadora, e a educação é um ponto vital para isto, pois, segundo a EMATER-CE, o principal entrave para a implantação tecnológica é o baixo nível “cultural”, que tem no analfabetismo a sua base. Apesar de não estar explícito, a todo momento podemos perceber que a instituição trata da agricultura “tradicional” praticada no Estado como o principal problema dos baixos índices de desenvolvimento e que a extensão rural, principalmente no trabalho com os jovens seria primordial para a mudança de tal cenário.

Esta agência explicitamente teria um papel de transmissão dos conhecimentos produzidos na Universidade para os agricultores locais, ou melhor, “o serviço de extensão rural, em seu trabalho educativo, transmite ao produtor rural e à sua família, as novas tecnologias, servindo de elo entre o produtor, o ensino e a pesquisa”⁹⁶.

O financiamento advinha de alguns convênios como: com o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBRATER), a Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR), o governo do Estado, a UFC e entidades de Classes do Comércio, Indústria e Agricultura⁹⁷. Demonstrando dessa maneira o intenso interesse dos diversos grupos em vários níveis do Estado ampliado brasileiro.

⁹⁵SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional**: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 225 f.

⁹⁶DAMASCENO, José Maria. **EXTENSÃO RURAL**: 50 anos a serviço do produtor cearense (1954-2004). Fortaleza, Premius editora, 2004.

⁹⁷ *Ibidem*, p.59.

Por último, e não menos importante, teremos a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952. Enfatiza-se a sua sede localizada na capital do Ceará, mesmo não sendo o Estado mais importante do Nordeste, ou melhor, seria mais uma conquista das oligarquias locais, assim como foi o DNOCS. O BNB, foi o responsável por duas tarefas cruciais ao desenvolvimentismo no Estado, tanto formou quadros de intelectuais, principalmente na área da economia e administração, quanto foi financiador de diversos projetos de pesquisa para o desenvolvimento industrial do Estado do Ceará, como por exemplo o projeto Morris Asimow a ser trabalhado posteriormente.

Na pesquisa agrícola ele financiou projetos nas áreas de: a) melhoria de forragicultura e nutrição animal; b) bioquímica e tecnologia de pescado; c) possibilidade de exportação de frutas regionais; d) desenvolvimento da cultura do sorgo; e) difusão do uso de fertilizantes; f) melhoramento de técnicas de produção de culturas oleaginosas do Nordeste; g) viabilização de operação integrada de pesquisa, produção e comercialização de sementes melhoradas; h) aproveitamento de óleos essenciais para uso industrial⁹⁸.

Segundo o próprio BNB seu objetivo era o aproveitamento de recursos naturais, identificação de novas oportunidades de investimentos e a definição de roteiros de ação e políticas de desenvolvimento no Nordeste. Dessa forma, o BNB teria o papel de nos anos 50 formadores de um pensamento desenvolvimentista e, posteriormente, financiador de projetos, pelo apresentado, concatenado com os interesses gerais das burguesias industriais do Estado, pois, como veremos posteriormente, ele abarca na área agrícola os principais pontos de pesquisa de outros órgãos, indicando a união de interesse em todas as instituições do Estado.

⁹⁸ CASTRO, Francisco Alves de Andrade e. **Ensino e desenvolvimento das ciências agrárias no Nordeste (CEARÁ)**; 1918-1978. Fortaleza: BNB; 1979 p.206.

3.2 As burguesias cearenses e a agricultura

Os capitalistas cearenses têm um papel primordial em todo esse processo aqui apresentado e não podem ser analisados apenas no papel da SUDENE e de órgãos com objetivo de desenvolvimento dos Estados.

A historiografia que analisa o período que se inicia na década de 1950 até finais da década de 1970 coloca o período como a consolidação da ideologia desenvolvimentista no Nordeste, destacando perda da hegemonia econômica por parte das elites regionais e passando para os grupos industriais do Centro-Sul.

Muitos consideram esse movimento como o geral em todo o Nordeste, mas, Francisco de Oliveira é pioneiro ao fazer uma análise diferenciando esse movimento, para o autor existem diferentes movimentos, o ataque maior a esses capitalistas regionais aconteceria principalmente em Pernambuco e em outros Estados como a Paraíba. Já no Ceará, aqui estudado e colocado pelo próprio autor como: “O mais oligarca dos Estados do Nordeste” você tem um movimento diferente, que apesar da chegada de indústrias e o crescimento de outros tipos de produtos, existe uma conservação de alguns grupos e famílias, período que fica conhecido como “pacto dos coronéis” na historiografia local.

Novamente enfatizando que os acontecimentos da historiografia clássica do Nordeste muitas vezes não podem ser aplicados ao Estado do Ceará, visto que durante toda a sua história tem uma formação diferente - não desconectada - de Pernambuco – este sempre considerado central para analisar a região como um todo. Dessa forma, vemos a economia bem diferente neste, partindo das expansões para o interior da colônia, o mesmo irá caracterizar-se durante todo o período colonial por uma economia totalmente dependente da pecuária que terá importante papel de produzir o charque para alimentar as diversas fazendas de açúcar Brasil afora.

A indústria e a produção agrícola para exportação será, até o século XIX muito escassa, visto a falta de investimento do Estado e até do interesse dos latifundiários locais. Contudo, a partir do final do século XIX o Ceará terá um crescimento industrial e acompanhará um cenário nacional de início da Industrialização. Devemos destacar que no recorte estudado neste tópico e que abarca o recorte geral da dissertação indústria e agricultura (1880-1970) caminham de mãos dadas, digo, o Estado irá criar indústrias sem necessidade de grandes maquinários ou especialização, com destaque, principalmente, para a algodoeira.

Além do algodão, o Ceará contará com algumas culturas e indústrias como a de calçados no Cariri e a de torragem e moagem do café que advém, principalmente, da serra de Baturité, porém, a primeira será a principal, pois, no período estará acontecendo nos EUA, maior produtor de algodão do mundo, a guerra da secessão (1861-1865), surgindo assim uma oportunidade de mercado enorme para um produto que crescia com demasiada facilidade em território alencarino. Deste modo, a partir desse fenômeno algumas famílias irão investir fortemente neste setor.

Uma família que já era tradicional e aproveita-se da superprodução de algodão no Estado, mas com menos mercado devido ao fim da guerra e torna-se agora muito poderosa e rica será a Pompeu, a partir da criação da fábrica Pompeu & Irmãos (1880) que será a primeira fábrica de tecidos do Estado, uma das que terá maior longevidade e terá importantes nomes na política e educação local, tema que exploraremos no próximo capítulo. Esta indústria e seu pioneirismo marcará a primeira fase industrial do Estado (1880-1950), que segundo Viana (2011) caracteriza-se pela:

Produção predominante de bens derivados do algodão (fios e tecidos, óleos e sabões e redes de dormir), visando sobretudo atender a uma demanda local por produtos de baixa qualidade, e o caráter autóctone dos capitais investidos na atividade industrial (VIANA, 2011, p.3).

Todavia, como mencionamos anteriormente esse período, antes da ideologia desenvolvimentista, é marcado apenas por uma indústria e agricultura de atendimento local, sem grande relevância nem a nível econômico de Nordeste, quiçá do Brasil. Francisco de Oliveira aponta que o motivo dessa produção de algodão para demanda local é fruto dos interesses internacionais:

Tomando-se como ponto de vista a sua interdependência com o próprio "Nordeste" algodoeiro-pecuário, seu abastecimento da fibra vai depender, primeiramente, das condições de produção e de realização do valor do produto algodão; a indústria têxtil nordestina acomoda-se ao padrão de fornecimento ditado pelos grandes trustes internacionais, de tal forma que, surgindo nas fronteiras da "região" que produzia algodão de boa qualidade, vai se especializar, contraditoriamente, na produção de tecidos grossos: aqui é não apenas a pobreza de seu mercado, das classes de renda baixa, mas sua subordinação aos padrões impostos pelos grandes trustes internacionais, SANBRA , CLAYTON e MACHINE COTTON , que determina essa especialização (OLIVEIRA, 1977, p.63).

Essa produção basicamente dependeria de algumas crises e guerras internacionais para ter um *boom* de exportações, como foi o caso da guerra da secessão e posteriormente da primeira guerra mundial (1914-1919), esta última que terá no período o surgimento da Usina Gurgel, especializada no aproveitamento de óleos, principalmente do Algodão, também é de suma importância neste trabalho, visto o seu enorme crescimento e beneficiamento do desenvolvimentismo nos anos 1970.

Posteriormente essa usina viria a receber o investimento de outros sócios, não apenas a família Gurgel. Devemos destacar que entre esses sócios está Antônio Diogo de Siqueira, mais uma família que seria protagonista da política cearense nesse período. Destaca-se também a Gomes & Cia Ltda. Pedro Philomeno de Ferreira Gomes, sócio da Usina do Ceará e também da fábrica Araken (1928), família Ferreira Gomes que dispensa apresentações ao leitor sobre seu papel na política atual.

Dessa forma, podemos ver nesse período o surgimento (ou consolidação) de capitalistas que irão lutar para ditar a política cearense na chegada do recorte estudado nesta

dissertação e que, como veremos posteriormente, estarão diretamente ligadas ao próprio CCA, seja interferindo como governantes, seja estudando e moldando esta instituição.

A importância no cenário industrial de ambos os citados pode ser vista mais uma vez se analisarmos os dois primeiros presidentes da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), que foram justamente e respectivamente o filho de Antônio de Siqueira e o neto de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, entre 1950-1972 juntando os dois respectivamente, demonstrando mais uma vez a permanência destas famílias e dessas empresas na sociedade civil cearense, mesmo quando boa parte do Nordeste apontava para uma mudança hegemônica passando para as mãos dos Industriais do Centro-Sul⁹⁹.

No fim dos anos 40, com o advento da segunda guerra mundial deve-se destacar um novo *boom* de exportação no Estado, mas, além disso, já visto pela terceira vez, tivemos o surgimento de novas técnicas e a entrada de novas culturas, dessa vez não apenas focada na tecelagem, porém muito mais pela extração de óleos vegetais, sendo a principal a oiticica, e mais periféricamente a castanha do caju, além do anteriormente bem explorado caroço do algodão.

Deve-se ressaltar que diferentemente da produção de tecido, os óleos vegetais aparentemente têm um mercado mais estável, não dependendo da não produção de outros países para existir. Enquanto entre 1944-1946 - analisando-se o fim da segunda guerra - a produção de oiticica em toneladas sai de mais de 6 mil toneladas para mais de 12 mil, com um crescimento de quase 100%, a produção de algodão para tecelagem cai de mais de 13 mil metros para um patamar de 11 mil. Também devemos enfatizar que essa produção ficará mais estável a partir de acordo feito pelas elites do setor algodoeiro de todo o país na década de 1940 e dos acordos que outro importante sobrenome da política local faz com países da

⁹⁹ Além disso, também tivemos nos anos 1990 a presidência de um Gurgel na FIEC, demonstrando mais uma vez a permanência destes quadros.

América do Sul e África, o comerciante e também do setor têxtil e de bacalhau o futuro deputado e senador Carlos Jereissati (O PAI DO TASSO).

Saindo desse período que Negreiros Viana irá chamar de fase “espontânea”¹⁰⁰ (1880-1950) a indústria cearense, e conseqüentemente da agricultura para exportação, fora o café¹⁰¹, sofrerá uma década de queda e estagnação, encontrando na ideologia desenvolvimentista e da industrialização, no cenário político posto, na reação às ligas camponesas e na forma de escantear até alguns dos outros setores econômicos da política local, centralizando o poder nas suas mãos, sendo ainda mais fácil de o fazer a partir do momento de ruptura política do golpe de 1964.

Para estudar o período posterior, apontado por Carlos Negreiros Viana como o de “planejamento” devemos destacar o contexto nacional do período. No Brasil a indústria no geral passará por um contexto de integração e nacionalização dos preceitos industriais do Centro-Sul, com estes expandindo suas zonas de hegemonia econômica. Especificamente para o Nordeste será um período de perda de força das famílias locais que, até este momento, tinham a hegemonia econômica e política.

Outro fator de justificativa para esse ambiente de conflito intraclasses são as diversas secas na década de 1950, com estas e as medidas de combate à seca ficando cada vez mais ineficientes dentro de um contexto de industrialização nacional e o já destacado problema demográfico, tanto para o Sudeste quanto para o Nordeste, as medidas de aproveitamento dessas pessoas e mão de obra barata em obras emergenciais atraem a cada ano menos interesse do capital, devido a sua necessidade nas indústrias e a dinamização da economia nordestina, além de ter começado a formar-se um ambiente direto de insatisfação e revolta no campesinato, chamado de ligas camponesas.

¹⁰⁰ Nome dado para diferenciar da posterior fase do “planejamento” estatal.

¹⁰¹ O café também tem suas crises, mas por outros motivos, não sendo favorecido nos períodos de guerras e crises do capitalismo.

No entanto, como visto anteriormente, o Estado do Ceará terá suas especificidades, não necessariamente passando pelas mesmas coisas que Pernambuco. Dessa forma no Estado, no lugar de vermos um completo varrimento dos capitalistas tradicionais da sociedade política, dando espaço para os sulistas, teremos, na verdade, uma união e mudança de pensamento de determinados grupos e famílias. Francisco de Oliveira destaca esse acontecimento, como:

Sobre o Ceará [...], afasta-se, sob certos aspectos, do estigma; é certo que os indicadores econômicos continuam entre os mais baixos. Mas lideranças empresariais do tipo Jereissati conseguiram fazer a ponte com a política, derrotaram os “velhos coronéis”, estabeleceram relações com a Universidade - raríssimo comportamento entre empresários e políticos no Nordeste (OLIVEIRA, 1990, p.88-89).

Podemos ver a formação dessa união ao estudar a especificidade da política local durante o pós Estado Novo, até a culminação do movimento anterior cunhado pela historiografia local como “União dos Coronéis”, podendo até a ser apontada também como uma união com o Centro-Sul, considerando as palavras de Francisco de Oliveira.

A política cearense do período será marcada por uma especificidade muito grande, nenhum governador irá se reeleger, sempre tendo a vitória da oposição. Os dois principais partidos do período seguirão a lógica nacional, com o crescimento da União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), mas, ambos os partidos irão passar por disputas internas, muito marcadas pela geografia local. A UDN terá uma enorme disputa entre a família Sabóia, com lugar no Norte do Estado (SOBRAL) e a família Távora, comandada por Fernandes Távora e posteriormente seu filho e militar Virgílio Távora, esta última também ligada à indústria têxtil como alguns outros nomes apontados neste tópico.

Durante todo o período abordado teremos uma alteração no terceiro partido de poder do Estado, antes o Partido Social Progressista (PSP), passando posteriormente para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a liderança do já mencionado Carlos Jereissati.

Estes partidos alteram-se no poder durante todo os anos 1950, sendo o PSD de um lado a UDN de outro e o PTB funcionando como o “fiel da balança”, elegendo vários deputados, mas nunca no patamar dos outros 2 e alternando-se no apoio a um e outro durante todo este período, a enorme alternância no poder demonstra uma fragilidade de tais grupos individualmente.

Não obstante, com a crise posta na economia cearense e as medidas tomadas pelo Governo Federal visando diretamente tomar a hegemonia dos capitalistas locais, esses grupos cearenses devem adaptar-se ao ambiente posto caso queiram sobreviver, o surgimento da SUDENE em 1959 é marcante, visto o interesse do Centro-Sul em sua formação e exige uma resposta ou adaptação dos industriais cearenses.

Aparentemente, com o avanço da política local durante a década de 1950 podemos definir a UDN e posteriormente PTB como ligados a esse projeto de desenvolvimentismo, vindo da burguesia do Centro-Sul, talvez não as siglas em si, mas nomes como Parsifal Barroso, Paulo Sarasate, Carlos Jereissati, Família Távora e em oposição às tradicionais oligarquias rurais do PSD, como bem aponta Francisco de Oliveira:

Em alguns Estados, como o Ceará, por exemplo, o mais oligárquico de todos os Estados do Nordeste, esse direcionamento pode ser percebido através da gradual aliança entre forças políticas de caráter nacional e as forças locais; por exemplo, o eixo da política cearense começa a deslocar-se do PSD para o PTB; esse deslocamento é, na verdade, uma aliança da burguesia nacional com as oligarquias do Ceará, num movimento de dissolução destas últimas. Importam aqui menos as siglas partidárias e mais o sentido do movimento; num outro período, a UDN se apossará do governo cearense, mas o sentido dessa mudança permanece o mesmo: trata-se de uma captura do poder local pela projeção da burguesia nacional do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1977, p.108).

Isto é, inclusive, revelador sobre a estrutura econômica do Estado, porquanto os dados econômicos apontavam para uma permanência dos capitalistas industriais no Ceará, quando Francisco de Oliveira durante todo o seu livro elegia para uma religião que apontava para um movimento distinto no resto do Nordeste, acontecendo o contrário, enquanto as

oligarquias agrárias de Recife se agarram à estrutura estatal para sobreviver, as burguesias industriais são completamente escanteadas nesse processo de centralização dita “nacional” advindo de outras regiões. Então, o que temos no Ceará, a partir do próprio Oliveira, é a conciliação de alguns quadros das oligarquias cearenses ligadas à produção industrial, principalmente do algodão, com as do Centro-Sul.

A crise no algodão cearense é geral, a divisão de trabalho posta no Brasil faz com que os industriais consigam produzir apenas produtos de baixa qualidade, um tecido médio e grosso, a maioria das fábricas fecham durante os anos 50 e 60, ficando apenas 3, que são também as 3 primeiras fundadas no Estado. Os motivos da crise são: aumento dos salários, e aumento do valor da matéria-prima, quer dizer, diminuição das taxas de lucro para esse tipo de tecido e o aumento da concorrência do Centro-Sul, devido uma demanda cada vez maior da população local por tecidos finos, essa região ganha cada vez mais espaço. A falta de produtividade do algodão tradicional é um fato, urgindo a necessidade, em meio ao avanço da modernização capitalista. Parente descreve este momento:

Se a fragilidade das elites cearenses se deve a uma situação estrutural, de seca, num consórcio gado-algodão, então não poderiam emergir elites fortes espontaneamente no seio de seu dinamismo, permanecendo nas mesmas condições. Mas por estímulo externo à sua dinâmica elas reagiram de forma coesa e forte [...] São, portanto, projetos gestados fora das realidades estaduais (nacional-desenvolvimentismo), mas que as envolve de forma radical em momentos em que há uma integração de sua sociedade e economia em um processo mais global (PARENTE, 2000, p.45).

Essa adaptação ao cenário virá já com Paulo Sarasate, governador pela UDN entre 1955-1959 e começa nesse período uma série de governadores imbuídos e conscientes da necessidade de adaptar o Ceará à ideologia modernizadora e que irá finalmente consolidar-se em 1964 após o golpe militar, ressaltando-se também que são homens formados em universidades e em grande maioria advindos das tradicionais famílias do Estado. A sequência tem o Jornalista Paulo Sarasate (UDN), o advogado Parsifal Barroso (PTB 1959-1963) e finalmente o militar Virgílio Távora (UDN 1963-1966). Todos terão governos voltados ao

desenvolvimentismo, inclusive bem alinhados com os interesses representados pela SUDENE e formarão finalmente com o golpe militar e a habilidade política de Carlos Jereissati com a centralidade da figura de Virgílio Távora uma aliança dos grupos locais para sobreviver a esse avanço vindo do Centro-Sul.

Deve-se destacar que o desaparecimento e a perda de força de alguns “coronéis” não contradizem a hipótese defendida nesta dissertação, visto que é um movimento completamente normal dentro do capitalismo o desaparecimento de alguns grupos hegemônicos que não conseguem adaptar-se aos seus constantes preceitos modernizadores, apenas se seu modo tradicional for de vital importância dentro daquela forma de dominação ou sua forma de existir for inserível dentro do moderno.

Parente (2000) aponta para algumas questões na formação de um pensamento desenvolvimentista nesses capitalistas industriais:

“A consolidação de uma ideologia da modernidade se deve sobretudo à conjugação de dois fatores internos analisados [...]. O primeiro é a existência de um órgão de treinamento como o BNB, e o segundo é também a existência de uma nova elite industrial. Embora, herdeira de tradicionais políticos cearenses, era homogênea socialmente e se diferencia da tradicional elite industrial porque tinha formação acadêmica, com cursos em economia e finanças realizados no Sudeste e em centros no exterior (PARENTE, 2000, p.51).

Há dois pontos para se analisar nesse trecho: em primeiro lugar o fato de surgir um corpo empresarial e técnico no Ceará de dentro da universidade não os fazem serem um outro grupo, eles não só são herdeiros, eles são os grupos tradicionais adaptados à nova forma de capitalismo que o contexto mundial e nacional apresentava para o Estado a partir da década de 1960 e formando as décadas seguintes; o segundo ponto é a função aí posta para o Banco do Nordeste, que o próprio DNOCS anteriormente apontado, além de realizador de obras e totalmente tomado pelos capitalistas tradicionais do Ceará desde a sua criação também formava quadros próprios; o terceiro ponto é enfatizar que este movimento não é exclusivo da indústria, a agricultura está totalmente inserida nesse processo e inclusive o CCA da UFC

passará por profundas transformações a partir da década de 1950 e entrará também no pensamento desenvolvimentista, demonstrando uma mudança não só no perfil dos capitalistas “industriais”, esses indivíduos não só dependem, como também estão comandando e fazem parte dos capitalistas agrícolas.

Apesar de toda o movimento de “adaptação” das elites locais durante os anos 1950, ele só será efetivo em 1963, com a eleição de Virgílio Távora, essa eleição significou a união dos industriais em prol do desenvolvimentismo, quando deliberadamente Carlos Jereissati une o PTB com a UDN para colocar aquele como candidato e vencer as eleições. Essa união significa a consolidação do desenvolvimentismo. Este momento sofrerá um novo choque, com o golpe de 1964, quando os militares assumem o poder, não é um choque ideológico, visto a união desenvolvimentista nesse Estado, mas as eleições indiretas de 1967 mostram uma desunião das elites locais, colocando novamente um intelectual da agricultura no poder, apenas em 1971, quando surge o “pacto dos coronéis”, ou seja, uma união das elites locais para sobreviverem ao avanço advindo do Centro-Sul e ao processo industrial, alteraram-se, assim, no poder durante todo o resto do período da ditadura.

Por último, devemos enfatizar a importância do processo nos anos 60 e 70 de modernização da cotonicultura cearense, melhoria das sementes, do combate às pragas, produtividade do algodão, compra de equipamentos, etc. Graças às pesquisas dos órgãos competentes, mas não consegue fugir à divisão de trabalho imposta pelo Centro-Sul, talvez nem fosse seu interesse. Sua venda se especializou na produção de tecido-cru, para aproveitamento em fábricas especializadas, sendo isso 90% de seus ganhos durante os anos 70, servindo principalmente ao exterior e, pasmem, ao Centro-Sul, este último sendo o fornecedor de produtos têxteis para a população do Ceará, cumprindo seus objetivos de fins dos anos 50.

É interessante destacar a diferença dessa produção para o resto do Estado. O primeiro ponto é a aquisição de recursos, enquanto a SUDENE, aparentemente ignorava investimentos na maioria dos setores para o Ceará¹⁰², principalmente a agricultura, sendo deixada de lado, obviamente não a nível total, alguns projetos chegam ao Ceará, como o de irrigação do Vale do Jaguaribe, com recursos da própria SUDENE, porém, os programas de irrigação eram protagonizados pelo DNOCS. Dessa forma, o Estado recorria a outras formas de financiamento, como por exemplo, o antigo e já controlado pelos Capitalistas locais BNB, que financiou diversos projetos, principalmente a questão elétrica e de construção de estradas, importantíssimo para a exportação local. O algodão, mesmo com tudo, conseguia financiamento do Banco do Brasil e com promessas, em 1968, de melhor crédito do próprio Delfim Neto, então Ministro da Fazenda¹⁰³.

O Algodão seguia como Primeiro Lugar da pauta de exportação do Estado em 1968, todavia, essa queda ocorre por conta da diminuição da produção do próprio algodão, como falado anteriormente, a produção tradicional não estava dando conta das exigências do mercado, atingindo até a produção de óleos do caroço do algodão, como podemos ver na matéria a seguir:

¹⁰² No primeiro semestre de 1968 apenas 11 projetos de um total de 105 foram aprovados no Ceará, colocando o Estado apenas na sexta posição em investimentos daquela organização. *O Povo*, pag. 4, 23 de julho de 1968

¹⁰³ *Indústria Têxtil consegue mais crédito da Fazenda. O povo*, 3e4 de Julho, pág.7.

Figura 4 Exportações renderam ao Ceará

- O POVO -

Fortaleza-Ceará — Segunda-feira, 29 de julho de 1968

EXPORTAÇÕES RENDERAM AO CEARÁ US\$ 21,732,665 NO 1º SEMESTRE

As exportações do Ceará para o estrangeiro no primeiro semestre do corrente ano — 28 mercadorias de pauta — renderam US\$ 21.732.665,40 ou seja US\$ 1.188.479,56 a mais do que nos primeiros seis meses de 1967. No ano passado as vendas do produtor cearense, para o exterior somaram US\$ 20.547.187,17. Entretanto naquele ano o volume de mercadorias exportadas foi de 39.891.898 quilos, contra 36.294.777 quilos em 1968 ou seja uma diferença a mais para aquele ano de 2.998.227 quilos.

O algodão em pluma, com US\$ 7.554.206,33 (12.150.598 quilos) continua em primeiro lugar na receita cambial do Estado. No ano passado, no mesmo período, o algodão rendeu ao Ceará US\$ 11.278.890,14 (23.411.326 quilos) registrando-se, portanto, uma diferença pró-fer de US\$ 3.724.683,81 (11.286.532 quilos a mais do que em 1968). Na pauta a cabeça de carnaúba mantém-se em segunda colocação. A lagêta em serroteira posição, tendo crescido consideravelmente sua exportação, nos primeiros meses de 1968, em relação ao primeiro semestre de 1967 (US\$ 1.236.416,40 a mais para 1968). Observa-se, por outro lado, o decréscimo de valor e de volume de várias mercadorias neste período de 1968. Algumas mercadorias deixaram de aparecer na pauta de exportações, inclusive o óleo de caroço de algodão (esse, por sua exportação proibida, em vista da economia do mercado interno — o País poderá, inclusive, importar óleo comestível da Argentina e dos Estados Unidos, para suprir a demanda interna). Observa-se, de outra forma, na leitura do quadro abaixo, que vários produtos que não existiam na pauta do ano passado surgiram na do primeiro semestre de 1968 (ôla de ouricuri, feijão de bol, linde de algodão, óleo de tucum e de babaçu, peixe seco).

| MERCADORIAS | 1967 | | 1968 | |
|-------------------------------|-------------------|----------------------|-------------------|----------------------|
| | Quiloz | US\$ | Quiloz | US\$ |
| Algodão em pluma | 23.411.220 | 7.554.206,33 | 12.150.788 | 7.554.206,33 |
| Amêndoas de castanha de cacau | 590.797 | 577.288,07 | 1.403.474 | 1.445.622,99 |
| Aparas de couro | 6.200 | 620,00 | 13.987 | 1.046,96 |
| Cauda e crina cavalari | 700 | 1.725,00 | 300 | 650,00 |
| Ôla de carnaúba | 8.790 | 18.172,00 | 11.406 | 23.254,00 |
| Ôla de ouricuri | 4.884.778 | 1.381.618,39 | 5.987.195 | 4.169.088,68 |
| Ôla de linhaça | — | — | 16.120 | 12.333,21 |
| Ôla de milho | 12.212 | 19.287,68 | 26.602 | 24.028,76 |
| Ôla de tucum | 922.780 | 378.866,00 | 427.494 | 173.266,90 |
| Ôla de babaçu | 125.000 | 11.250,00 | 50.000 | 3.750,00 |
| Ôla de linhaça | — | — | 788 | 1.646,90 |
| Ôla de linhaça | 291.413 | 810.624,00 | 667.936 | 2.047.040,40 |
| Ôla de linhaça | — | — | 16.477 | 2.771,55 |
| Ôla de linhaça | — | — | 1.412.400 | 457.458,00 |
| Ôla de linhaça | 1.110.780 | 256.891,78 | — | — |
| Ôla de linhaça | 465.015 | 90.257,21 | 1.421.865 | 186.582,08 |
| Ôla de linhaça | 1.892.000 | 556.127,88 | 5.396.960 | 1.949.897,02 |
| Ôla de linhaça | 3.337.900 | 1.046.287,73 | 2.833.495 | 515.132,70 |
| Ôla de linhaça | — | — | 1.380.000 | 438.100,00 |
| Ôla de linhaça | 350 | 600,00 | — | 675,00 |
| Ôla de linhaça | 25.000 | 4.250,00 | 40.000 | 5.800,00 |
| Ôla de linhaça | 116.606 | 81.628,80 | 6.804 | 7.050,00 |
| Ôla de linhaça | — | — | 3.100 | 52.100,00 |
| Ôla de linhaça | 859.618 | 1.355.853,79 | 719.395 | 1.390.644,84 |
| Ôla de linhaça | 43.740 | 869.705,04 | 64.064 | 1.126.681,21 |
| Ôla de linhaça | — | — | 12.264 | 1.013,89 |
| Ôla de linhaça | 899.346 | 24.135,00 | 1.199.818 | 67.350,00 |
| Ôla de linhaça | — | — | 1.691.561 | 75.626,31 |
| TOTAIS | 39.891.898 | 20.547.187,17 | 36.024.771 | 21.732.665,73 |

JOIAS E OBJETOS PRECIOSOS SERÃO MARCADOS A PARTIR DE SETEMBRO

A Delegacia Regional de Rendas Internas recebeu a circular número 59 de julho do corrente, determinando que o dispositivo do Regulamento do Imposto Sobre Produtos Industrializados (artigo 60), que exige a marcação de todas as jóias e produtos de metais preciosos, entrará em vigor no dia 1.º de setembro próximo, juntamente com instruções especiais para sua fiscalização.

A exigência de marcação por punção ou processo semelhante, será aplicada inicialmente à prata e suas ligas, ao ouro e ligas de ouro, platina e metais do grupo da platina e suas ligas aos folheados de platina, quando metais preciosos bem como aos artigos de bijuteria, joalheria, ousaria, e a todas as miniaturas de metais preciosos.

A MARCAÇÃO

Segundo as instruções do Departamento de Rendas Internas, no Rio de Janeiro, a exigência de marcação, que se estende aos relógios com caixa de metais preciosos e às próprias caixas de relógios, de metais preciosos deverá ser cumprida pelos fabricantes e importadores, ficando os revendedores que houverem adquirido mercadoria antes desta determinação sujeitos apenas à comprovação da origem do produto, através de notas fiscais.

A anulação será feita em...

Para a marcação de isentas as antiguidades, sendo consideradas neste fim as de mais de 50 anos, as jóias e objetos de platina ou ouro pesando menos de uma grama, jóias e objetos de prata pesando menos de três gramas e os objetos que disponham de superfícies que comporte alguns milímetros de diâmetro, nos 0,50 milímetros de altura.

A finalidade da presente determinação do DRI é evitar que os objetos de metais preciosos, ou vice-versa, sejam vendidos para efeito de tributação comercial, sejam objetos de real valor, com o intuito de reduzir o máximo possível o imposto devido.

CODEC Colabora Com a CODESE

A CODEC cedeu recentemente à Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Piauí — CODESE, os serviços do economista Eduardo Cavalcante Fernandes no campo de sua especialização. A comissão, vista a técnica que goza da melhor reputação, será demonstrar, inclusive, espírito de altruísmo e integração administrativa do Ceará com o Piauí.

Assinaturas: reclamar até 18 horas

1968

3.3 O desenvolvimento é para poucos

Os elementos anteriores permitem analisar um momento de expansão do capitalismo no Ceará através da Agricultura, atuando por diversas maneiras, desde a sua inserção na universidade pública com uma apropriação dos conhecimentos em nome de sua expansão, até a criação de projetos para a formação de uma estrutura agrária nos moldes da Revolução Verde no interior do Estado:

A partir da década de 1970, no Governo Médici, foram implementados o Plano Nacional de Desenvolvimento e a Política Nacional de Irrigação que estimularam e fomentaram a construção dos primeiros perímetros de irrigação artificial no Nordeste. De forma prática, estes perímetros significaram a desapropriação de extensas faixas de terra para a instalação de outro modelo agrícola e agrário: por um lado, a implantação de um sistema racional exógeno pautado na artificialização da natureza, expresso na robusta construção de diques, canais, sistemas de captação, bombeamento e captação da água, entre outros aparatos técnicos; por outro lado, a alteração contundente das relações sociais, concentração fundiária e a intensificação dos conflitos territoriais.

No Ceará, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) construiu quatorze perímetros federais o que representou a desapropriação de 116.303 hectares, isto é, aproximadamente 108 mil campos de futebol ou quase quatro cidades do tamanho de Fortaleza. Essa modernização agrícola permitiu que grandes empresas nacionais e internacionais assumiram a dianteira da produção nos perímetros. Na cena internacional o Ceará ficou conhecido pela grande capacidade exportadora na área da fruticultura irrigada, tornando-se o maior exportador de melão do Brasil. Portanto, se você, leitor, viajou na última década para países como Holanda, Inglaterra e Espanha e comeu alguma fruta tropical é muito provável que ela tenha sido adquirida do Ceará (GADELHA, 2019, p.06).

Toda essa busca de novos horizontes pelo capital para a sua produção vem acompanhado de série de prejuízos às populações locais, com “tentativa confessa de transformar as unidades de produção familiar agrícola em produtores capitalistas de mentalidade empresarial com vistas ao atendimento das demandas do mercado externo”¹⁰⁴.

Em outras palavras, expropriando camponeses e substituindo-os por capitalistas de diversas

¹⁰⁴ VIANA JÚNIOR, MÁRIO MARTINS, ALMEIDA, D. G. **Conflitos pela memória no semiárido cearense: relações entre as comunidades rurais do tabuleiro de Russas e o DNOCS.** História & Perspectivas (Online), v. 29, p. 85-114, 2016.

escalas.

Devemos analisar isso a partir do que Nancy Fraser e Rahel Jaeggi chamam de reprodução social¹⁰⁵, com a negação da cultura local, num remodelamento de princípios agrícolas como podemos ver no discurso de um professor do CCA: “Durante meu primeiro ano de estudos nessa Universidade e depois de visitar algumas fazendas naquele Estado (Arizona), convenci-me de que a agricultura de sequeiro em ambientes áridos ou semiáridos era uma utopia”¹⁰⁶.

A agricultura irrigada aparece nesse caso como única forma de desenvolvimento e a de sequeiro, praticada no semiárido cearense há séculos, estava sendo retirada de cena, sem se preocupar que aquilo fazia parte da cultura dos camponeses do Estado há anos. Ou seja, ocorria não apenas uma negação daquela prática, mas também sua interdição, e por fim, objetivava também impedir o surgimento de qualquer pensamento crítico sobre agricultura a partir de outras fontes¹⁰⁷.

Além do que, esse processo de expansão atua na desapropriação direta de camponeses de suas terras para a construção de tais projetos de irrigação citados anteriormente, como podemos perceber em entrevista realizada em uma comunidade localizada na região do tabuleiro de Russas, região atingida por um desses programas:

Nós temos essa casa aqui, minha cunhada foi quem deu um pedacinho de terra a nós para nós levantar quando fomos desapropriados, aí ela deu esse pedacinho de terra para nós levantar essa casa, mas ninguém tem terra para plantar nem um pé de feijão. É o mesmo caso, meu pai foi desapropriado a propriedade dele, não tem mais onde a gente plantar, e aqui é uma caridade todos (?) desapropriado, não tem mais cerca, não tem mais nada, como é que planta? Não tem como plantar¹⁰⁸.

¹⁰⁵ For me, social reproduction encompasses the creation, socialization, and subjectivation of human beings more generally, in all their aspects. It also includes the making and remaking of culture, of the various swaths of intersubjectivity that human beings inhabit – the solidarities, social meanings, and value horizons in and through which they live and breathe. In addition, I want to take a broad view of the sites where social reproduction is located in capitalist society. FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate**. São Paulo: Boitempo, 2020.

¹⁰⁶ PRISCO, José Tarquínio. **História, Fatos e reflexões**: Depoimento de um professor, pesquisador e gestor universitário. Fortaleza: Fb Editora, 2014.

¹⁰⁷ WALSH, Catherine. **Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder**: entrevista a Walter Mignolo. Polis: Revista Latinoamericana, Los Lagos, v. 1, n. 1, p. 1-22, 20 abr. 2013.

¹⁰⁸ COMTER/UFC. MCIPIIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. **Entrevista de história de vida**. Vilani Xavier de Sousa 27/06/2016.

Foi intenso esse processo expropriatório nesse período histórico no Ceará. O aparato ideológico marxista nos auxilia a analisar essa temática, principalmente nos autores que buscam uma discussão sobre o surgimento do capitalismo e da generalização do mercado, trazendo as discussões sobre a acumulação primitiva, até aos debates de como o capitalismo se desenvolve, expande e aplica a mais-valia explorada dos proletários.

Karl Marx em *O Capital* que faz uma crítica à economia política, analisando a gênese e estrutura do capital trata sobre o início do capitalismo, faz uma análise sobre o processo inicial desse sistema. Para este autor o sistema depende de um “pecado inicial” que teria sido o que ele chama de *acumulação primitiva*¹⁰⁹, que se deu a partir do “roubo”, expropriação¹¹⁰ e cercamento de terras comunais para o início de um processo de produção capitalista e que seria a condição chave para qualquer processo capitalista como o mesmo coloca:

A expropriação estende-se aqui dos produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social, como já são seu produto social. Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos; e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros (MARX, 1985, L. III, v. IV, Tomo 1, p. 334).

Dessa maneira podemos perceber a importância da expropriação no processo de

¹⁰⁹ “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

¹¹⁰ “A expropriação é a acumulação por outros meios. Considerando que a exploração transfere valor para o capital sob o pretexto de uma troca contratual livre, a expropriação dispensa todas essas sutilezas em favor do confisco bruto - de trabalho, com certeza, mas também de terra, animais, ferramentas, minerais e energia depósitos, e até mesmo de seres humanos, seus processos sexuais e reprodutivos capacidades, seus filhos e órgãos corporais.” FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Edufrj, 2010.

surgimento do capitalismo, que para o autor serviu tanto para angariar os recursos necessários para produção capitalista quanto para a criação da oferta de proletários, visto que sem os meios de produção estes estariam fadados a vender apenas sua força de trabalho.

Diversos são os autores que analisam esse processo se expandindo para fora do ambiente original do surgimento do capitalismo, como Rosa Luxemburgo. A autora destaca que é impossível a criação do “Exército de reserva” apenas com a reprodução sexual e dos modos de vida do proletariado, sendo dessa maneira necessária à sua expansão para outros locais. A economista polaca, dessa forma, discorda de Karl Marx sobre o capitalismo ser um mundo fechado apenas nele mesmo, acredita tanto que não exista nenhuma sociedade capitalista que se baste por si mesma, ou que domine apenas este tipo de produção, quanto prova a necessidade do Capital de escoar sua mais-valia para territórios onde não há uma produção plenamente capitalista¹¹¹.

Tal processo de expansão do capitalismo para outros locais se dá de maneira violenta e exploratória, tudo para atender à necessidade de novos recursos e braços para a reprodução deste sistema, isso ocorre a partir de diversos meios, como a violência explícita e a mais suave, quer dizer, destruindo os meios de reprodução social das populações locais “para privar-lhes de seus meios de produção e transformar suas forças de trabalho em compradores de suas mercadorias, propõe-se conscientemente aniquilá-los como estruturas sociais autônomas”¹¹².

É importante ressaltar que isso não se dá apenas no âmbito bélico ou político, temos também a destruição da economia e dos costumes locais, sendo necessário o combate em todas as partes da Economia Natural, da produção para o consumo e da subsistência¹¹³. Além disso, segundo Rosa Luxemburgo, o capitalismo precisa impor a economia de mercado

¹¹¹ LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

¹¹² *Ibidem*, p.311.

¹¹³ *Ibidem*.

para dar escoamento à sua própria mais-valia, ao mesmo tempo que, faz concorrência a esta mesma para desenvolvimento de uma economia mais complexa.

Para concluir seu pensamento a autora fala:

Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo, que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não capitalistas nem estas podem sequer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas (Ibidem, 1970, p. 363).

É importante ressaltar que para isso partimos da análise de Virgínia Fontes em Brasil capital-imperialismo, sobre o conceito marxista de acumulação primitiva. Segundo a autora este processo não é algo prévio ao capitalismo, e sim algo histórico, ela trata ambos simultaneamente como condição e decorrência deste sistema, para ela é impossível a expansão deste sem a expropriação.

Virgínia ainda vai além em sua análise, para a autora a acumulação primitiva não se dá somente sob a forma de expulsão dos meios de produção:

A expropriação, ora sob aspecto unicamente econômico, ora demográfico, abrange praticamente todas as dimensões da vida. Incide sobre direitos tradicionais, como uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entajuda local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, dentre outros aspectos, e envolve profundas transformações culturais, ideológicas e políticas (FONTES, 2010, p.51).

Isso ocorreu dentro desse processo de modernização da agricultura no Ceará que tem o início nos anos 60, que começa com a expropriação direta da terra de milhares de camponeses, mas que age também de diversas outras formas, como na tentativa de mudança cultural dos trabalhadores dessa região, na apropriação de saberes como os únicos corretos dentro de uma lógica de desenvolvimento, mas vai além, sendo até tomada dos recursos naturais da região. Essa generalização dos imperativos do capital e do Mercado obrigou camponeses de países não desenvolvidos a se proletarizar (e o Ceará foi “exportador de

trabalhadores a baixo custo para o Sudeste brasileiro) e a substituírem suas práticas de subsistência por produção especializada para o mercado globalizado.

No livro *História, Memória e Conflitos Territoriais no Ceará* podemos ver diversos exemplos de luta contra a seca e de disputa por água na região do Tabuleiro de Russas, no Ceará, indo desde ao uso do aparelho estatal para policiamento de recursos hídricos até a pessoas que veem o canal passar na frente de sua casa, mas não podem utilizá-lo. Entretanto, após muitas lutas algumas comunidades conseguem acesso a esse bem, como nos mostra essa entrevista:

A gente passou a ter água encanada depois que passou o canal, não é?! O compadre Dino conseguiu, o compadre Dino já está com muitos anos de trabalho. Fizeram uma reunião e conseguiram uma saída d'água. Se reuniram, prefeito, na época era o Raimundinho, juntaram as famílias e fizeram¹¹⁴.

Dessa forma é possível a partir dos autores aqui mencionados analisar a Modernização da agricultura no Ceará como processo de expansão do capitalismo, com todas as suas implicações. Inclusive é possível ver os 4 pilares necessários para a reprodução e existência desse sistema que Nancy Fraser cita (1) a divisão de classes entre proprietários e produtores; (2) o institucionalizado mercantilização e mercantilização do trabalho assalariado; (3) a dinâmica de acumulação de capital; e (4) alocação de mercado de insumos produtivos e superávit social¹¹⁵. Sendo possível ver cada um desses pontos no processo aqui citado.

Ainda, a expansão e continuidade de meios de exploração e expropriação continua sendo uma tônica da dinâmica capitalista, no qual sem nenhum pudor complexifica e massifica tais formas de destruição dos recursos naturais do globo e de formas de viver que não se adequam à sua lógica. A ética do melhoramento ao mesmo tempo que visa um lucro desenfreado e vem mascarada por um discurso de desenvolvimento de toda a espécie humana,

¹¹⁴ COMTER/UFC. MCIPIIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. **Entrevista de história de vida**. Francisca de Sousa Costa. 27/06/2016.

¹¹⁵ FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate**. São Paulo: Boitempo, 2020.

também é a do uso irresponsável da terra e destruição ambiental¹¹⁶.

Devemos, para continuar argumentando sobre esse período, destacar alguns números cruciais, principalmente acerca das alterações fundiárias - prometidas pela chegada dos perímetros irrigados - e as de produção, com o intuito de situar e dar robustez ao leitor dos pontos aqui argumentados.

4. O CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTISMO

A partir do que foi descrito anteriormente, podemos perceber o CCA da UFC com um papel primordial dentro da agricultura cearense a partir da década de 1970, e essa atuação prossegue até os dias atuais. O CCA-UFC age na formação de técnicos com a função de educar para o agro – isto é, socializar técnicas e tecnologias para os grandes proprietários, formar trabalhadores para os mesmos proprietários, e inculcar entre o campesinato a convicção de que representam “atraso” para o “Estado”, preparando-os para as seguidas expropriações. Atua também no apoio para as áreas de implantação dos projetos modernizadores da agricultura. Tornam-se intelectuais orgânicos da agricultura capitalista, responsáveis pela formulação de tais projetos no Estado, inserindo-se em diversas instituições da Sociedade Política e do aparelho burocrático cearense.

Dessa forma, torna-se crucial o estudo aprofundado desse processo formativo dentro do CCA, melhor dizendo, composição e seleção das turmas, quais os métodos pedagógicos aplicados, onde foram elaborados e de que países (e de que escolas internacionais) são importados, que classes e frações de classes estão diretamente envolvidos e como expressam seus interesses, tanto nacionais quanto internacionais, em que locais esses intelectuais e técnicos se inserem profissionalmente (empresas, Estado, consultorias, etc.),

¹¹⁶ WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.

assim como espaços sociais de atuação – entidades de classe, governos e secretarias, empresas, etc.

Devemos atentar, ao estudar uma grande Escola de Agronomia, como retrata Sônia Mendonça em *Agronomia e Poder* no Brasil que não devemos analisar essas escolas de maneira isolada, como faz boa parte dos autores. Tais Escolas devem ser vistas no conjunto que integram e que delimitam objetivos em comum e, em determinadas épocas, unidas num único projeto das frações agrárias de classe dominantes.

4.1 A Fundação do CCA e sua história nas frações de classes burguesas

A história deste centro é marcada pela mudança de seu status oficial, de privada para pública, de Estadual para Federal, de independente para parte da Universidade Federal do Ceará. Veremos neste tópico se tantas mudanças envolveram efetivas transformações no seu funcionamento, e em que consistiram. Temos que alertar a um fator muito importante: todas essas alterações em um curto período de tempo que remonta a menos de 50 anos (1918-1963) se deve também às diversas modificações no cenário político nacional, tendo o CCA que se adaptar, sempre, aos interesses dominantes de quem estava no poder, tanto das burguesias estaduais, quanto nacionais, e o próprio país passará por diversos conflitos intraclasses burguesas e de intensas lutas sociais.

Dessa forma a EAC, futuro CCA, teve de acompanhar o ritmo de todas as mudanças, conflitos, e projetos de governo ao longo de sua história, demonstrando mais uma vez a importância deste tipo de instituição no setor agrônomo brasileiro. Esta instituição passou por 6 períodos ao longo do recorte aqui estudado sendo eles: o período de implantação (1918-1941) destacando-se sua estadualização nesse momento; o de consolidação (1941-1950); o de federalização (1950-1954), o de integração universitária (1954-1963); o de

integração e programas avançados (1963-1969); e, por fim, o de integração da pesquisa para o desenvolvimento nacional e regional¹¹⁷.

O CCA- UFC, surge em 1918 como Escola de Agronomia do Ceará, a partir de um esforço de algumas personalidades cearenses, considerados no período “letrados”, como naturalistas, engenheiros, militares e políticos cria-se, dessa forma, uma sociedade mantenedora para sustentar a Escola, com esses tais “letrados”, pessoas formadas advindas de poderosas famílias do Ceará, o seu quadro organizativo é formado pelo seu presidente o Desembargador José Moreira da Rocha, posteriormente governador do Estado, o Secretário Interino Heribaldo Dias da Costa, futuro professor da faculdade de Direito da UFC; e membros como o Coronel Pompeu Costa Lima, Coronel Francisco Linhares, o juiz Adolpho de Moraes Campelo, o médico Francisco de Paula Rodrigues, também filho de ex-senador do império. Apesar de vários sobrenomes conhecidos das oligarquias cearenses, um em especial destaca-se, principalmente, para a EAC a figura Thomaz Pompeu Sobrinho, que escreveu várias obras sobre a agronomia e fauna cearense. Este também não era um simples letrado do Ceará, advinha de uma família rica e com diversos interesses na agronomia.

A família Pompeu irá se destacar como um forte capitalista no Estado desde muito tempo e principalmente nos finais do século XIX, com a entrada na produção e onda industrial que acontece no Estado. Fundada por seu pai Antônio Pompeu de Sousa Brasil, a primeira fábrica na Indústria Têxtil do Ceará, a Pompeu & Irmãos foi uma das mais bem-sucedidas no ramo e teve uma duração de quase 100 anos. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, tio do letrado aqui estudado, foi responsável também pela criação de uma fábrica de tecidos e posteriormente de redes para dormir, sendo este considerado por alguns autores o maior industrial cearense do século XIX e início do século XX.

¹¹⁷ Ressalta-se que essas fases são colocadas por F. Alves de Andrade, na construção do livro *Ensino e Desenvolvimento das Ciências Agrárias no Nordeste (CEARÁ)* e que apesar de ser um intelectual do próprio CCA serve como bom guia de recortes históricos da biografia da própria instituição, obviamente com olhar crítico e entendendo que no último o autor encerra em 1978 por ser o período de escrita do livro, sendo necessário estender essa data (COLOCAR ATÉ QUE ANO).

Esta escola justificava-se pelo intuito de melhorar as condições técnicas do Estado, inspirada em outras escolas de agronomia que já existiam no país, como a da Bahia, e representava um esforço privado, especificamente, de algumas outras personalidades da burguesia cearense, os seus primeiros materiais e maquinários foram doados, imediatamente à sua fundação, pela firma Torcápio Ferreira, a única loja de maquinário agrícola avançado no Estado do Ceará no período, além do aval do Governador Antônio Bezerra, entretanto, não completamente dependente de capital privado, podemos ver indícios de apoio público, por exemplo, em terreno doado pelo Estado para as funções práticas da escola, até então sediada e dividindo espaço com o Liceu do Ceará e importantes doações no Governo de Idelfonso Albano nos anos 1920, além disso também recebe nos anos 1930, com o governo de Getúlio Vargas subvenção federal, construindo um bom patrimônio no período.

Outra figura destaque do Período foi Humberto Rodrigues de Andrade, primeiro professor realmente formado em Agronomia da escola, que concluiu seu ensino superior na Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (ESALQ), tendo portanto, se inspirado nas ideias dos mestres daquela na recém criada Escola de Agronomia do Ceará, como coloca o autor no seguinte trecho:

“Como professor, na responsabilidade de único agrônomo ocupando o magistério da nova instituição, coube-lhe a tarefa primordial de soprar o barro plástico e dar-lhe não só vigor anímico, mas a forma substancial da profissão em seus albores, mediante doutrina própria em que se aprimora, ouvindo lições teóricas, e práticas dos antigos mestres da grande Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, em São Paulo, Piracicaba, de onde nos veio a chama motiva” (CASTRO, 1979 p. 125).

Nesse trecho o autor está engrandecendo os feitos e a importância de Humberto Rodrigues na EAC, porém, seu papel não foi apenas devaneio e invenção. Apesar de ele não ter modelado totalmente a profissão com seus aspectos herdados da ESALQ, o peso da influência é elevado a “sopro anímico” e a “chama votiva”, demonstrando um peso do ensino agrônomo da ESALQ chegando a outras escolas. Certamente, malgrado a pretensão do

alinhamento integral, outros fatores interferiram, como os interesses externos e as exigências próprias dos burguesias cearenses.

Posterior a isso, podemos analisar os objetivos da fundação da EAC e compará-los com o restante das escolas agrônômicas no país, já adiantando que seus interesses são diferentes do resto do país. Se analisarmos o texto de Guy Capdeville sobre o início do ensino agrônômico no Brasil, ele argumenta que o pouco incentivo à criação de escolas de agronomia no início do século XX tinha como um de seus motivos a análise apenas econômico-financeira desta área. Contudo, no Ceará a escola já é criada visando melhorar as condições de produção, justamente pelo seu histórico de sofrimento com a seca. É possível percebermos até raízes de ideias presentes na agronomia atual, como na cerimônia de formatura da primeira turma de agrônomos em 1921 na qual o paraninfo da turma, Álvaro Fernandes, destaca a região Nordeste como Amerásia ou Mesopotâmia Brasileira¹¹⁸, demonstrando assim um tratamento diferente, talvez pioneiro, dado pelos poderosos locais, visto que estes estão na formação do CCA, ao ensino agrônômico no País, este professor, foi diretor da escola por 10 anos 1921-1931, implantando e enraizando seu pensamento .

Deve-se destacar também a reiterada inspiração nos modelos estadunidenses de agronomia, sempre aparecendo nas fontes, o qual seria colocado como um ensino agrônômico mais próximo da transformação do ambiente, e com uma forte ligação com a extensão rural. O modelo europeu era caracterizado quase sempre como uma agronomia para nada, ou seja, uma ciência com fim em si mesma, desconexa da realidade dos produtores¹¹⁹.

Apesar do que a fonte coloca, não acredito existir uma oposição pura e simples entre estes dois modelos, pois cada processo histórico de expansão de capitalismo estabeleceu formas distintas para rentabilizar sua agricultura e modelar o ensino e a pesquisa aos seus interesses. Não obstante, é importante lembrar a importância demográfica, econômica e

¹¹⁸ *Ibidem*, p.69.

¹¹⁹ *Ibidem*.

política de um campesinato tradicional em vários países europeus, que em diversas situações resistiram às expropriações e à implantação de determinadas formas de grande plantation capitalista, o que não ocorreu nos Estados Unidos, com campesinato de formação mais recente. Dito isto, veremos a análise do modelo estadunidense que ia além do europeu, como coloca Mendonça:

A expansão de uma agricultura de tipo capitalista também favorecia a emergência de processo semelhante nos Estados Unidos, onde as ciências aplicadas à agricultura conheceram as mais favoráveis condições para uma rápida institucionalização, sob o efeito conjugado de políticas públicas voltadas para a cientifização da produção e o crescimento considerável da oferta de ensino especializado. [...]

Sábios professores, altos funcionários ou vulgarizadores interessados em promover a necessidade do recurso a seus serviços e competências tanto junto à fração mais esclarecida do campesinato, quanto junto aos políticos, os agrônomos constituíram-se, pouco a pouco, num novo tipo de intermediários entre trabalhador rural e classe dominante, entre empresa e ciência. Configurava-se um novo corpo de especialistas que ao abrigo da administração, da técnica e da ciência, instaurava um novo tipo de relação de dominação, mais indireta, dissimulada e, sobretudo, mais “neutra” (MENDONÇA, 1998, p.21).

Porém, a Escola de Agronomia, com o passar dos anos, queixava-se da falta de investimento, alegando ser impossível, desta forma, adotar qualquer modelo, principalmente o estadunidense. Os mandatários da Escola argumentavam que, “apesar de seu esforço”, só poderiam encontrar tais recursos no setor público, interessante ressaltar uma possível disputa de frações burguesas dentro da Escola, enquanto Idelfonso Albano investiu mais de um milhão de contos de réis, o seu sucessor Moreira da Rocha, pelo contrário, não deu um conto público e ainda tentou tomar o terreno doado pelo Estado na sua fundação. Insistiam sobre a importância de sustentar uma faculdade tão custosa, devido ao elevado número de laboratórios e equipamentos exigidos, e defendiam a importância de estar de acordo com o projeto do Governo Federal de uniformizar, finalmente, o Ensino Agrônômico no país, reconhecendo-o como uma Ciência economicamente importante.

O Governo Estadual, a partir do aparelho burocrático da Sociedade Política,

incorporou a Escola e seus mais de 200 estudantes em 1934. Em outros termos, a Escola criada por empresários para formar seus próprios quadros, para expandir seu alcance ao formar lideranças políticas e intelectuais provenientes de setores médios, e adestrar seus trabalhadores passava a ser financiada pelo Estado, sem alteração significativa de seus propósitos. Essa é uma das formas pelas quais se estabelece uma estreita correlação entre classes dominantes, seus intelectuais e o Estado restrito. As classes dominantes – neste caso as burguesias agrárias – passavam a educar o Estado na direção de seus interesses.

Dessa forma, a Escola passará das mãos da Sociedade Mantenedora à encampação do Governo Estadual, como forma de doação, esse processo ocorreu por campanha dos próprios líderes da escola, que anteriormente dependiam de recursos, provavelmente em disputa política como assinalado anteriormente, e que dependendo do grupo no poder a escola não receberia. Este período foi marcado pela consolidação do projeto de ensino agrônomico superior na sociedade cearense, mesmo com várias sendo fechadas no país, as que restaram tiveram de obedecer ao decreto 23.857 de 8 de fevereiro de 1934 de padronização das Escolas de Agronomia do país, como modelo base a Escola Nacional de Agronomia no Rio de Janeiro, demonstrando também indícios de inserção da EAC num padrão imposto pelas elites nacionais. Deve-se ressaltar que a Escola, apesar de ter surgido já com bases nas ideias desenvolvimentistas e atendendo aos ditames do capitalismo, é dominada pela inspiração nacional-desenvolvimentista no período da década de 40 dentre os ideais da Escola, mas este só irá consolidar-se a partir do momento posterior.

Apesar de não estar completamente entendida por nós, o processo de federalização da EAC em 1950, esse, aponta indícios do consenso entre as burguesias agrárias locais como podemos ver no apoio que a EAC contou de diversos parlamentares do Estado, como o já colocado e desenvolvimentista Paulo Sarasate, deputado àquela altura e o governador Raul Barbosa, tendo sido posteriormente presidente do BNB e da direção do

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), demonstrando assim, nessa federalização um esforço de partes da sociedade civil cearense em federalizar a escola, provavelmente ajustando-a aos ideais nacional-desenvolvimentistas. Deve ser ressaltado que o investimento em agricultura é enorme, principalmente sendo uma ciência que constantemente utiliza-se da modernização como forma de sua atualização, ou seja, estava inviável para o Governo do Ceará manter as necessidades daquela. A EAC agora ficaria subordinada diretamente ao Ministério da Agricultura¹²⁰ do Governo Federal, respondendo às frações de classe dominante do país, não só às estaduais.

Mendonça tem uma excelente análise crítica sobre esta vinculação do Ensino superior agrônômico no Brasil ao MA, segundo ela:

A vinculação de boa parte das instituições de ensino agrícola no Brasil do período ao Ministério da Agricultura, Indústria, Comércio e Interior, ao qual afetava a questão educacional em geral - já é um indicativo da posição ocupada por esse tipo de ensino com relação ao ensino dominante tradicional, assim como com relação à profissão propriamente dita, isto é, a de um ramo do saber ligado a um setor específico do sistema econômico - a agricultura (Mendonça, 1998, p. 19).

Podemos enfatizar um nome que chama bastante atenção neste processo e na resolução de sua complexidade, na época o deputado federal Paulo Sarasate, que viria a ser o criador do segundo Jornal de maior circulação do Estado, *O Povo*, e que durante muito tempo serviu de exposição para as propostas produzidas na EAC, disponibilizando seções especiais para esta instituição.

Entretanto, apesar das referências a ideias desenvolvimentistas no período, ainda não era algo hegemônico na primeira metade da década de 1950, como aponta relatório do

¹²⁰ Importante frisar a já existência do MEC no período, entretanto, o Ministério da Agricultura que ficava a cargo destas escolas. Comandado por pessoas ligadas à SNA, o Ministério da Agricultura detinha o monopólio do ensino superior agrícola no país (*Ibidem*, 2007).

Escritório Técnico de Agricultura (ETA)¹²¹”, em 1955:

- “1. O Brasil não deveria preparar grande número de agrônomos, porque o governo, que de certo modo socializou a profissão, não está em condição de empregá-los;
2. A profissão agrônômica é tida como não-dignificada e oferece social, econômica e profissionalmente, limitados atrativos aos diplomados que desejam fazer carreira no serviço público;
3. Do mesmo modo as oportunidades na agricultura comercial e particular são raras e não constituem grande atração, não havendo, também, estímulo para a volta às fazendas;
4. O Brasil tem várias limitações como nação essencialmente agrícola, devendo-se dar maior ênfase ao seu desenvolvimento industrial;
5. A fonte de alunos qualificados é pequena; conseqüentemente, as matrículas não podem sofrer grande aumento;
6. A maioria da população rural é analfabeta tornando-se, assim, quase impossível aos agrônomos ajudar esse povo (CASTRO, 1979, p.113).

É possível inferir do texto citado, algumas questões e indícios sobre o desenvolvimentismo no período e os interesses estrangeiros. O tema do desenvolvimento econômico capitalista passa a ser argumento central, expressa embates sobre que setores deveriam impulsionar tal desenvolvimento: agricultura ou indústria, não é impossível inferir disputas estrangeiras, querendo reduzir o número de escolas agrônômicas, mantendo a dependência das classes dominantes agrárias brasileiras frente às escolas estrangeiras, contrapõe a educação científica à ignorância da população, propondo encolher a produção científica e ainda desqualifica a população, pois não propõe intensificação da educação pública generalizada.

Devemos enfatizar um último momento de mudança administrativa que é o de unificação da Escola de Agronomia com o restante da UFC, tornando-se CCA e passando a depender de recursos do MEC, e não assumindo o papel de Universidade Rural.

O período pós-federalização é o que nos interessa mais nesta dissertação, porquanto foi um período de consolidação do pensamento desenvolvimentista dominante pós 1950 em todo o mundo e já tratado no primeiro capítulo, também será responsável, nessa

¹²¹ “Órgão binacional criado em 1953, diretamente vinculado ao MA e ao Foreign Office Americano [...] os quadros do ETA definiam como seu objetivo ‘contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos’” (MENDONÇA, 2007, p.76).

mudança de ideário, por modificações na estrutura da agricultura cearense. Isso acontece, porque a mudança no CCA da UFC é apenas um dos fatores de um desenvolvimentismo coordenado pelas frações de classe dominantes nacionais e internacionais, que lideravam uma modernização conjunta, tanto na indústria, quanto na agricultura cearense.

Muitas dessas anunciadas mudanças de proposições e práticas no CCA se intensificaram com o desenvolvimentismo à moda de Juscelino Kubitschek, a partir de medidas criadas por este para solucionar o tal “problema” Nordeste, ao menos seus sintomas mais agudos. Foi criado nesse período o Instituto de Tecnologia Rural (ITR) dentro do famoso Plano de Metas. Internamente na Universidade via-se uma oportunidade de finalmente assegurar investimento para implementar uma ação mais “direta” sobre o semiárido. No entanto, devemos nos perguntar: a quem serviria a ação direta?

O que podemos perceber no espaço rural cearense é uma tendência à especialização, com foco principalmente na agricultura, ou melhor, entre 1940-1970, cada vez há menos terrenos voltados para a prática da agropecuária. Segundo o Censo do IBGE, em 1940 apenas 12,6% da área rural era utilizada para Agricultura e 63,8% para a prática da Agropecuária. Já em 1970 a agricultura representou 58,9% e a agropecuária apenas 9,1%, quer dizer, um aumento de aproximadamente cinco vezes em 30 anos, enquanto a taxa de área exclusiva para a pecuária permaneceu basicamente inalterada com uma variação positiva de apenas 1,1%, no mesmo período. Segundo Castro 1979, com o sentido de engrandecer a história do CCA, a modificação deve-se ao enorme investimento no sentido empresarial e aos vultosos investimentos realizados na agricultura cearense.

Se considerarmos a produção, podemos analisar o que aconteceu na agricultura cearense do período, com base nos censos agropecuários de 1960 e 1980 do estado do Ceará. O principal produto a ser incrementado, e condizente com a hipótese de um desenvolvimentismo guiado pelas burguesias têxteis-algodoeiras tanto do Centro-Sul quanto

do Estado, é o algodão arbóreo. Vendo a diferença em apenas 20 anos explica-se esse avanço da agricultura contra a agropecuária sem especialização, em 1960 o algodão representava apenas 982.366ha e 14,5%¹²² da área destinada à agrária, já em 1980 o algodão é 3.011.304ha representando 47,45% da área destinada à produção agrária, mais que dobrando 200% de aumento absoluto de terreno destinado a esta atividade.

Se olharmos que tipo de estabelecimentos estão dominando essa produção obtemos ainda mais respostas. Dentre os estabelecimentos produtores o grande contingente está na média e grande propriedade, se pegarmos os estabelecimentos de 100-100.000ha que são considerados grandes e enormes propriedades no Estado são responsáveis por 1.792.150ha de produção do algodão, representando 59,51% da área cultivada; enquanto as médias de 20-100ha representam 930.214ha, ou seja, 30,89% da área cultivado, sobrando apenas 9,6% da área para a produção da pequena propriedade¹²³.

Na produtividade desses territórios temos números grandiosos, o Estado será, de forma disparada, o maior produtor de algodão arbóreo do Nordeste em 1980, significando quase metade da produção total da região. Ademais, destaca-se também a produção de caju e sua castanha, tendo o mesmo “monopólio” do Ceará, significando basicamente 50% de toda a produção nordestina.

Já a pecuária, apesar da taxa ter permanecido basicamente inalterada, a produção pecuária aumentou significativamente saindo, em números absolutos de 2.617.131ha para 4.481.413, significando um aumento total de 71,23% em território, e em grande parte, produzido em médias e grandes propriedades. Destaca-se também os produtos gerados, o Estado tem o terceiro maior rebanho do Nordeste, com uma enorme produção de leite ocupando o segundo lugar geral, entretanto, seu aproveitamento industrial é absurdo, sendo o líder no aproveitamento e produção industrial de carne, banha e embutidos¹²⁴.

¹²² CENSO AGROPECUÁRIO: CEARÁ-RN 1960.

¹²³ CENSO AGROPECUÁRIO: CEARÁ IBGE 1980.

¹²⁴ *Ibidem*, p.332.

Além disso, o produto mais forte das propriedades de 1-5ha será o feijão, histórico produto para a venda em mercados locais, liderando todos os extratos desse recorte e representando quase metade da produção destas, mudando apenas com o algodão apenas a partir de 5ha.

A partir da breve história apresentada do CCA e dos dados de modificações apresentado anteriormente algo próximo do que Mendonça (1998) coloca:

Isso implica em afirmar que o ensino agrícola tendeu a perder, ao longo do tempo, seu caráter camponês, para transformar-se num instrumento de ação sobre o campesinato, seja na medida que multiplicaram-se as instituições destinadas a inculcar-lhe a ideia de progresso técnico, seja na medida em que acabou por enfatizar-se o grau superior deste ramo de ensino, o que também, não deixa de significar a ampliação dos quadros de novos gestores do “mundo rural (MENDONÇA, 1998, p.19).

Assim sendo, esta ação mais direta citada e alardeada tanto pela UFC, quanto pelo próprio Governo Federal na prática não passa de uma forma de manter os camponeses sem a educação superior e fora dos órgãos de planejamento agrícola. No CCA da UFC durante todo o período desde sua criação em 1918-1978 temos indícios de ter um alunado quase que exclusivamente formado pelas famílias ricas da região, visto os famosos nomes presentes destes desde a sua fundação.

É importante analisarmos que, talvez, o CCA nunca chegou a ter essa primeira fase, sob a hipótese de que esteve sempre visando o modelo estadunidense de ensino agrícola, sendo talvez, desde sua origem um ensino distante do camponês cearense, divergindo das ideias europeias e fugindo de quaisquer influências – e sobretudo tensões - camponesas. Também não quero dizer que ele já surge no seio da empreitada modernizadora, chegará a esse papel ao longo do tempo.

O grande impulso da empreitada modernizadora só ocorreria efetivamente após a chegada de convênios internacionais ao CCA, principalmente a partir de 1963 e que consolidaram esse tipo de prática em grande escala na agricultura cearense. Deve-se, portanto,

diferenciar a fase descrita como “Pós-Federalização” e unificação com o resto da UFC da fase seguinte, pois, apesar das diversas tentativas e projeções desenvolvimentistas, isso só seria efetivamente construído em período posterior. Pode-se inferir que as sementes do desenvolvimento concebido unicamente como expansão do capitalista estavam plantadas pela Escola – e pelas burguesias cearenses - desde a década de 1930. Enfrentavam oposições diversas, desde movimentos populares, estudantis, até lutas intestinas ou contraposições eventuais com os EUA, etc., mas sempre contaram com apoios relevantes e, no auge das tensões políticas no país – 1963 – os recursos estadunidenses procuraram consolidar de forma escalar tal intuito. O Golpe de 1964 reprimiu as manifestações populares.

4.2 O CCA e os convênios internacionais: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

O CCA, em 1963 inaugurou seu primeiro de alguns convênios internacionais que ele teria ao longo de sua história. Este primeiro convênio, com a Universidade do Arizona/ USAID/ SUDENE, marcou a expansão de um tipo de agronomia que moldará o agronegócio cearense. Dessa forma, não podemos enxergar esses convênios apenas como “parcerias” ou projetos de “cooperação”, eles são formas de exportar um modelo capitalista para países ditos subdesenvolvidos. É imprescindível ressaltar que são de interesses das burguesias locais, que agiram no sentido de direcionar suas atividades nessa mesma direção e mesmo de solicitarem (ou aceitarem passivamente) essa significativa intervenção estrangeira.

Deve-se adicionar que esse programa no Nordeste faz parte do projeto geral da USAID para o Brasil e não é algo deslocado. O projeto desenvolvimentista enquanto expressão do capitalismo no campo é prioritário, como colocado no primeiro capítulo. Esse foi um dos pontos analisados pela comissão que veio escolher onde aplicar o convênio com a UA, informando que Recife também concorria. Dessa forma o plano de 6 anos da UFC foi de

extrema importância na escolha dos estadunidenses¹²⁵.

Dentre os motivos para escolher a universidade em território cearense temos quatro pontos principais citados no relatório, que passam prioritariamente pela administração, instituições associadas, campo propício para pesquisa e extensão. Além do último, chama atenção os primeiros, como dito anteriormente a Universidade já está atrelada a um projeto de desenvolvimentismo de cunho pró-estadunidense contou bastante para a escolha.

Um outro fator relevante presente neste relatório, o projeto Morris Asimow (1962)¹²⁶ parecia crucial dentro desta escolha, convênio de cunho para pequenos e médios produtores cooptado pela família Bezerra de Menezes. Apesar de não ter sido relatado explicitamente no convênio, ele aparece diversas vezes no relatório sobre a Universidade e uma parceria com a UCLA parecia bastante promissora. Além disso, não era a única relação internacional da UFC, o próprio laboratório de Bioquímica do CCA já havia recebido algum investimento da Rockefeller Foundation em parceria com o CNPQ¹²⁷.

Esse modelo de agricultura a ser expandido no Brasil - obviamente com suas especificidades regionais - já foi debatido anteriormente no capítulo 1 e dessa forma temos espaço para analisar apenas o convênio em seu contexto agora.

O projeto Asimow, por exemplo, foi amplamente patrocinado por recursos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e SUDENE e dessa forma este também irá utilizar-se da agricultura como uma forma de apoio à indústria e às exportações, sendo responsável pelo

¹²⁵ ESTADOS UNIDOS. Relatório Final do Convênio: USAID/ UA/ SUDENE/ UFC. In: PRISCO, José Tarquínio. História, Fatos e reflexões: Depoimento de um professor, pesquisador e gestor universitário. Fortaleza: Fb Editora, 2014. p. 244.

¹²⁶“O ASIMOW, de autoria do professor Morris Asimow, foi um destes projetos elaborados na busca do desenvolvimento da Região Carirenses, fruto de um convênio entre a UCLA (Universidade da Califórnia) e a UFC (Universidade Federal do Ceará), sendo custeado pela Fundação Ford e pela USAID. O projeto visava à implantação de pequenas e grandes indústrias, capazes de promover o desenvolvimento de uma região subdesenvolvida.

A Região do Cariri foi escolhida para a realização do Projeto, por apresentar um conjunto de vantagens consideradas expressivas, tais como sólida tradição agrícola e comercial, por ser um centro cultural regional do Estado, ter acesso à energia de Paulo Afonso (a Região do Cariri foi a primeira, no Ceará, a se beneficiar com a energia elétrica) e, por fim, ser o segundo centro econômico do Ceará” (BESERRA, 2007, p.41).

¹²⁷ESTADOS UNIDOS. Relatório Final do Convênio: USAID/ UA/ SUDENE/ UFC. In: PRISCO, José Tarquínio. História, Fatos e reflexões: Depoimento de um professor, pesquisador e gestor universitário. Fortaleza: Fb Editora, 2014. p. 229.

patrocínio de diversas pesquisas voltadas neste sentido, como: melhoramento de técnicas de produção de culturas oleaginosas no Nordeste, aproveitamento de óleos essenciais para usos industriais, viabilização de operação integrada de pesquisa, produção e comercialização de sementes melhoradas, possibilidade de exportação de frutas regionais. Dentre outras que estavam intimamente ligadas à indústria de laticínios, como: melhoria da forragicultura e nutrição animal e desenvolvimento da cultura do sorgo - semente amplamente utilizada na nutrição de animais, principalmente bovinos.

Já o Programa de Educação Agrícola (PEA), realizado em 1963 pela SUDENE/USAID/UFC/UA, tinha como objetivo a “modernização”, na visão importada dos EUA da agricultura do Ceará e colocaria a UFC como uma das responsáveis por tal projeto. Estes fatos costumam ser citados na introdução de projetos de irrigação e o aumento do uso de agrotóxicos. Ainda que houvesse a expansão de culturas locais, como o amendoim, este era um produto que estava na pauta de exportações do país (GONÇALVES NETO, 1997) e como visto no parágrafo anterior, a produção de oleaginosas deveria servir à indústria que estava sendo montada¹²⁸, atendendo, assim, a interesses mais amplos que transcendem os objetivos de alimentação da população cearense, sendo também importante para a alimentação dessa, lembrando que na visão desenvolvimentista no geral o campo serve para produzir alimentos para as cidades, além de matéria prima para a indústria, não perdendo seu caráter capitalista.

Dessa forma, o Convênio buscou trazer para o Ceará uma mudança paradigmática na agricultura do Estado, porquanto focava no embate entre diferentes sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2010). Anteriormente ao período do Convênio, as práticas agrícolas estavam inseridas na agricultura de sequeiro, digo, baseada em técnicas tradicionais sem uso de práticas de irrigação, o que passou a ser alvo de crítica de intelectuais que participaram do projeto com foco na modernização agrícola com base, por exemplo, na

¹²⁸ No caso do amendoim especificamente os estudos que foram realizados sobre este produto a partir de 1962 buscam a exportação CASTRO, Francisco Alves de Andrade e. **Ensino e desenvolvimento das Ciências Agrárias no Nordeste (Ceará): 1918-1978.** Fortaleza, BNB, 1978. p.208.

introdução e ampliação de maquinário no campo.

Mas, devemos analisar que as práticas de sequeiro não foram completamente abandonadas do semiárido cearense, o que ocorreu foi a criação de zonas irrigadas, que se tornaram verdadeiros oásis. Pouco ou nada reduziram a concentração de terras do Estado, como visto anteriormente, pelo contrário, provavelmente aumentando isso, e abriram as porteiras para novas expropriações, doravante das águas.

Tal convênio tinha como principais objetivos (i) a formação de professores pós-graduados para o CCA; (ii), a melhoria da infraestrutura em pesquisa; (iii) e a formação de técnicos e cursos de extensão rural. Além disso, buscava mudar a produção agrícola cearense, implantando novas pastagens, adotando técnicas de silagem, introduzindo novas culturas e aumentando o uso de fungicidas¹²⁹.

Podemos perceber que o programa, ao todo, propunha uma duração de 10 anos, ou seja, de 1963-1973, e inicialmente apontava objetivos dentro do discurso desenvolvimentista e da Revolução Verde de combate aos problemas sociais:

Seu objetivo foi proporcionar à Universidade, através da Escola de Agronomia e seus Institutos de Tecnologia Rural (ITR) e de Zootecnia (IZO) recursos suficientes para ampliar a sua atuação junto às populações rurais, visando aumento de produtividade e a elevação do nível de vida dos agricultores da região. Integrava-se, assim, os programas de desenvolvimento regional (CASTRO, 1979, p. 179).

Dessa forma devemos analisar seus principais pilares de atuação, as mudanças que coloca dentro da Universidade e concatenando isso aos dados agrícolas do Estado ver quais as reais mudanças colocadas por tal atuação.

O primeiro pilar é a formação de pós-graduados e o intercâmbio de professores e técnicos, que a princípio esteve relacionado e dependente do convênio com a UA e com outras universidades americanas. Neste processo, a partir de parceria realizada com a UA foram

¹²⁹ ESTADOS UNIDOS. **Relatório Final do Convênio: USAID/ UA/ SUDENE/ UFC**. In: PRISCO, José Tarquínio. *História, Fatos e reflexões: Depoimento de um professor, pesquisador e gestor universitário*. Fortaleza: Fb Editora, 2014. p. 244.

ofertadas 70 bolsas de pós-graduação com o objetivo de suprir esta necessidade e com o financiamento da Fundação Ford, foi criada a pós-graduação do CCA que iniciou suas atividades em 1971, com o curso de Economia Rural, e continuou sua expansão durante toda a década de 1970 (MESQUITA, 2008).

Devemos ressaltar que esta não era a única forma de intercâmbio. Além das bolsas de pós-graduação foram oferecidas diversas oportunidades de treinamento, como por exemplo: para os professores titulares do CCA foi realizado um treinamento de 40 dias na UA, conhecendo a instituição e sua estrutura de pesquisa, além de obviamente sua metodologia; para os alunos da graduação no geral criou-se um programa de “lideranças estudantis”, que também visitaram aquela instituição por 40 dias¹³⁰.

Ademais, devemos colocar que o CCA não influía apenas no *Habitus*, que passava a incorporar novos costumes adquiridos por pesquisadores brasileiros nos EUA, influenciava diretamente a própria universidade, pois houve também a chegada de professores e técnicos estadunidenses ao solo cearense, como informa o primeiro relatório do convênio (1964-1965). A USAID enviou o total de 10 professores e técnicos que chegaram em 1964 para trabalhar em colaboração com a UFC. Ao longo de todo o convênio serão enviados para o Brasil um total de 31 membros regulares, 2 assistentes administrativos, 6 consultores e o CCA irá receber a visita de 18 administradores/ diretores de centro¹³¹.

Dentre estes professores e técnicos que irão chegar ao CCA devemos destacar quais os pontos de suas atuações ao chegar no Ceará, que são: hidrologia, irrigação e drenagem, agricultura especial, plantas forrageiras, manejos de pastagens, engenharia rural, máquinas agrícolas, economia rural, solos, extensão rural e horticultura. Não devemos apenas listar as especialidades, temos de analisar o seu papel dentro da construção da nova configuração do projeto desenvolvimentista.

¹³⁰ *Ibidem*, p.180.

¹³¹ CASTRO, Francisco Alves de Andrade e. **Ensino e desenvolvimento das Ciências Agrárias no Nordeste (Ceará): 1918-1978**. Fortaleza, BNB, 1978. p.182.

Primeiramente, em sua maioria, estes professores iriam realizar viagens por todo o Estado para tentar entender a estrutura e os ditos “problemas” na agricultura cearense, dessa maneira podendo construir melhor um plano de ação dentro dos seus objetivos, além dos potenciais de aproveitamento para a indústria.

Segundamente podemos dividir as especialidades, visto que algumas teriam um claro objetivo de servir aos projetos de irrigação, destacando principalmente a hidrologia, irrigação, drenagem, engenharia rural, máquinas agrícolas e horticultura, abertamente trazidas para auxiliar o DNOCS na implementação e consolidação dos projetos irrigados no Estado¹³², sendo estas inovações testadas anteriormente na FEVC.

Terceiramente temos a questão da importação, tanto de técnicas quanto de insumos, demonstrando, mais uma vez, a concatenação do ensino agrônômico em todo Brasil, escancarando no projeto uma nova ênfase expropriatória e industrializante, na qual a discussão “desenvolvimentista” se converte em implementação prática do modelo capitalista na agricultura local.

Isso está presente em quase todas as especialidades aqui abordadas, mas com um destaque maior na Agricultura especial, Plantas forrageiras e Manejos de pastagens. No discurso oficial a primeira especialidade, tinha como objetivo a adaptação de sementes, de culturas já tradicionalmente plantadas no Estado, para o modelo “moderno”, criando, desta forma, um programa de produção de sementes básicas para o plantio. Todavia, na prática, além da modificação das sementes locais, implementaram a importação de 78 novas variedades de 8 espécies diferentes na FEVC, variedades estas que foram trazidas de EUA, Venezuela, México e a cidade de Formosa- GO e foram multiplicadas para estudos¹³³. Já a especialidade de plantas forrageiras e manejo de pastagens baseou quase todo seu conhecimento em experiências fora do Estado, visitando diversos outros como: São Paulo,

¹³² CASTRO, Francisco Alves de Andrade. Ensino e Desenvolvimento das Ciências Agrárias do Nordeste: Ceará (1918-1978). Fortaleza, BNB, 1979.

¹³³ *Ibidem*.

Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia e Alagoas; além da forte participação em congressos internacionais sobre esta temática. Um último ponto a ressaltar é a participação de seu líder brasileiro Mauro Pereira na pós-graduação da Universidade Rural de Minas Gerais.

Em quarto lugar existe na chegada dessas especialidades uma forte conexão com a construção industrial do Ceará, reforçando ainda mais nossa teoria de concatenação de modernização industrial e agrícola. Muitas das especialidades durante o decênio de convênio terão fortes conexões com o Projeto Morris Asimow¹³⁴, como a realização por parte da Agricultura Especial de diversos experimentos com milho, feijão, soja e amendoim na FEVC em parceria com o próprio projeto, além de estudos com sorgo e soja para a Cooperativa de laticínios de Maranguape, Cooperativa que também terá apoio e receberá cursos e palestras do pessoal de plantas forrageiras e manejo de pastagens.

Por último devemos destacar o papel da única especialidade ainda não citada: a extensão rural e solos. Esta tem uma função mais ampla e abrangente que todas as outras, pois agiria tanto na manutenção e pesquisa dos projetos de irrigação, quanto na formação de técnicos qualificados, e ademais, na “melhoria” de culturas que são importante fontes de matérias-primas para a indústria local. Além disso, ela terá a inserção e cooperação de diversos órgãos e instituições como, IPEA, IPEANE, SUDENE, ANCAR-CE, USAID.

Entretanto, apesar dos citados, a participação mais efetiva em prol do projeto industrializador dentro das especialidades das Ciências Agrônômicas foi a da Economia Rural: além da “modernização” da Cooperativa de Laticínios de Maranguape, criando uma usina de pasteurização do Leite, encomendaram diversos estudos para a produção industrial e comércio cearense, inclusive um sobre a produção do algodão, produto mais forte da economia cearense no período.

¹³⁴ Ver mais do projeto em: *BESERRA, Fábio Ricardo Silva Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados na região do Cariri – CE. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza, 2007.*

Dessa forma, tivemos nesse primeiro ponto do convênio, com o intercâmbio de intelectuais entre as universidades não apenas uma mudança nas disciplinas do CCA, - o que também acontece em todas essas especialidades - mas também uma implementação de projeto desenvolvimentista-industrializante em diversos setores e regiões do Estado do Ceará.

O segundo ponto do convênio era a melhoria estrutural do campus e esta se daria tanto ao adquirir recursos, quanto na compra de equipamentos dos mais diversos, a dita “modernização” de laboratórios é ponto crucial para a pesquisa agrônômica dentro de uma lógica desenvolvimentista do capitalismo a qual sequer coloca no Estado do Ceará.

A escola ao longo do convênio (1963-1973) adquiriu uma gleba de terra no tamanho de 230 hectares, como forma de complementação da Fazenda Experimental Vale do Curu, concluiu um prédio no qual instalaram o departamento de fitotecnia, os escritórios do grupo da Universidade do Arizona e a biblioteca. Podemos ver mais mudanças estruturais na análise:

Três novos galpões de estrutura metálica foram montados para abrigar veículos e máquinas agrícolas. Novas estradas foram pavimentadas, ligando os diversos edifícios da sede da escola. Toda a rede elétrica que serve à Escola e aos Institutos foi substituída e ampliou-se o serviço telefônico interno com a adição de novos ramais. Acha-se em construção um prédio destinado à cadeira de mecânica agrícola, que está recebendo novos equipamentos e aparelhos para suas atividades de ensino. Está em andamento a construção do edifício de botânica e genética e antes do fim do ano as salas de aulas e laboratórios de sistemática, anatomia e fisiologia genética estarão em funcionamento (CASTRO, 1979, p.193).

Já o Instituto de Tecnologia Rural completou as suas fábricas de óleos vegetais e pesticidas, tendo, segundo o próprio autor em 1978 uma moderna aparelhagem para o período que é excelente para o uso industrial. Além disso, o próprio Instituto monta um laboratório de análise de matérias-primas, e produtos, para realização de pesquisas e testagens sobre novas técnicas industriais.

Também temos o Instituto de Zootecnia montando um aviário modelo, dito “moderno”, dispondo de uma seção apenas para a criação de suínos e de uma fábrica de ração

para atender melhor às necessidades da pecuária.

Além disso ocorreu a reorganização da Biblioteca do CCA, que antes contava com pouco mais de 4000 livros e saltou para 13500, sendo 6200 títulos e um programa de assinatura de 54 periódicos, além da criação de bibliotecas setoriais nas áreas de Economia Agrícola e Economia Doméstica¹³⁵.

Por último, mas e não menos importante, existiu um investimento na Fazenda Experimental Vale do Curu, o relatório final aponta que:

“Com a assistência do pessoal do Arizona e suporte financeiro a USAID, SUDENE e da UFC ela foi transformada para servir à pesquisa com animais e vegetais em sequeiro e irrigação, bem como para ensino para os estudantes da universidade e para cursos de pequena duração para técnicos de nível médio ou superior. A área irrigada foi nivelada e foram instalados novos drenos e canais revestidos de concreto. Na área seca foram tomadas medidas para conservação dos solos e novas áreas foram preparadas e cercadas. Foram construídos e equipados novos prédios para funcionarem como depósito de material e almoxarifado. Está sendo construído um novo prédio que funcionará como centro de treinamento, inclusive para extensão” (PRISCO, 2014 p. 242).

O terceiro ponto do convênio era a formação de técnicos e aplicação de cursos de extensão rural, principalmente em parceria com a ANCAR-CE, do BNB e de outras agências. Segundo o relatório final do convênio mais de 25 cursos de curta duração foram ofertados, para “fazendeiros” e técnicos do governo, (essa linguagem aponta para uma exclusão de despossuídos nesse projeto, buscar as fontes na SDA e nos documentos aqui colocados).

Ao analisar todos essas prioridades de investimentos dentro do CCA da UFC podemos perceber dois eixos cruciais - que com toda certeza não estão separados - o primeiro é o de real “modernização” da agronomia do Estado com recursos estrangeiros fornecidos às classes dominantes locais, ou seja, o pesado investimento em laboratórios para criação de agrotóxicos, pesticidas, mudanças genéticas, uso de maquinário agrícola e mecanização do campo processos típicos da Revolução Verde e que durante os anos 1970 estarão no auge no

¹³⁵ ESTADOS UNIDOS. Relatório Final do Convênio: USAID/ UA/ SUDENE/ UFC. In: PRISCO, José Tarquínio. História, Fatos e reflexões: Depoimento de um professor, pesquisador e gestor universitário. Fortaleza: Fb Editora, 2014. p. 243.

Brasil; o segundo eixo, apesar de também intimamente ligado à indústria cearense, não que o anteriormente citado fosse totalmente desconexo, mas este eixo tem como puro objetivo a elevação, principalmente, das matérias-primas para a Indústria do Estado e como dito anteriormente percebe-se que o projeto agrícola do Ceará está intimamente ligado à industrialização.

Já a parte do financeira do PEA é de difícil acesso, tanto os relatórios têm uma preocupação exclusivamente técnica e científica, quanto as fontes são de difícil acesso, visto as diversas mudanças que elas passaram ao longo do tempo e da própria reestruturação da escola muitas foram perdidas. Dessa forma temos apenas alguns dados do investimento realizado pela USAID no período:

Quadro 2 Recursos em US dólares, oriundos da AID, de março de 1964 até 31 de janeiro de 1972

| ITENS | US \$1,00 |
|-----------------------|------------------|
| SALÁRIOS | 1.317.629,43 |
| AUXÍLIOS DIVERSOS | 158.268,12 |
| VIAGENS | 246.750,17 |
| OUTROS CUSTOS DIRETOS | 103.636,07 |

| | |
|---------------|--------------|
| PARTICIPANTES | 302.927,34 |
| EQUIPAMENTOS | 293.204,91 |
| EVENTUAIS | 342.394,74 |
| TOTAL | 2.746.810,78 |

Fonte: ENSINO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO NORDESTE (CEARÁ) 1918-1978. pag.192

Esta tabela carece de outras fontes para uma correta problematização da aplicação do investimento, porém, um fator chama demasiada atenção em todo esse investimento, quase metade é destinado a pagar salários, passando muito longe de custos que antes eram colocados como elevadíssimos, como: equipamentos, viagens e auxílios. Podemos nos questionar que salários absurdos são esses ou quantas pessoas estão recebendo deste programa, no caso do primeiro, parece remuneração para dirigentes, no segundo fica incógnita.

4.3 DÉCADA DE 1970: A multiplicação dos Convênios nacionais e internacionais

Após o período que o CCA consolida-se como um centro de formação de um certo tipo de projeto desenvolvimentista no Estado do Ceará, a partir do forte investimento gerado pelo PEA em parceria com diversos órgãos nacionais e internacionais chegará a década de 1970, na qual a feição assumida pela conexão entre classes dominantes agrárias e rurais após a ditadura empresarial-militar ditaria completamente a estrutura do CCA e irá ditar as regras do programa agrícola no Estado.

Já com uma estrutura consolidada, que além dos departamentos e laboratórios

conta com uma Fazenda experimental e três fábricas-escola, o Centro irá sofrer um *boom* de investimentos nas áreas prioritárias, que na nossa análise parecem ser o algodão, as oleaginosas, a pecuária e a fruticultura. Sendo todos perpassados pelas técnicas “modernizadoras” de melhoramento de sementes, engenharia agrícola, irrigação, etc.

Podemos identificar os 9 convênios realizados nessa década (até 1978) no seguinte quadro:

Quadro 3 Convênios

| TÍTULO DO CONVÊNIO | ÓRGÃOS CONVENIADOS COM O CCA ENVOLVIDOS (FORA O CCA) |
|--|--|
| Programa de Educação Agrícola | MEC/USAID/ SUDENE/ UA |
| Melhoramento e exploração do algodão arbóreo | SUDENE |
| Pesquisas sobre industrialização de frutos tropicais | SUDENE |
| Programa de ampliação de melhoramento e experimentação do algodoeiro arbóreo | MA |
| Treinamento em Economia-Rural a título de Pós-Graduação | FUNDAÇÃO FORD/ BNB |
| Introdução da Cultura do sorgo no | FUNDAÇÃO FORD/ BNB |

| | |
|---|--|
| Ceará ¹³⁶ | |
| Melhoramento e experimentação de plantas alimentícias | SUDENE |
| Análise de Solos | DNOCS |
| Pesquisas para aproveitamento de tabuleiros litorâneos pela formação de cajueiras | Companhia Cearense de desenvolvimento Agropecuário |

Fonte: Elaborado pelo autor

Estas pesquisas e convênios não se dão por acaso, elas fazem parte de um plano integrado de pesquisa, ou seja, projetos individuais que somando-se fazem parte de um todo. Os 4 eixos do Plano são: a) setor de plantas alimentícias (feijão de corda e milho); b) setor de plantas frutíferas (caju, goiaba e banana); c) setor de plantas fibrosas e oleaginosas (amendoim, algodão, mamona e gergelim); d) setor de forragicultura e nutrição animal. Chama a atenção o fato de esses eixos de pesquisas aparecerem, mesmo que sem tantos recursos desde a década de 1950, mas na década de 1970 com muito mais intensidade, estrutura e agentes envolvidos, podendo ser enfatizada a diferença de contexto dos conflitos sociais no campo cearense, pois nesta década a forte repressão é a responsável pela diminuição

¹³⁶ Uma das maiores doações concedidas pela Fundação nessa área foi o financiamento de um programa de longo prazo da Universidade Federal do Ceará, destinado a selecionar e adaptar variedades de sorgo e de painço às condições semiáridas do Nordeste do Brasil. Com 942 mil dólares distribuídos pela Fundação entre 1969 e 1980, esse programa objetivava desenvolver tecnologias de produção de grãos adequadas às condições ambientais e socioeconômicas da região. Esperava-se que, no final, as tecnologias geradas pelo programa aumentassem a produção de grãos e, indiretamente, melhorassem os níveis de renda rural. Esse investimento produziu resultados mistos. Os sucessos tecnológicos na produção de sorgo e de painço foram notáveis e, através dos esforços da Universidade, foram desenvolvidas e liberadas diversas variedades de grãos de alta produtividade. Não obstante, foram mínimos os impactos dessas novas tecnologias na renda rural e sua difusão se deu de maneira muito mais lenta do que a esperada. Essas deficiências parecem ter derivado da falta de uma análise prévia da comercialização e dos obstáculos socioeconômicos atuais e potenciais para o aumento da produção de sorgo e de painço (ANDERSON, 2002, 78).

dos conflitos. Para a análise do Plano temos dois eixos de investigação, primeiramente ver os principais órgãos e instituições envolvidos e secundamente ver a equipe técnica participante.

Algumas coisas chamam bastante atenção no quadro da tabela anterior, primeiro, o protagonismo da SUDENE, envolvida diretamente em 4 dos 9 convênios realizados pelo CCA nesse período e em que setores ela está diretamente ligada, a participação no PEA já analisado anteriormente dispensa nova discussão, mas os dois seguintes saltam aos olhos, a SUDENE diretamente envolvida nas pesquisas sobre algodão arbóreo e sobre frutas tropicais, ambos produtos imensamente desejados pela indústria, o primeiro sendo o principal produto para a matéria prima da indústria na exportação- a principal do Ceará no período- e o segundo sendo o principal produto de exportação nos dias atuais, enfatizando ainda mais a correlação Indústria-agricultura nos objetivos do Estado.

Dessa forma podemos concluir o papel que a SUDENE dá para a agricultura nordestina.

Outro setor que chama a atenção neste recorte é a aparição de um aparelho específico da Sociedade Civil: a *Ford Foundation*. A Fundação Ford, já mencionada anteriormente nesta dissertação será a principal agência filantrópica a investir na UFC, principalmente com esforços no CCA, como podemos ver um resumo de seus investimentos a seguir:

O apoio da Fundação ao programa de pós-graduação em economia agrícola da UFC alcançou a soma de 1,2 milhão de dólares, distribuídos numa série de quatro doações concedidas entre 1969 e 1972. Recursos adicionais da Fundação, no valor de 1,4 milhão de dólares, distribuídos entre 1971 e 1981, financiaram o aprimoramento de um programa da Universidade de pós-graduação em economia. Pesquisas complementares sobre o sorgo receberam da Fundação, entre 1970 e 1972, 0,9 milhão de dólares. A Fundação forneceu, entre 1987 e 1989, mais 210 mil dólares para pesquisa e desenvolvimento do corpo docente de economia agrícola (ANDERSON, p.73).

É interessante ressaltar que a fundação também está ligada diretamente a ambos os convênios com universidades estadunidenses citado anteriormente, financiando tanto o Morris

Asimow, quanto o PEA, sendo na agronomia ficando a cargo do Investimento em Economia Agrícola, uma vez dentro do recorte abordado nesta dissertação sendo a responsável inclusive pela criação de sua pós-graduação com um curso de mestrado em 1971 e posteriormente voltando a investir no CCA. A própria Fundação foi agente do financiamento, em 1965, de um programa intensivo de formação de mestres e doutores do CCA nos EUA, no qual em 1970 já havia formado 31 mestres e doutores.

Dentre os investimentos da FORD chama a atenção também o investimento no sorgo, já analisada anteriormente sua função podemos perceber apenas financiamento em áreas de interesses para a indústria. A área da tal Economia Rural ou Agrícola parece ter a função de selecionar os produtos de possíveis aproveitamentos dessa Indústria Cearense, por isso sendo tão importante na visão dos investidores e vindo a curiosamente ser o primeiro curso de pós-graduação dentro de um CCA que bradava a necessidade da modernização técnica.

Na segunda parte, de análise do papel dos técnicos envolvidos não precisamos ir a fundo da trajetória dos 27 envolvidos, mas analisar a sua formação, visto os diversos pontos em comum e tentar empreender algumas análises acerca das instituições na qual foram ou estão inseridos na década de 1970. No entanto, antes da análise das instituições, deve-se destacar que muitos já foram/ são quadros de importantes órgãos, como SUDENE, secretarias de agricultura de diversos Estados, MAIC e até empreendimentos privados.

Partindo para a análise da formação desses profissionais teremos um quadro nada heterogêneo, dos 27 profissionais atuantes no Plano integrado 8 são formados, pelo menos em alguma parte de sua vida acadêmica na ESALQ, 4 no convênio com a UA, 5 da Universidade de Viçosa, 1 da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 1 proveniente do Morris Asimow formado na UCLA, e os 5 restantes com apenas graduação, ou no máximo uma especialização na própria UFC, mas a maioria com alguma inserção no Estado restrito em sua carreira.

Alguns pontos de ressaltar: Todos os formados na universidade de Viçosa, são da área de economia rural e zootecnia, demonstrando, uma especialidade dessa escola de ensino nestas áreas; já os formados em convênio com UA, o PEA, estarão exercendo cargos de liderança, tanto no Plano, quanto nas instituições no qual trabalham, o pesquisador líder e coordenador do Plano é Raimundo Pontes Nunes, já José Ambrósio de Araújo Filho é o coordenador da FEVC e ainda temos Faustino de Albuquerque Sobrinho, de tradicionalíssima oligarquia do Ceará, nesse momento já havia participado a ANCAR-RN E Paraíba, e era o chefe do departamento de Economia agrícola, demonstrando dessa forma a forte inserção e algum sucesso dos ideais colocados pelo PEA em 1963, de formar quadros para a UFC e todo o Ceará; Já os pesquisadores formados na ESALQ vieram para representar as mais diversas áreas, não ganhando nenhum ponto em especial, apenas demonstrando a concatenação das ideias desenvolvimentistas da agricultura nas diversas escolas de agronomia do país, sendo um erro separar por instituição.

Posterior a esses convênios, na segunda metade da década de 1975, o CCA da UFC participará de mais um com universidade estrangeira, no caso o Programa de Educação Agrícola Superior (PEAS), convênio dessa vez firmado por MEC/ DAU/ UCAP, com recursos MEC/USAID com a Universidade de Michigan (UM).

Este convênio parece uma continuidade de diversos pontos colocados pelo PEA na década anterior, visto que, seus principais objetivos são: treinamento ao nível de pós-graduação de corpo docente, fortalecimento dos cursos de mestrado em economia rural e fitotecnia, criação de cursos de mestrado em tecnologia de alimentos, ciência dos solos, engenharia agrícola e zootecnia; inauguração de cursos de doutorado em economia rural e fitotecnia, melhoria da biblioteca, assistência de técnicos estadunidenses e consultoria do CCA- UFC, UM para a Universidade do Mato Grosso.

O convênio resguarda alguns pontos de ruptura e permanência com o Anterior da UA, o PEAS demonstra uma preocupação muito maior apenas com a consolidação do ensino superior agrícola no Brasil, sem propostas de extensão rural ou concatenação com projetos para pequenos agricultores, podemos criar a hipótese também de uma padronização desse pensamento agrícola em todo o Brasil, visto que uma parte dos professores nem nos EUA serão treinados, e sim em escolas como a ESALQ e a de Viçosa, além de que a UFC estaria diretamente envolvida na implementação e “modernização” do curso de agronomia da Universidade do Mato Grosso, em plena época de expansão das fronteiras agrícolas e consolidação do Centro-Oeste brasileiro como região chefe do agronegócio brasileiro.

Existe um fator importante também neste convênio, muitos dos formados nele foram para os EUA nem sequer estudaram na UM, foram para universidades em Estados completamente diferente como a Universidade Estadual do Arizona, a Universidade de Oregon, Universidade Estadual de Ohio, UCLA, Universidade Estadual do Colorado, enfim, diversas universidades estaduais ao longo do período.

Até 1978 tivemos 9 profissionais do CCA treinados por este convênio, já a consultoria para a universidade do Mato Grosso foi formada por 12 profissionais do CCA-UFC, durante os anos de 1975-1978.

Não obstante, apesar do convênio com diversas Universidades na formação dos profissionais brasileiros, os estadunidenses que chegam à UFC têm uma formação bastante homogênea, isto é, todos os coordenadores do convênio vieram da própria UM e a maioria dos professores assistentes vieram justamente da Universidade Estadual do Arizona.

Destaca-se que esse convênio realizou treinamento totalmente especial para 4 lideranças da UFC: o reitor Pedro Teixeira Barroso e o Pró-Reitor de Planejamento José Hamilton Gondim Silva participaram do curso de Planejamento e Administração Universitária; o diretor do CCA Antônio de Albuquerque Sousa Filho participou do curso de

desenvolvimento de pesquisa e pós-graduação; e o vice-reitor José Newton Gonçalves, participou do curso de pesquisa institucional e planejamento acadêmico.

Por último, dos recursos aplicados, enfatiza-se os 2 milhões de cruzeiros gastos exclusivamente com melhoria de equipamentos e estrutura do CCA, quase dez vezes mais do que o investimento em equipamentos do PEA, destacando-se os 2638 livros adicionados à biblioteca deste.

Dessa forma, podemos ver após duas décadas de intensos investimentos na pesquisa agrícola alguns de seus resultados dentro do próprio CCA e (talvez) no Estado do Ceará como um todo.

A primeira cultura a ser buscada a sua melhoria é, sem nenhuma surpresa, o algodão em 1961, isto é, os grandes investimentos agrícolas inauguram-se logo pelo produto de maior interesse dos capitalistas locais, o que foi de maior interesse dos burgueses industriais, visto sua rentabilidade e história no próprio Estado, além da manutenção de relações arcaicas em sua produção no campo. Esta pesquisa, inclusive, foi inaugurada com recursos da SUDENE, que mesmo anterior às modificações causadas pelo golpe de 1964 estava já de acordo com os interesses industriais do Centro-Sul. Este esforço inicial com o algodão irá descobrir mutações genéticas e novos tipos de plantas, a mais indicada nos anos 60 o Buck-74 que ao comparar-se com a produção do seridó - espécie muito cultivada em todo o Nordeste - terá, no período de 3 anos um aumento de produtividade de 41,77%.

Outro carro chefe da pesquisa agrícola no período é o sorgo, com objetivos de nutrição animal, dessa forma, melhorando a oferta de alimentos, principalmente proteínas, para a industrialização do Estado. As pesquisas ao redor dessa cultura davam-se com o intuito de tentar adaptá-la ao solo local, visto que era exógena e os resultados, aparentemente foram de acordo com o esperado pelos interessados no Desenvolvimentismo, em 1978, 8 anos após

os primeiros investimentos da Fundação Ford, existiam aproximadamente entre 12-15mil ha plantados de sorgo.

No mais, temos resultados pouco precisos sobre o aumento da produção de sementes básicas na alimentação do cearense como feijão e milho, dentre outros produtos, contudo, pode-se ver diversas pesquisas em andamento, no setor conhecido como Tecnologia de Alimentos, inclusive com recursos assegurados pela SUDENE.

Dessa forma, um importante instrumento de análise das mudanças ocorridos no CCA a nível de pensamento do ocorrido nos últimos 20 anos é a análise do seu currículo e como as disciplinas mudaram desde o início dos convênios internacionais, vendo em quais setores elas mais se modificaram.

O AUTOR, caracteriza o currículo do CCA em três momentos e dá as suas justificativas, o primeiro momento, em 1962 seria uma mudança leve, então ainda continuaria no modelo tradicional, ou seja, com conceitos, categorias ideias e programas importados, naturalmente rígidos e voltado na resolução de problemas nacionais, mas, com o golpe de 1964 e a expansão do modelo desenvolvimentista na agricultura brasileira esse currículo começa a se fragmentar, o que eram 18 cadeiras transformam-se em 47 disciplinas a partir de 1966, enfatiza-se também o contexto de chegada de estadunidenses da UA advindos do PEA. O Centro começa a ter disciplinas remodeladas e algumas novas, como é o caso da “Extensão Rural” e “Sociologia Rural”, estas disciplinas teriam como objetivo entender melhor a realidade local.

Um outro ponto nesse período é o ano de 1968, como já ressaltado, de intensas movimentações estudantis e violenta repressão por parte das autoridades militares, com prisão de lideranças, violência em passeatas, etc. É finalmente realizada uma reforma universitária no país. A reforma no ensino superior era cobrada desde inícios dos anos 1960, como o próprio CCA foi palco de greve e ocupação em 1962 por reivindicações de reformas no modelo do

Centro, porém só iria efetivar-se em novembro de 1968 pela lei 5540 de 28 de novembro de 1968. O grupo de trabalho responsável pelas mudanças universitárias alega que o currículo e as normas anteriores engessaram as universidades no país, sem dar margem para as especificidades regionais.

No entanto, o modelo adotado nesta reforma universitária é o americano, ou seja, administrativamente com a criação de centros conjuntos, com uma universidade colocada em meio ao urbano, o ensino voltado para o profissional e a pesquisa. Segundo o autor, isso seria prejudicial para os cursos de agronomia, pois, a EAC isolaria-se da realidade cearense no geral, indo pouco ao campo, tendo contato com a natureza apenas em suas fazendas experimentais, modelo parecido com o da ESALQ.

Esse modelo não parece aleatório no contexto inserido, em fins da década de 1960 a repressão já teria tido muita força sobre as forças populares, os sindicatos rurais destruídos com a substituição de suas lideranças, e o movimento estudantil fortemente reprimido com as prisões e repressão. Estava num contexto de largar o discurso conciliador tentando desmobilizar as forças populares através de sua inserção no projeto desenvolvimentista e aderir a um modelo de agricultura voltado exclusivamente para a burguesia capitalista, servindo como produtor de matéria prima para a indústria e de alimentação para as cidades. No Ceará é o momento auge de voltar-se para a especialização do agrônomo, não interessava um profissional voltado para uma área geral, queria-se um técnico capaz de resolver os problemas do desenvolvimentismo das burguesias locais, como a falta de produtividade do algodão local, a chegada dos projetos de irrigação e escolha de frutas exportáveis para implantar nesses locais, a substituição do caroço de algodão na produção de óleos vegetais, visto que não conseguiam algodão nem para atender a produção de tecido, quanto mais sobrar para essa indústria e, por último, o aumento da produção de proteína animal para alimentação

das cidades, seja através da produção do gado com leite e carne, seja na produção de caprinos que ganhará imensa força nesse período.

Apenas em 1972 esse modelo estadunidense irá se concretizar no currículo do CCA da UFC, a mudança foi realizada e entrará no que o autor chama de currículo diferencial, ou seja, focado na especialização do engenheiro agrônomo, ele não teria mais uma formação geral, já sairia do CCA especializado, podendo escolher entre a habilitação em Fitotecnia ou Zootecnia. Se o currículo de 1962 continha um total de 47 disciplinas em 1972 o CCA passa a ter um total de 81, dentre obrigatórias e optativas. Em 1972 houve uma guinada do curso para os parâmetros da “Revolução Verde”, sem a preocupação de nem no discurso atender às camadas populares mais, com uma distanciação do curso e enclausuramento deste nas cidades e suas fazendas experimentais, destacando-se a inserção de diversas disciplinas como: Irrigação e Plantas Cultivadas, Física de solos aplicada à Irrigação, Construções Rurais, entre outras¹³⁷.

Apesar de haver muitas alterações no currículo básico, com a inserção de poucas disciplinas de formação teórica, as disciplinas de caráter optativa foram multiplicadas e, em sua grande maioria, foram voltadas para a produção, principalmente do que estava sendo pautado para a agricultura do Nordeste no período. Muitas delas eram sobre irrigação e uso de agrotóxicos, enquanto outras estavam voltadas para melhoramento de sementes e de produtos alimentícios¹³⁸.

Portanto, esse período entre as duas décadas de 1960 e 1970 reflete-se no currículo como uma especialização do agrônomo para atividades específicas exigidas para os setores capitalistas de interesse no Estado do Ceará. Esse movimento é marcado por disputas em toda a comunidade acadêmica, além dos protestos já colocados em 1968, podemos perceber também que este currículo de 1972 não ficará vigente por muito tempo, sendo substituído por

¹³⁷ MESQUITA, Teobaldo Campos de. Anexo B: Grades Curriculares. In: MESQUITA, Teobaldo Campos de. Escola de Agronomia do Ceará: 90 anos. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 153-164.

¹³⁸ Ibidem. p. 153-164.

um eclético, ou seja, um que dê ao agrônomo uma formação em todas as áreas e relegando a especialização para um período posterior, um congresso anterior ao currículo já demonstra a discussão não só na própria UFC como no Brasil como um todo:

Os participantes dos países desenvolvidos insistiram na tese que defende a formação de especialistas, i.é, filiavam-se à corrente de que preconizavam a adoção de currículo diversificado, uma vez que nos países industrializados sente-se a necessidade premente de especialistas, não para atender a uma agricultura de subsistência, e sim com vistas a uma agricultura de economia de mercado.

Em contrapartida, os participantes oriundos de países em desenvolvimento mostravam-se adeptos do currículo eclético, i.é, da formação de graduados obedecendo à sistemática da aquisição de amplos conhecimentos agronômicos em horizontalidade (CCA-UFC, 1971, discurso no VII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA).

Sendo assim, em 1978, será decidida uma nova alteração no currículo, partindo para a visão considerada eclética, mas esta não seria realmente implementada, a “pulverização” de disciplinas, além disso, as disciplinas continuavam separadas da realidade local, pois segundo o própria comunidade acadêmica, não existia uma concatenação destas com o campo cearenses, ficando relegada aos livros e apostilas, dessa forma, não montando uma real base geral com as disciplinas e o técnico sendo formado apenas para as áreas específicas, demonstrando mais uma vez um momento de conflito de ideias dentro do próprio departamento.

Para uma Escola que em 1962 não tinha professores pós-graduados, terminou 1978 com 28 PHD, 59 com mestrado, 4 com o título de doutor¹³⁹, mais 27 realizando mestrado ou doutorado e apenas 1 sem nenhum título, enfatizando-se, mais uma vez, o sucesso da empreitada capitalista de formar técnicos e intelectuais - na função de formadores de projetos e pensamentos para a sociedade civil e de planejamento na sociedade política.

¹³⁹ Provavelmente estes têm doutorado no Brasil e por isso receberam uma denominação separada dos “PHD”

Por último, para analisar o antes e depois de tais convênios devemos destrinchar seu corpo diretor durante os anos, focando na carreira de seus diretores de centro e sua inserção nos círculos políticos, principalmente no almejo dos objetivos desenvolvimentistas.

O período aqui estudado de fins dos anos 1950 até fins de 1970 são marcados por alguns diretores importantes na construção desenvolvimentista da escola, sendo eles os líderes desse projeto. A escola por si só, já tem durante sua vida a presença de diversos diretores ligados às burguesias locais, tendo como maior exemplo durante o período privado a presença de dois membros da família Pompeu, deputado, secretários de agricultura do Estado, etc. Os primeiros nomes de maior relevância, considerando exclusivamente a questão administrativa é o de Renato Braga, tendo sido não só muito importante para a escola no período de 1967-1968 dos imensos convênios, como também já em 1938, após o golpe do Estado Novo, articulando e angariando diversos investimentos estaduais para a realização de “modernização” de sua infraestrutura, sendo considerado um dos principais responsáveis pela consolidação desta, não só como diretor, mas em outros cargos administrativos, em meio às possíveis disputas políticas que geraram suas crises financeiras. Além disso, em 1968 foi o responsável pela instalação do Instituto de Zootecnia e do ensino dessa graduação no então CCA.

Posterior a Renato e depois Antecessor deste vem Prisco Bezerra também com dois mandatos de Diretor do CCA, pertencente à outra tradicional família do Estado, hoje completamente dentro da política, tendo seu neto sido prefeito de Fortaleza de 2012-2020 e outro neto suplente do Senado nos dias atuais foi o responsável pelo projeto de federalização da Escola em 1950, articulando politicamente aquele movimento e finalmente o responsável, em 1963 pelo PEA. Ele, de fato, foi o principal responsável por adaptar o CCA a todas as conjunturas e disputas políticas desenvolvimentistas dos anos 50 e 60, visto sua administração de 1946-1967, com um breve hiato de 8 meses fora entre 1950-1951, um fato singular na

história da instituição, na qual geralmente seus diretores duram 2 anos. Sua tradicional família, a inserção de muitos de seus filhos e parentes, posteriormente no projeto desenvolvimentista coloca estes, talvez, como o principal sobrenome na história do CCA, nem os Pompeus conseguiram tamanha dominação dentro da instituição, com 21 anos de poder e tantas mudanças, como a completa “modernização” durante os anos 50 e 60.

Chama a atenção também no período que o CCA tem posteriormente a Prisco Bezerra a volta de Renato Braga, e depois, em meio à volta à normalidade de vários diretores em um recorte temporal de 10 anos, alguns nomes como Otávio Braga, filho justamente do Renato Braga, o primeiro formado no Convênio com a UA; e a chegada de Faustino Albuquerque Sobrinho (1973-1974), sobrinho justamente do Ex-governador Faustino de Albuquerque e também do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU)¹⁴⁰. Além do PEAS ter sido realizado na sua gestão também foi, como colocado anteriormente, importante na implementação da extensão rural no país, tendo sido um dos contemplados com a pós-graduação na UA.

Por último, temos Antônio de Albuquerque Sousa Filho, também representante da família Albuquerque, que inclusive seu pai foi formado na primeira turma de agronomia da EAC, e também tendo realizado pós-graduação no PEA.

¹⁴⁰ Instituto fundado em 1943 com apoio do Governo Estadunidense para divulgação de Bolsas e projetos universitários, além de oferecer curso de inglês.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a partir desta dissertação pudemos entender criticamente o processo de formação e disputa da ideologia desenvolvimentista do Brasil, a partir do governo de Getúlio Vargas e suas diversas modificações ao longo do tempo, por conta das questões sociais, e disputas no Estado ampliado, perpassando por períodos de inclusão e completa exclusão da classe trabalhadora, destaca-se que esse projeto também modificou em boa parte a agricultura brasileira, sua forma e produção, integrando-a com a indústria. Entretanto, pouco altera-se da sua estrutura fundiária e produtiva, os médios e grandes proprietários continuam com o domínio no país.

O Nordeste, em toda sua especificidade, torna-se palco, a partir dos anos 1950, de disputa de interesses entre as frações de classe burguesas nordestinas, as frações de classe burguesas do Centro-Sul e as ligas camponesas representadas pelos camponeses e sua sede de reforma agrária a qualquer custo, passando por uma transformação e tendo, neste período estudado, o início de sua industrialização. A SUDENE será criada para analisar os problemas regionais, com muito apoio do Centro-Sul, todavia, não terá o mesmo papel e funções ao longo da sua história, na qual teve seus ideais completamente amputados pela ditadura após o golpe de 1964, tornando-se mera executora.

Finalmente, o Estado do Ceará demonstra ainda outras especificidades. O Estado mais Oligarca de todos é dominado pela disputa entre suas burguesias ao longo do início do século XX, destacando-se os produtores da indústria algodoeira e têxtil como basicamente únicos em produção industrial no Estado, e quando vem o movimento nacional-desenvolvimentista e algumas crises internacionais de produção do algodão estes ganham ainda mais força e tomam as rédeas do projeto desenvolvimentista cearense, aliam-se com intelectuais orgânicos, políticos advindos ou não de suas famílias e constroem este projeto para o Estado, não sem disputa, as classes camponesas cada vez mais expropriadas

dos seus meios de reprodução e direitos organizam-se em sindicatos rurais e irão pautar diversas mudanças para o Ceará.

A partir disso, essas frações dominantes, rodeadas de sindicatos rurais e dos interesses das burguesias do Centro-Sul, têm de reagir e tomar algumas atitudes e isso vem com a adaptação destas, talvez com disputa com as forasteiras, ao projeto desenvolvimentista do país. No Ceará montou-se uma estrutura muito bem organizada e distribuída de instituições para a “modernização” da agricultura, concatenando-a com a indústria nascente e já antiga, mas “modernizada”. Portanto, teremos diversos órgãos, num primeiro momento, com o objetivo não apenas de melhorar a produtividade desses setores, como de acalmar as tensões do campo por meio de um ensino agrícola tecnicista e voltado para o capital.

Nessa estrutura para a agricultura destacou-se a ANCAR-CE, com o papel de levar a assistência técnica e conhecimento por meio da extensão rural; O DNOCS, com a função de executar diversos projetos voltados para a produção para indústria e exportação, enfatizando-se os perímetros irrigados; O Estado restrito no geral; a Imprensa com a função de construir o consenso na sociedade através do jornal O Povo; e o CCA da UFC, influenciando nesses diversos processos, tanto formando técnicos para inserir-se e guiar os órgãos de ensino e execução, quanto intelectuais na acepção gramsciana que irão formular os principais postulados da ciência agrônômica cearense e inserir-se no Estado Restrito em cargos de direção, organizando o desenvolvimentismo agrícola do Brasil.

Portanto, a partir desta complexidade do CCA ele é a instituição mais estudada nesta dissertação, não como deveria, mas conseguindo algumas respostas e deixando aqui diversas lacunas também que deverão ser preenchidas com pesquisas posteriores.

Esta escola tem alguns fatores a serem concluídos aqui, a inserção de famílias tradicionais desde muito tempo na Escola, consolidando a hipótese de uma escola fundada anteriormente para atender aos interesses das frações burguesas e com técnicos e intelectuais

advindos destas, sendo, portanto, orgânicos, ou seja, criando e moldando os projetos de interesses destas.

Ela passa por diversas transformações, nunca desviando-se do papel de servir à “modernização” da agricultura voltada para as frações burguesas, mas que demonstram sua inserção no cenário nacional, como a sua estadualização em 1934, e recebendo diversos recursos do MA, demonstrando, um alinhamento com as ideias de ensino superior da SNA que detinha o controle do ensino superior agrônômico, sendo portanto, o início de sua inserção em um projeto nacional, não podendo ser visto esse CCA como um mero agente estadual.

A federalização, em fins de era Vargas é outra demonstração dessa inserção num projeto de agronomia nacional, entretanto, fica a lacuna de saber exatamente que grupos da política cearense estão à fundo mediando isso, nesta dissertação estabelecemos alguns nomes, mas não conseguimos ver o seu pertencimento de classe.

Por último, teremos finalmente o *boom* da ideologia desenvolvimentista da Revolução Verde no CCA, a partir dos convênios internacionais, fazendo parte do projeto para o Estado como um todo.

Uma conclusão sobre estes é o sobre o seu foco, voltados completamente para estudos e melhorias em setores estratégicos da agricultura cearense, sendo os principais focos o melhoramento produtivo do algodão e da pecuária, setores das mais tradicionais burguesias cearenses terão um enorme crescimento produtivo neste período. O algodão ainda tem uma especificidade, sua maior produtividade não atende apenas às burguesias locais que especializaram-se na produção de tecido e algodão-cru, ela vai também para os grupos que chegam do Centro-Sul, na produção têxtil de tecidos finos e mais rebuscados.

Essa divisão do trabalho na produção têxtil não é exclusiva do período, mas aprofunda-se nele e é digna de maior investigação à posteriori, principalmente suas disputas e negociações dessa divisão do trabalho.

Outra conclusão a ser tomada, dá-se nos anos 1970, com os projetos cada vez mais ignorando o pequeno produtor e um processo de encastelamento acadêmico do CCA, fugindo da realidade rural, criticado inclusive por alguns de seus próprios membros, visto que existia sim disputa dentro dele. A disputa carece de maior investigação, para sabermos quais propostas estes grupos dissidentes têm para a agricultura do Ceará e a realidade de seus trabalhadores rurais. Já o afastamento do campo pode claramente ser visto no próprio PEAS, com a completa exclusão dos serviços de extensão rural neste projeto.

Podemos ver nessa década também o CCA da UFC com expansão de um modelo agrícola desenvolvimentista no Brasil, ele tanto é responsável direto pela fundação de escolas agrônomicas de ensino superior no Rio Grande do Norte, dá assistência e pratica intercâmbio de pesquisadores com diversas outras universidades, quanto é responsável por assistência técnica inclusive no Centro-Oeste na UFMT.

A partir disso podemos ver, que o projeto desenvolvimentista obtêm sucesso nos seus projetos estabelecidos lá em 1963, como de formar quadros para consolidar e guiar os projetos desenvolvimentistas dos anos 70, pois a maioria dos diretores do CCA durante esse período passaram por universidades estadunidenses, assim como temos apontamentos de outras dezenas de mestres e doutores desse programa e o PEAS inseridos posteriormente em órgãos de planejamento e gestão da agricultura nacional, além da expansão desse pensamento pelo país e a inserção destes quadros no Estado Restrito.

Podemos concluir que os resultados desses convênios cumprem seus objetivos iniciais de desenvolvimento de uma estrutura agrária-industrial para o Ceará, visto que, apesar do discurso em 1963 nunca tiveram real objetivo de mudar a estrutura desigual do campo

cearense, marcado pela violência e superexploração de seus camponeses, além da distribuição desigual de terras, todos esses problemas continuam, mas a produção é muito maior e rende bem mais para as burguesias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de *et al.* **O Pulsar da Vida no Campo**: fetraece 50 anos. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **UMA GEOGRAFIA DAS POLÍTICAS FUNDIÁRIAS NO ESTADO DO CEARÁ**. 2005. 388 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano. 1979. 273 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

BESERRA, Fábio Ricardo Silva. **Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados na região do Cariri – CE**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza, 2007. 123p.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (org.). **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Recife: Garamond, 2008.

CASTRO, Francisco Alves de Andrade e. **Ensino e desenvolvimento das ciências agrárias no Nordeste (CEARÁ)**; 1918-1978. Fortaleza: BNB; 1979.

CAMPOS, Nazareno José de. Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico - socioespacial / Nazareno José de Campos. 2. ed.– Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2002.

CLÍMACO, Danilo Assis (orgs). Prólogo. In: Quijano, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: Clacso, 2014, p. 13-54.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAMASCENO, José Maria. **EXTENSÃO RURAL: 50 anos a serviço do produtor cearense (1954-2004)**. Fortaleza, Premium editora, 2004.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca da sua libertação**. Tese de Doutorado em Geografia (Geografia Humana). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 2009.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Edufrj, 2010.

FURTADO, Celso. **ESSENCIAL**. São Paulo: Penguin Companhia, 2013.

GONCALVES NETO, Wenceslau. **ESTADO E AGRICULTURA NO BRASIL: POLITICA AGRICOLA E MODERNIZACAO ECONOMICA BRASILEIRA, 1960-1980**. SÃO PAULO: HUCITEC, 1997. 245p.

LANERO, Daniel. FREIRE, Dulce. **Agriculturas e Innovación tecnológica en la península ibérica: 1946-1975**. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011. p. 25-51.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano**; Tradução de: Ana Maria Chiarini, Diego Silva Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Berardinis; Revisão técnica Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MENDONÇA, Sonia. R. de. **Agronomia e Poder no Brasil**. 1a. ed. Niterói/Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, 204p.

_____, Sonia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos**. 1a. ed. Niterói/Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Faperj, 2007. v. 01. 116p.

_____, Sonia Regina de. **O Patronato Rural No Brasil Recente. 1964 - 1993**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

_____. **Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961)**. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 15, p. 139-165, 2010.

_____. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

_____; LAMOSA, R. A. C. **GRAMSCI E A PESQUISA HISTÓRICA**. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2018. v. 1. 175p.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. v. 1. 448p.

MOREIRA, Carolina Rodrigues. **Sob o céu com o pé na terra: A ação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte no Baixo e Médio Jaguaribe – Ceará – Brasil (2002 – 2019)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021. Orientação: Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior. 243f.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)**. 2018. 362 f. Tese (Doutorado) Curso de História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVAL FEITOSA, Cid. **Economia Sergipana: origem e desenvolvimento**. Aracaju, Fundación Universitaria Andaluza Inca Garcilaso. 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1972.

PARENTE, Josênio. **A fé e a razão na política: Conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. 1. ed. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2000. v. 1. 250p.

PEREIRA, João M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1. 504p.

PEREIRA, L. M. **A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado**. TOPOI (RIO DE JANEIRO), v. 10, p. 48-66, 2009.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**; tradução Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.

PRADO, Fernando Corrêa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. 2015. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ROLIM, Josimeire Barreto de Sousa. **SISTEMAS TÉCNICOS E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS NO PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA (PIMN), CEARÁ**. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 225 f.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)**. 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STEDILE, João Pedro de (ORG.) **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda –1960-1980/ João Pedro Stedile (org)**; Douglas Estevam (assistente de pesquisa) --2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2012. 320 p.

_____. João Pedro de (ORG.). A questão agrária no Brasil
História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964 2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2012. 224 p.

VIANA, Carlos Negreiros. UMA BREVE HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO CEARENSE. Revista do Instituto do Ceará, 2011. p.177-202.

VIANA JÚNIOR, MÁRIO MARTINS, ALMEIDA, D. G. **Conflitos pela memória no semiárido cearense**: relações entre as comunidades rurais do tabuleiro de russas e o DNOCS. História & Perspectivas (Online), v. 29, p. 85-114, 2016.

_____. A Irrigação no Brasil na mira do capital internacional (1964-1975). REVISTA DE HISTÓRIA, v. 180, p. 1-33, 2021.

WALSH, Catherine. **Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder**: entrevista a Walter Mignolo. Polis: Revista Latinoamericana, Los Lagos, v. 1, n. 1, p. 1-22, 20 abr. 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.